Diário de Lisboa

ANO 55.º / 18 936 4$00

SÁBADO 6 MARÇO 1976

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

P.S. e P.C.P. — nem diálogo hoje nem aliança amanhã

«Não pensamos em coligações eleitorais à esquerda ou à direita», disse Mário Soares ontem no jantar com responsáveis dos órgãos de Informação.

«A alternativa é uma só: ou um Governo de direita com ou sem P. S.; ou um Governo de esquerda com P. C. P.» palavras de Álvaro Cunhal ontem no comício comemorativo do 55.º aniversário do seu partido.

Das afirmações dos dirigentes dos partidos com maior implantação na classe trabalhadora, a força afinal mais interessada na consolidação das conquistas democráticas e revolucionárias do 25 de Abril, ressalta a principal interrogação neste período de indefinição política: que Governo sairá do próximo acto eleitoral?

COMO GOVERNAR?

Mário Soares diz: «Vamos vencer para governar Portugal. Os problemas nacionais precisam de um Governo forte, com um projecto de Governo viável, para os portugueses, com competência e capacidade de soluções concretas». Enumerando alguns dos problemas que mais afligem os portugueses o dirigente do P. S. considera: «não nos espanta que o Partido Socialista seja considerado o mais capaz de enfrentar e dar solução a tais problemas. Esta é a opinião, quer dos eleitores, que já o elegeram, quer dos que ainda não têm opção declarada. Sabemos a nossa imagem e a dos nossos opositores. A nossa, corresponde à noss acção passada e presente e orientará o nosso futuro».

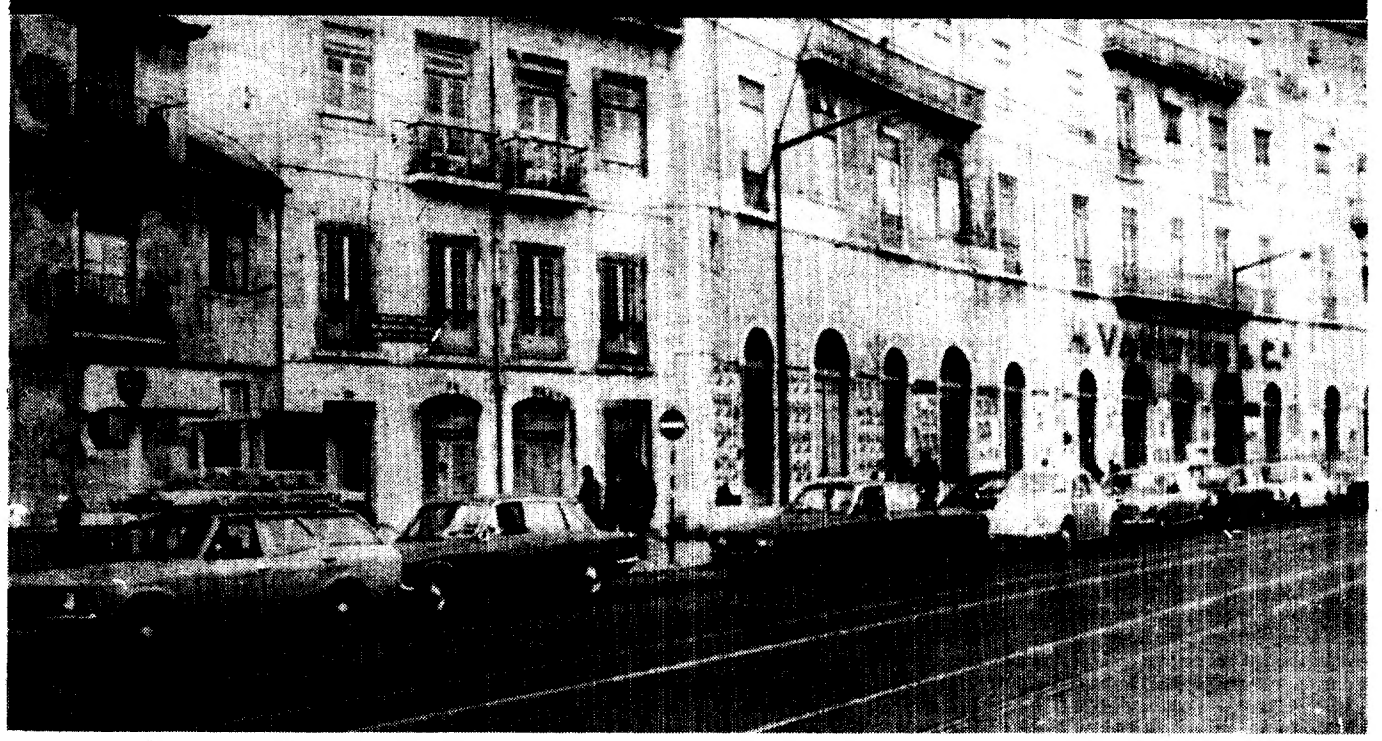
Álvaro Cunhal, por sua vez, além de chamar a atenção para o perigo que constituiria uma possível vitória C. D. S.-P. P. D., com a inevitável destruição do regime democrático, chama a atenção para a necessidade de ser garantido o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional para evitar «uma pseudovitória da direita à maneira dos tempos do salazarismo ou do marcelismo».

«Tem de fazer-se um enorme esforço de esclarecimento», sublinha o dirigente comunista, «para que o povo tome plena consciência que uma eventual maioria C. D. S.-P. P. D. e outros associados significaria não um regime democrático, mas a instauração a curto prazo de uma nova ditadura. Tem de fazer-se um enorme esforço para ganharmos as grandes massas para a ideia de que nas condições presentes a única alternativa democrática possível depende directamente de uma grande votação no Partido Comunista Português».

Registemos entretanto que apesar do optimismo patente nas afirmações de Mário Soares, as sondagens até agora conhecidas, quer a do próprio P.S., quer as divulgadas na Imprensa estrangeira, e citadas pelo P. P. D., não fornecem qualquer indicação de que algum dos partidos possa obter os 51 por cento de votos, necessários para formar sozinho Governo e dominar a vida política nacional nos próximos quatro anos. Uma vez que o P. C. P. é categórico na afirmação de que não apoiará um Governo minoritário do P. S. não se vê outra alternativa para o partido de Mário Soares senão optar, ainda que «a posteriori», por uma aliança. E aqui subsiste a interrogação: à esquerda ou à direita?

LER NOTÍCIAS NA PÁG. 5

CONFLITOS LABORAIS "SECAM" GASOLINA



Cerca de 35 por cento dos depósitos de gasolina abastecidos pela Sacor encontram-se vazios pela razão que ontem apontámos um conflito laboral em Lisboa (motoristas) e no Porto (motoristas e trabalhadores da produção). Automóveis particulares formaram «bichas» um pouco por toda a parte junto das estações de serviço. (Pág. 20)

BENFICA ALHEOU-SE DA "OPERAÇÃO LIMPEZA"

«Já começou a nossa segunda jornada de limpeza», «sem limpeza não há saúde», «moradores, precisamos da tua colaboração», «venham todos, ainda existem muitas vassouras vagas». Era Mário Nunes de Matos, de megafone em punho, a percorrer de um lado para outro os 200 metros da Rua da República Peruana, em Benfica.

Mário é membro da Comissão de Moradores que abrange esta rua e mais a Avenida Grão Vasco, a Estrada de Benfica, entre os lotes 705 e 717, a Rua G e a Rua General Morais Sarmento, lotes C 1 e C 2. E para esta manhã, a C. M. eleita democraticamente no passado mês de Janeiro, havia marcado o início de um dia de trabalho, quando o lixo de toda a sua jurisdição seria varrido e removido pelos próprios moradores, com o auxílio dos serviços da Câmara Municipal. Mas os apelos de Mário ao megafone, os convites lançados pelos altifalantes durante a semana e os cartazes afizados à entrada dos edifícios, convocando a população, foram atendidos por meia dúzia de moradores e algumas crianças que viam neste trabalho comunal uma brincadeira diferente.

Os elementos da C. M. estavam desaminados: «A falta de apoio tem uma explicação. Só pode ser por causa da situação política. A malta está completamente desmobilizada».

Em algumas janelas dos 20 edifícios da Rua da República Peruana, que abrigam aproximadamente 2000 pessoas, mais ou menos 600 famílias, às vezes aparecia uma cara. As expressões variaram entre o sono, a mera curiosidade e a indiferença. Algumas promessas de «vir depois» foram feitas — com pouca convicção.

Os membros da CM recordaram, saudosos: «Esta é a segunda vez que fazemos uma jornada de limpeza. A primeira foi em Maio de 1975. A colaboração foi muito maior. A essa hora umas 100 pessoas já estavam com vassoura na mão.»

Para não cair no desânimo total, pela falta de colaboração dos vizinhos na jornada desta manhã, Mário Nunes de Matos continuou a passear com o megafone voltado para as janelas. «Pode ser que à tarde eles venham...»

(Centrais)

Delgado Domingos:

"A OPÇÃO NUCLEAR É UM ABSURDO EM PORTUGAL"

(Pág. 13)

NOVOS RECONTROS NO NORTE DA ESPANHA

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

INTENSA ACTIVIDADE POLÍTICA

Fechamos esta semana com uma intensa actividade política. Dos seus aspectos públicos avultam declarações e entrevistas: a do Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo ao jornal «O Século», as declarações de Mário Soares no encontro com os jornalistas realizado na sede do Partido Socialista; o discurso de Álvaro Cunhal no comício do Campo Pequeno; as declarações do brigadeiro Franco Charais em Aveiro; as do general Ramalho Eanes em Évora. Se os secretários-gerais dos partidos de esquerda reafirmaram posições conhecidas, e se o Primeiro-Ministro, segundo parece, resolveu apresentar ao País a sua imagem política após a experiência governativa que o VI Governo lhe vem proporcionando, Franco Charais e Ramalho Eanes, mais militares do que políticos, mas ambos conscientes da situação político-militar delicadíssima em que nos encontramos, reafirmaram, com o tom que lhes é próprio, a preocupação dos responsáveis militares. Assinale-se, também, que a Assembleia Constituinte recomeçou os seus trabalhos e que a Comissão Nacional de Eleições vem exercendo as funções que legalmente lhe estão atribuídas. Os partidos organizaram as listas de candidatos e lançam-se na maratona dos comícios e das sessões de esclarecimento.

O problema das «eleições legislativas», na aparência jurídico-política, é o dominante; mas, no fundo, as grandes preocupações têm como objecto a escolha do candidato à Presidência da República. Com efeito, o alto cargo acumula responsabilidades políticas e militares. A escolha poderá consolidar ou comprometer o equilíbrio precário em que nos encontramos.

A POSIÇÃO DO GENERAL RAMALHO EANES

Na presente correlação de forças político-militares a figura do general Ramalho Eanes, actual CEME, surge como uma garantia de estabilidade política e de defesa das conquistas democráticas já consagradas no texto constitucional. Coloca-se, porém, o problema de saber onde poderá ser mais útil a presença do general Ramalho Eanes. Há quem entenda que, na presente conjuntura, a substituição do CEME poderá acentuar a recuperação de posições no Exército pelos antigos quadros do Corpo do Estado-Maior, com prejuízo dos «políticos» e dos oficiais «da linha». A estas inquietações, Ramalho Eanes deu, em Évora, uma resposta. Para o actual CEME: «Há muitos camaradas meus que poderiam desempenhar este cargo e, portanto, não há qualquer relação entre a chefia do Exército e as circunstâncias que eu gostaria que se verificassem neste País para ser candidato à Presidência. No entanto, reafirmo, não é irrevogável a minha recusa a candidato, mas torna-se imprescindível o aparecimento de um conjunto de circunstâncias, sem as quais nunca poderia candidatar-me».

SETE MIL ELEITORES

De acordo com o que dissera dias antes o brigadeiro Vasco Lourenço, o general Ramalho Eanes deu a entender que não cabe aos militares a iniciativa, eminentemente política, da designação de um candidato à Presidência da República. Não se trata de desencadear, com especulações de gabinete e intrigas de bastidores, uma manobra que favoreça este ou aquele candidato, mas de tomar posição perante candidaturas que sejam apresentadas nos termos da lei. Foi a lei que Ramalho Eanes recordou nas suas declarações: «Não se trata de ver ou não com agrado determinadas pessoas, mas sim cumprir o que está estipulado na lei, que diz que 7000 eleitores podem apresentar um candidato. E, neste aspecto, é assim que eu vejo o problema, o povo é que terá de se pronunciar».

Têm, portanto, a palavra, 7000 eleitores.

A LIBERTAÇÃO DE OTELO

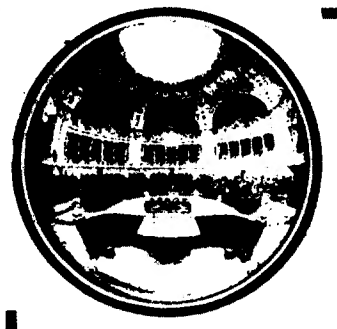
Registem-se, como reveladoras de grande coragem política, as palavras do general Ramalho Eanes sobre a libertação de Otelo Saraiva de Carvalho: «No que se refere à libertação de Otelo, ela vem na linha da dívida de gratidão que o povo tem para com ele».

Nas precipitações e nas recuperações posteriores aos acontecimentos (enigmáticos) do «25 de Novembro», terá havido quem se dispusesse a ingnorar esses sentimentos de gratidão do povo e Ramalho Eanes não quer enfileirar nesse número. As suas delcarações assumem um especial relevo político neste momento, em que a candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República surge como uma alternativa possível. Não estamos, simplesmente, perante uma atitude moral (o que já seria relevante), mas perante uma decisão política: manter vivo o espírito do 25 de Abril.

Decisão com a qual se relacionam, também, as declarações do major Melo Antunes no aeroporto de Roma.

O INIMIGO DA DIREITA

O brigadeiro Franco Charais, em Aveiro, declarou: «Qualquer recuperação que hoje haja, ou tentativa de recuperação do processo revolucionário, há-de ser uma tentativa do tal inimigo número um... «será uma tentativa de direita para recuperar o processo revolucionário». Conscientes deste perigo real, os militares reconsideram as posições assumidas e têm-se reunido, formal e informalmente, para analisar as condições políticas e militares. Parece que se desenha um consenso no sentido de travar os avanços da direita e de estabilizar a situação apoiando as forças políticas interessadas na institucionalização da democracia. Resta saber se as respostas que serão dadas aos graves problemas económicos facilitarão essa institucionalização formal. A democracia e o socialismo carecem de vida própria, de radicação efectiva no «país real», de mobilização efectiva das massas populares.



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Deputado socialista: "A solução dos problemas não está nas eleições"

«O conceito de liberdade não pode conter a liberdade de explorar, a liberdade de actuar contra a Revolução e as instituições políticas e populares. O eleitoralismo encerra sempre o perigo derivado das manobras de caça aos lugares, o que pode comprometer o processo revolucionário, levando ao domínio da direita». Foram declarações do deputado do P.S. Amarildo Sabino, cuja intervenção na sessão de ontem da Assembleia Constituinte causou algum mal estar na bancada socialista. O «leader» José Luis Nunes teria aliás a preocupação imediata de estabelecer a demarcação entre as palavras de Amarildo Sabino e as posições oficiais do P.S. Até por este facto, à intervenção daquele deputado, sempre coerente, aliás com o seu passado de luta antifascista pertenceu o dado mais significativo da sessão. Aliás, não foi certamente ao acaso do tempo que ela foi feita: Repare-se que ontem, precisamente, tinha início o debate do primeiro artigo da Constituição. Em causa, na prática, os destinos do Conselho da Revolução. «Bem necessitamos que seja consignado na Constituição um órgão de defesa e garante da Revolução e das suas conquistas» afirmou o deputado «admoestado» por José Luis Nunes.

Relativamente ao seu partido, Amarildo Sabino não se eximiu a criticar certos aspectos de actuação, nomeadamente após os acontecimentos do dia 25 de Novembro. Após tal data, conforme sublinhou, tornou-se difícil aprovar na Câmara «articulados em defesa das massas populares ou moções em seu apoio». Também não passou sem referência a matéria ligada à política do P. S. relativamente ao M.P.L.A. e ao reconhecimento da República Popular de Angola. No entanto, o deputado teve a preocupação de sublinhar que os seus princípios «não estão nem nunca estiveram em oposição à Declaração de Princípios e Programa do P.S.».

Também as eleições foram tema desta intervenção que constituiu afinal uma análise global à situação política do momento. Pondo em dúvida que as próximas eleições venham a ser eleições realmente livres, afirmou Sabino: «O terrorismo, a liberdade de actuação de que os contra-revolucionários dispõem, especialmente no Norte do País, são preocupação bastante para quem deseja garantir a democracia e a liberdade para o povo português». E, mais adiante: «A solução dos problemas não está nas eleições, mas nos eleitos e é aqui que reside o perigo apontado, quando os interesses pessoais e partidários subalternam o interesse geral».

Digamos que uma «certa unidade» se criou a «certo momento», ontem no Palácio de São Bento. De pé, deputados do Partido Comunista e do M.D.P. aplaudiram Amarildo Sabino. Vieram também alguns aplausos de sectores do Partido Socialista e dos independentes.

A. T.

Listas do P.S. são uma escolha pensada

O Partido Socialista divulgou ontem a maior parte dos nomes constantes das listas concorrentes pelos 21 círculos eleitorais do Continente e das Ilhas. As listas são encabeçadas pelos principais nomes do partido. Deve no entanto anotar-se que alguns nomes aparecem em primeiro lugar em distritos com que aparentemente nada têm a ver. São por exemplo os casos de Jorge Campinos, que aparece em primeiro na lista de candidatos do PS pelo Funchal, e Sousa Gomes, que é o primeiro candidato do PS por Bragança. O facto comprova a preocupação que o PS teve em escolher para certos círculos eleitorais nomes que pudessem constituir uma resposta a problemas que no respectivo eleitorado se levantam. Lopes Cardoso candidata-se por Beja por motivos idênticos.

A colocação de Sousa Gomes no primeiro lugar em Bragança obrigou o partido a deslocar Raul Rego para a lista concorrente por Braga onde é o primeiro, logo seguido por Armando Bacelar.

Nos restantes círculos, os primeiros nomes do PS são Mário Soares e Sottomayor Cardia (Lisboa), António Macedo e Francisco Salgado Zenha (Porto) Carlos Candal (Aveiro), Manuel Alegre (Coimbra), Vasco da Gama Fernandes (Leiria), Albano Pina e António Guterres (Castelo Branco), Machado Rodrigues (Évora), Luís Filipe Madeira (Faro), António Reis e Maria Barroso (Santarém), Aires Rodrigues e Herculano Pires (Setúbal), Júlio Calha (Portalegre), Jaime Gama (Ponta Delgada), Alvaro Monteiro (Viseu), Oliveira e Silva (Viana do Castelo), José António Goulart (Horta), Borges Nunes (Angra), Eduardo Rbeiro Pereira (Guarda) e António Barreto (Vila Real).

Vistos os nomes constantes das listas, anota-se — como entoa o «Expresso» — a ausência de certos nomes que se destacaram na Constituinte por um comportamento nem sempre afinado pelo consenso do bloco partidário: Amarino, Sabino, Kalidás Barreto, A. Órfão e Florindo Marques, por exemplo — não são candidatos à Assembleia Legislativa.

Um esclarecimento

Ser afecto ou não — eis a questão

Na minha qualidade de participante na lista A, que concorreu às eleições para a Comissão Permanente de Liberdade de Imprensa, do Sindicato dos Jornalistas, sinto-me no dever de prestar dois esclarecimentos respeitantes a notícias publicadas não só neste jornal, como em alguns outros. Se nos outros a intenção é confessa no caso do D.L. deve-se evidentemente a um lapso.

Assim, quando na caracterização ideológica das listas que foram presentes às eleições se refere a lista A como «afecta ao PCP», no caso de uma notícia, e por «tida como afecta», no caso de outra, cai-se evidentemente num equívoco.

É que quando fui contactado para fazer parte daquela Comissão, nunca fui informado nem me pareceu que se tratava de «satelitizar» fosse que partido fosse. As ilações, sobre quem terá feito o convite são evidentemente tiradas por excesso. De resto, que eu saiba, até hoje nunca me manifestei como afecto ou desafecto ao PCP. Manifestei-me isso sim, em completa desafecção com o fascismo e outras formas de exercício político-ideológico que lhe são claramente afectas.

Sobra de tudo isto a expressão «tido por afecto». Claro que, aí, o problema é de quem me «tem». Ou não me tem o afecto necessário e suficiente para me interrogar se ao participar na lista A, posso estar sujeito às especulações que o Império tece.

ROGÉRIO VIDIGAL

Queirós de Azevedo solto de Santarém

O Presídio Militar de Santarém, depois da saída de Otelo Saraiva de Carvalho, abriu mais uma vez as suas portas. Efectivamente, ontem à noite, abandonou aquele estabelecimento prisional o major Fernando Queirós Azevedo, colocado na E. P. A. M. nos últimos meses que antecederam o 25 de Novembro.

Com a libertação, restam unicamente no Presídio os majores Campos Andrada e Mário Tomé, capitão Francisco Faria Paulino, primeiros sargentos pára-quedistas Álvaro Neves e Manuel Rebocho e o civil Moreira da Luz.

Entretanto, abandonaram o Forte de Caxias, o capitão-de-mar-e-guerra Vasco Costa Santos e o 1.º tenente fuzileiro Ferreira da Silva, ali detidos devido aos acontecimentos ocorridos na data acima mencionada. Só cinco militares se encontram ainda no Forte.

Candidaturas: prazo acaba na 2.ª-feira

O prazo para apresentação de candidaturas às eleições legislativas só termina na segunda-feira. Assim, o deliberou o Conselho de Ministros na sua reunião de ontem ao ratificar um despacho interpretativo do ministro da Justiça sobre tal matéria.

Rigorosamente e de acordo com o disposto na lei reguladora do sistema eleitoral o prazo devia terminar às 24 horas de hoje (50 dias antes do acto eleitoral). Nesse sentido se pronunciou a Comissão Nacional de Eleições em comunicado ontem divulgado, esclarecendo serem erradas algumas interpretações daquela lei de acordo com as quais o prazo terminaria ontem (dia 5), dada a particularidade de hoje ser sábado. A CNE acrescentava ainda que se houvesse dúvidas na contagem do prazo elas seriam resolvidas pela ampliação do mesmo e nunca pela sua redução.

Assim o entendeu também o ministro da Justiça e com ele o plenário ministerial ao ampliar o prazo. Segundo julgamos embora a entrega de candidaturas seja um acto político, foi decisiva para aquela interpretação a analogica com o que se passa nos prazos dos actos processuais e judiciais. Aqui, com efeito, se o fim do prazo coincidir com o sábado só termina no dia útil imediatamente a seguir, normalmente a segunda-feira.

Quem viu o GN-98-19?

Um «Toyota Corolla 1200» de cor branca e matrícula GN-98-19 foi roubado, durante a madrugada de hoje, a um nosso leitor. Para quem o veja... ou saiba de quem o tenha, aqui ficam os telefones úteis: 78 83 74 e 60 65 79.

post scriptum

Os violinos e as gaitas-de-foles

Estamos ou não interessados na construção de infra-estruturas, nas quais deverá assentar toda uma nova forma de vida, político-social, que nos conduza não só à sociedade sem classes, mas principalmente à não dependência de outros países? Numa transformação tão grande na nossa política, na governação, na vida a que nos estamos a adaptar, nos direitos a nós favoráveis que desejamos se mantenham e ampliem; não teremos que mudar também, nos ofícios, nas ocupações que escolhemos para vender o n/ trabalho? Parece-me que se o País fabricava violinos, que todos sabíamos fabricar, e se agora para concretizar o que todos ambicionamos, teremos que fabricar gaitas-de-foles, por que razão não começamos já com toda a nossa vontade, a fabricar gaitas-de-foles, em vez de nos considerarmos desempregados na categoria de fabricantes de violinos?

Ouço dizer, e leio, que importamos cerca de 80 por cento do que necessitamos para sobreviver, provocando o escoamento total de divisas, e não só, sendo cada vez menos o que exportamos, provocando o inevitável desequilíbrio que se verifica, em risco de não mais se equilibrar. Ora eu aceito que um país pobre como o nosso, e subdesenvolvido, algo isolado, que parou há vários anos, não acompanhando nem de longe o progresso de outros; importe alguma maquinaria, certos produtos químicos, medicamentos, e mais alguns produtos: mas... sendo a maioria dessa importação, representada por produtos alimentares, tais como a carne, o trigo, o milho, a batata, leite, e outros ainda, que poderíamos produzir em quantidade suficiente, e até a médio prazo; talvez exportar alguns desses produtos; acho asneria grossa e incapacidade de adaptação da nossa gente, ao que nos é exigido para atingirmos a meta que ambicionamos.

António M. Jordão — LISBOA

Imposto de circulação

O imposto de circulação aumenta 20 por cento para quem já o pagava. Entretanto os retornados vão ficar isentos do seu pagamento. Pergunto: onde está a moral se os retornados não deixam de andar de automóvel? Não seria mais viável (para um país que se diz viver com tantas dificuldades) que todas as pessoas possuidoras de automóvel pagassem o respectivo imposto?

Quem não tem dinheiro para pagar o imposto de circulação deve fazer como aqueles que, não sendo retornados, se privam de possuir automóvel próprio.

José Tenório — LISBOA

Um casapiano escreve sobre a Casa Pia

Quem tem seguido atentamente o evoluir da situação casapiana, nestes últimos anos, deve encontrar-se numa situação de desencanto e angústia, pela forma que o assunto está assumir. Passou já ao domínio público. Muito claramente o digo, o que se procurou com as especulações foi atribuir à esquerda as culpas pelo caos em que o colégio está atolado. A Casa Pia não resistirá a mais um ano lectivo neste estado, assim como não suportará, também, resoluções unilaterais, irrealistas apressadas, venham de onde vierem.

Há portanto que fazer algo nesse sentido e eu ouso apresentar o seguinte programa de acção:

1 — Formação de uma comissão de Estado, totalmente afastada do executivo, que elabore um plano de acção profundo, se preciso. A escolha dos elementos dessa comissão, nomeados pelo Governo, mas apresentados pelas bases, não deverá atender a opções partidárias;

2 — O estudo deverá ser acabado pelo menos três meses antes do próximo ano lectivo, procedendo-se então à escolha das direcções e quadros, que se deveriam identificar completamente com as linhas do programa;

3 — Garantir em todas as fases do processo o emprego dos trabalhadores, recorrendo-se ao afastamento, apenas em casos de manifesta negligência ou inadaptação;

4 — Manter a identidade casapiana, embora com a suficiente dinâmica, para responder à situação actual;

5 — Tomarem-se, entretanto, medidas que obviem de certo modo ao estado caótico do colégio.

D.C.A. — LISBOA

Estão à espera que esvazie o tacho?

«Desculpam-se alguns industriais gráficos que as dívidas à Caixa de Previdência foram para modernização das instalações, maquinaria, postos de trabalho, etc. Só não dizem que todo o lucro destas modernizações, maquinarias, postos de trabalho, etc., reverte em *benefício próprio dos respectivos industriais.*

E quando se afirma que estão cometendo um «*abuso de confiança*», ficam muito ofendidos, (coitadinhos) que são muito sérios, e que tudo que fizeram ou fazem é em benefício dos trabalhadores, (que tal está a moenga, hem!...).

Quando é que os trabalhadores acordam desta longa letargia, «*denunciando e repudiando energicamente estas manobras antipopulares, cuja finalidade é os industriais continuarem a usar os dinheiros da Previdência e Fundo de Desemprego em benefício próprio.*»

Quando o tacho da Previdência estiver vazio?»!

V. G. — ALMADA

DESENHOS ANIMADOS (DE QUE INTENÇÕES?)

ISABEL DA NÓBREGA

A maior parte dos filmes de desenhos animados que os nossos miúdos vêem nos cinemas (e por vezes também na televisão), têm por heróis bichos cujo comportamento surge condicionado pela emulação e pela cobiça, sentimentos estes que se transformam em «valores» e funcionam espectacularmente através da manha; o terceiro componente da acção é a violência. — Qual a percentagem dessas séries que NÃO terminam com o petardo, a granada, a bomba?

Pouco afecta a este tipo de entretenimento, é sempre desapontada que assisto — quando assisto — a um cinema de animação cujas histórias são efectivamente animadas pelo (manhoso) Pica-Pau, pelos Corvos (manhosos), pelo (manhoso) Coelho, pelo estúpido Cão Grande (estúpido porque não manhoso), pelos (manhosos) Gato-e-Rato, etc.; e abatida com o sistemático final em que o último, imaginoso, recurso, é o petardo-granada-bomba.

Há tanto tempo empenhada na observação deste fenómeno, quereria que ela pudesse transformar-se em denúncia e em desmitificação, e assim vou retomando, mais ou menos ambiciosamente, o tema, no propósito de espevitar a atenção de quem por ele se deva interessar.

É certo também correrem nos cinemas (e na televisão, em geral pela mão desse especialista que se chama Vasco Granja mas que infelizmente os não escolhe a todos) alguns, escassos, desenhos animados de muita qualidade, franceses, jugoslavos, checoslovacos, vindos sobretudo de uma origem própria para apagar fronteiras e diferenças de linguagem: uma imaginação que faz rebentar as estreitas balizas da lógica mas que não resvala no irracionalismo.

Nesses desenhos, o quotidiano imediato, parecendo afastar-se, persiste: distanciado apenas o bastante para sobre ele caber o jogo dos nossos sonhos obscuros, e também a ampliação transfiguradora da realidade em realidade poética. (De longe em longe, sem aviso, somos assim presenteados com a surpresa de uma porta aberta que nos projecta para um terno e rápido mundo absurdo que diríamos perfeito).

Mas isto é entre nós raridade. O fornecimento corrente de películas ditas para crianças continua a ser o «atentado» que há meia dúzia de anos já aqui denunciava — torpe estendal de pequenas ambições, grandes perseguições, e de deslustradas vitórias alcançadas pela arma mais comum nesta guerra de desenhos «que se odeiam» — a manha. — Porém, até essa cede, exausta, o passo à pólvora, à pólvora em cartuchos, em granadas, em tiros de canhão...

Fiz em tempos uma ressalva para o bonacheirão, sorridente e míope Mr. Magoo, a quem qualquer de nós ajudaria a atravessar a rua... Mas mesmo dele, dizia, há que desconfiar... O homenzinho parece querer sugerir que tudo vai bem no melhor dos mundos. Ora a sua inocência é só inconsciência. Porque se Mr. Magoo corre os maiores perigos, chegando a casa sempre são e salvo, correu os perigos como uma criança, sem deles se dar conta; e chegou salvo mas inconsciente do mundo por onde andou, na sua irremediável miopia dos olhos e do entendimento.

Voltemos porém aos bichos. Há cinco anos li umas coisas contra o Pato Donald, e gostei. Eram excertos de um livro acabado de aparecer no Chile, publicado ao mesmo tempo pela Editora do Estado e pela Universidade Católica de Valparaíso. Baseava-se na pesquisa realizada por uma equipa de jovens suecos que, no quadro do seu programa de estudos, submeteu as histórias aos quadradinhos do Pato Donald a uma análise minuciosa.

Segundo os autores — e esse estudo sobre certa banda desenhada aplica-se *ipsis verbis* ao género de cinema de animação que trago a pelourinho — segundo Ariel Dorfman e Armand Mattelart, portanto, existem muitas coisas complexas por detrás do Pato Donald. Esse ídolo das crianças, tal como outras figuras criadas por Disney, é posto ao serviço do neocapitalismo e de uma sociedade de consumo em que o homem não é mais do que um elemento estatístico.

(Eu já desconfiava... e me referira às subtilezas com que o processo de captação mental, de condicionamento psicológico, era, é, desenvolvido e posto em execução na penumbra cumplice das salas de cinema...).

Mas eis que o livro me chega agora às mãos, na tradução portuguesa acabada de sair: «Para Ler o Pato Donald» — Iniciativas Editoriais. Folheei-o com grande contentamento. E fui impelida a retomar o assunto. (É tão agradável sentir-mo-nos confirmados...)

Uma nota acerca da Editora do Estado, que primeiro publicou a obra: diz o prefácio chamar-se «Quimantú», palavra que na linguagem dos primeiros índios chilenos significa «Luz do Saber». Em dois anos e meio da era de Allende publicou ela, aliás, cinco milhões de livros; o dobro do que fora publicado no Chile nos últimos setenta anos.

A obra não é escrita com malícia nem com humor — mas não se lhes sente a falta. A sua sedução provém de uma grande seriedade, da clareza, e de uma lógica a que não se pode resistir.

Por exemplo, numa das histórias, os sobrinhos de Donald encontram, atirados à praia, vários objectos (um colar índio de conchas, um espelho, um barco de borracha, uma travessa para cabelo). Comentário dos autores: «... o mar prodigaliza bens; a natureza proporciona abundantes exemplos da sua generosidade (...) No mundo de Disney ninguém trabalha para produzir. Todos compram, todos vendem, todos consomem, mas nenhum destes produtos custou, ao que parece, esforço algum. A grande força de trabalho é a natureza, que produz objectos humanos e sociais como se fossem naturais. Portanto, a origem humana do produto — da mesa, da casa, do automóvel, do vestuário, do ouro, do café, do trigo, do milho (trigo e milho vindos directamente do celeiro e não dos campos) foi suprimida».

E ainda: «O imaginário infantil serve a Disney para cortar toda a referência à realidade concreta. Os produtos históricos povoam e enchem o mundo de Disney, mas ele apropriou-se desses produtos e portanto do trabalho que os originou, repetindo o que a burguesia fez com a força de trabalho do proletariado. É um mundo ideal para a burguesia: fica-se com os objectos e sem os operários (...), mundo com que sempre sonharam, acumular a riqueza sem enfrentar o seu resultado: o proletariado».

Que tal?

Por isso, leitor, apura a tua capacidade crítica, e não afrouxes a atitude de vigilância. Mesmo frente a estas coisas aparentemente pequenas, quantas vezes carregadas de propósitos ameaçadores. Rematava eu assim há anos um «parecer» sobre alguns símbolos nos desenhos animados: entre a agressividade, a competição e a manha sistematizadas nas histórias de bichos, e o alheamento pasmado de Mr. Magoo, não há nenhum lugar para a inteligência, para a razão. Vamos da crise demente para a contemplação beatífica, duas situações em que os homens de alguma maneira se demitem do seu trabalho essencial de transformadores do mundo.

A BANDA DESENHADA MODERNIZA-SE

JACQUES GOIMARD

O III Salão Internacional da Banda Desenhada, organizado em Angoulême, atraiu perto de trinta mil visitantes.

Angoulême não é, na verdade, uma feira, um Festival de Cannes da «B. D.» (tal papel pertence antes a Lucca e mesmo a Francfort). Todo o sabor da manifestação está no encontro dos autores e do público: desenhos originais expostos no museu, conferências, entrevistas, sessões de autógrafos, mesas redondas ou jogos como o já tradicional jogo da resposta rápida, solicitam o amador, tiram-no da sua passividade tradicional.

Se a B. D. continua a ser uma arte muito apreciada pelas crianças (que festejaram os autores em todas as aulas de desenho da cidade), ela não é só isso e a sua mutação, muito rápida de há alguns anos a esta parte, não tem sido muito fácil. A mesa redonda do dia 23 deu aso a um memorável ajuste de contas entre os antigos (Marijac, Gilain, Pellos — este último coroado já no fim da sua carreira com o Grande Prémio da Cidade de Angoulême) que não escondem a sua amargura, e os modernos (Gothib, Gandi, Giraud) que se querem diferentes.

UM CONFLITO IDEOLÓGICO

O conflito é, antes de mais, ideológico (os adversários da nova B. D. intentam-lhe constantemente o eterno processo de... pornografia!), mas ela preenche cada vez mais uma falha económica. Os grandes editores continuam em geral fiéis aos antigos (com brilhantes excepções como Casterman, que acaba de publicar a admirável «Balada do mar salgado», de Hugo Pratt, justamente coroado com um dos prémios do Salão) enquanto que os modernos se querem independentes e resolvem publicar-se e até mesmo distribuir as próprias obras. Conseguem com isso uma vantagem inapreciável — a liberdade de expressão — mas, por vezes, sérios prejuízos devidos a uma gestão pouco ortodoxa.

Alguns deles — os de «Hara-Kiri», recusam todo e qualquer compromisso com o sistema, e nunca puseram os pés em Angoulême. Muitos outros pareciam há ano e meio prestes a alinhar sob o estandarte do «Echo des savanes», primeira puplicação independente realizada em França unicamente por desenhadores. A pequena história modificou tudo isso e agora cada tendência tem o seu suporte: «L'Echo des Savanes» continua a ser o feudo de Mandryka, mas os caricaturistas têm o seu órgão, «Mormoil», tal como os amado-

. Continua na pág. 4

Nacional

A banda desenhada moderniza-se

Continuação da pág. 3

res de ficção científica têm o «Metal hurlant». Gothib anima «Fluid Glacial» e Loro, «Tousse - Bourrin», enquanto que Brétecher, prosseguindo o movimento até ao seu termo lógico, edita os seus «Les Frustrés», e que «Le Monde», convertido à civilização da imagem, apresenta uma primeira antologia de «Desenhos-documentos 74-75».

Todas estas equipas tinham os seus «stands» em Angoulême, e foram, de longe, as mais procuradas enquanto que um editor tradicional, outrora um dos promotores da B. D. moderna, renunciara a toda e qualquer representação directa. É bem claro que o êxito solicita os jovens e que estes formam uma frente menos unida do que há dois anos: algumas vedetas reservam mais ou menos a sua produção para o seu próprio periódico e o simples jogo da concorrência vai decerto fazer desaparecer alguns títulos. Outros, porém, já aspiram a substituí-los e chamam a atenção dos amadores para os seus trabalhos sobre a história da B. D., como «Schtroumpf» e «Phenix», ou para novos desenhadores que incessantemente descobrem, como «Falatoff» ou «Circus».

Este Salão também se dedicou à ficção científica, cinco vezes premiada no palmarés final com Pellos (que foi um dos pioneiros do género em «Futuro polis»), Christin (com «La Croisière des oubliés», ed. Dargaud), Godard e Ribera com «L'Empire des Soleils Noirs», etc. Hachette, e, por fim, Conben e Gal com duas bandas publicadas em «Métal hurlant», considerada «a revista do ano» pela beleza plástica e pela originalidade que mostrou.

© LE MOND

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

AVENIDA VISCONDE VALMOR, 34, 1.º — LISBOA-1
TELEFONES 770274-763276-770066

DELEGAÇÃO DE SINTRA MEM MARTINS

Comunica-se aos camaradas Rodoviários que a DELEGAÇÃO do seu Sindicato, no concelho de SINTRA, em MEM MARTINS está aberta a partir do dia 8 de Março, com o seguinte horário: de segunda-feira a sábado, das 8.30 às 23.30 horas, e tem sede na Rua C, Lote 3, c/v., junto ao Colégio D. Afonso V em Mem Martins.

Mem Martins, 5 de Março de 1976.

PELA DIRECÇÃO

João do Patrocínio Ramos

RETORNADOS NO ENSINO

Atingem valores próximos dos 80 mil contos as verbas concedidas pelo IARN para a assistência aos estudantes retornados.

Refere-se que por exemplo o somatório das verbas concedidas à Faculdades de Direita, de Letras, de Ciências e Medicina da Universidade de Lisboa não chega a atingir a verba que através do IARN podem usufruir os estudantes do Ensino Básico e Secundário, retornados das ex-colónias.

REVELAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES

Demissionários 75 por cento das comissões de gestão

Da análise da actual situação da gestão nas escolas do Ciclo Preparatório e do Ensino Secundário feita durante um encontro de professores promovido pelo respectivo sindicato e reiniciado hoje, a partir das 10 da manhã, na Escola Preparatória Manuel da Maia, ressalta como ponto assente, «sem risco de exagero», que mais de 75 por cento das comissões de gestão encontram-se actualmente demissionárias.

Na sequência desta afirmação a CDP do Sindicato dos Professores da Zona da Grande de Lisboa alerta para a não-existência de legislação em vigor «por que se possam reger com alguma segurança as comissões de gestão existentes, ou segundo a qual se possa proceder à eleição de novas comissões, dado que o Decreto-Lei n.º 221/74 de 27 de Maio estabelece o fim da sua própria validade em 31 de Agosto de 1975». Observam ainda as conclusões da primeira fase do encontro os graves transtornos resultantes da recusa do MEIC em fornecer verba para o apetrechamento das escolas. Assim, informa o texto, «na Escola Secundária de Alenquer continuam a não ser dadas aulas de dactilografia por falta de máquinas de escrever, apesar de todos os passos dados pela comissão directiva da escola junto dos serviços centrais para resolver o problema. Igualmente na Escola Comercial Patrício Prazeres, onde funciona um núcleo de estágio de dactilografia, têm sido baldados os esforços para obter as máquinas de escrever necessárias».

Na análise e discussão dos vários pontos constantes da ordem de trabalho do encontro foram elaboradas e aprovadas propostas que defendem a necessidade de reuniões periódicas e encontros das comissões directivas das escolas da sua área sindical, por iniciativa do Sindicato dos Professores, e à semelhança do que acontece já no distrito de Santarém.

Por outro lado, defendem os participantes no encontro que seja criado no MEIC «um órgão único que centralize todas as informações pedidas e cuja exclusiva função seja fornecer todas as informações pedidas e coligir e enviar para as escolas todas as determinações emanadas dos serviços centrais. Este organismo deveria trabalhar em coordenação com a 10.ª repartição da Contabilidade Pública e o Ministério das Finanças». Pede ainda uma outra proposta que o «MEIC seja dotado de equipas itinerantes de técnicos de contabilidade e finanças» para apoio, em matéria administrativa, às comissões de gestão.

DATA DE ELEIÇÕES DOS CONSELHOS DIRECTIVOS

No capítulo respeitante às comissões que se mantêem em exercício foi aprovada uma proposta que avança a necessidade de mobilização de os vários sectores da comunidade escolar no sentido de darem apoio aos conselhos directivos e de exigirem que o MEIC «se comprometa, em data que possibilite à sua volta uma ampla discussão pública e nas escolas, um projecto de decreto sobre gestão democrática das escolas do CPES e do ES».

No fim do encontro, apareceram três propostas para a data de eleições dos conselhos directivos. Se a primeira proposta defendia o fim presente ano lectivo como data ideal para as eleições, outra defendia deverem estas ser realizadas no princípio do próximo ano lectivo e uma terceira era de opinião que os conselhos directivos devem ser eleitos até Janeiro, de forma a coincidir o início das comissões directivas recém-eleitas com o início do ano económico.

O ENCONTRO DE HOJE

O encontro que hoje começou tem uma carregada agenda de trabalhos. Alguns pontos, a título de exemplo: problemas disciplinares — causas e modos de actuação; níveis de participação das comissões de moradores e de trabalhadores — ligações da escola ao meio; estatuto e de eleições dos conselhos directivos e gestores eleitos pela escola; constituição do conselho directivo; definição de funções.

LISTA A: O ENSINO EM DEBATE

A lista A, sob a sigla «Unir os professores, organizar o sindicato, transformar o ensino» candidata à direcção do Sindicato dos Professores, estará presente na Faculdade de Letras, anfiteatro II, às 18 e 30 horas da próxima segunda-feira.

Colóquio que se pretende debate, contará com a participação de António Hespanha, Maria Helena Mateus, Bragança Gil e Joel Serrão.

Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

Rua do Conde Redondo, n.º 60, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º — Lisboa

CONVOCATÓRIA N.º 43
DIRECÇÃO

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul convoca todos os trabalhadores dos sectores de Lanifícios, Têxteis, Vestuário, Tinturarias e Lavandarias para importantes reuniões que terão como finalidade a preparação dos trabalhadores destes sectores para o CONGRESSO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, que se realizará no Porto, nos próximos dias 18, 19, 20 e 21 de Março.

Assim teremos as seguintes reuniões:

DIA	HORA	LOCAL	ABRANGE OS TRABALHADORES DAS ZONAS
3/3/76 (4.ª feira)	21 horas	Na nossa Delegação em Portalegre	Zona de Portalegre
4/3/76 (5.ª feira)	15 horas	Local a indicar	Zona de Évora
7/3/76 (domingo)	15 horas	Local a indicar (informa-te no Sindicato)	Zona de Almada e Setúbal
8/3/76 (2.ª feira)	20.30 horas	Na nossa Delegação de Moscavide — R. Dr. João G. Patacão, 26—Moscavide	Zonas de Moscavide e Vila F. Xira
8/3/76 (2.ª feira)	18 horas	Na nossa Delegação do Barreiro — R. Miguel Pais, 35-A	Zona do Barreiro
8/3/76 (2.ª feira)	20.30 horas	Na nossa sede — R. Conde Redondo, 60-2.º — Lisboa	Zona de Lisboa
10/3/76 (4.ª feira)	20.30 horas	Local a indicar (informa-te no Sindicato)	Zona de Cacém (que integra a ex-zona de Torres Vedras)

Estas reuniões culminarão com um Grande Encontro para Preparação do Congresso (Discussão das Teses) no dia 14 (domingo).

O Encontro realizar-se-á no Liceu Gil Vicente (Rua da Verónica, à Graça), terá início às 10 horas da manhã e decorrerá durante todo o dia.

— EM FRENTE COM O CONGRESSO!
— DIVULGA, DISCUTE E PREPARA-TE PARA O CONGRESSO!
— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 1 de Março de 1976.

Pel'A DIRECÇÃO
C. Oliveira

meu filho, meu tesouro

Como criar e educar os filhos pelo

Dr. BENJAMIN SPOCK

O LIVRO DE TODOS OS PAIS

O mais famoso livro do mais famoso pediatra em todo o mundo
Agora em edição actualizada

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
LIVROS PARA QUEM SABE O QUE DEVE LER

Geral

O PS não fará quaisquer coligações eleitorais — repetiu ontem o seu secretário-geral. «Nem à esquerda nem à direita» — acrescentou

Mário Soares confiante

"Vamos vencer para governar Portugal"

. «O eleitorado não está tão desmobilizado como por vezes se diz: 73 por cento tencionam votar e 17 por cento não decidiram ainda» — disse ontem Mário Soares durante um encontro com representantes dos órgãos de Informação na sede nacional do PS em Lisboa.

«O eleitorado — acrescentou — não está projectado para a direita, para um regresso ao passado. O nosso partido é opção maioritária do Povo português, é o partido que consubstancia a capacidade de resolução dos grandes problemas nacionais».

O secretário-geral do PS revelava resultados obtidos por uma sondagem feita por iniciativa do seu próprio partido junto de cerca de 2000 entrevistados de Fevereiro passado para Março corrente. Deles consta que declararam votar PCP 6 por cento dos inquiridos; no CDS 7; no P.P.D., 10; e no PS, 25 por cento. Não sabem ou não respondem 48 por cento. A percentagem restante é a daqueles que declararam não votar em nenhum partido ou votar noutros que não os quatro citados.

Mário Soares:

. «Tais resultados, conhecendo como nós conhecemos a sua caracterização — isto é, as zonas e grupos de eleitorado onde estamos mais ou menos bem firmados —, levam-nos a reforçar a nossa intenção já há muito declarada: vamos vencer para governar Portugal. Não pensamos em coligações eleitorais à esquerda ou à direita. Os problemas nacionais precisam de um Governo forte, com um projecto de governo viável, para os portugueses, com competência e capacidade de soluções concretas».

Mário Soares revelou o cuidado com que o PS tem vindo a preparar a campanha eleitoral que se avizinha. Anunciou, entre outras coisas, que se eleva a 2500 o número de sessões de esclarecimento que o partido tenciona realizar.

«Vamos informar e esclarecer os nossos concidadãos, com verdade e sem mistificações» — disse. — «Trocaremos a retórica pelos casos concretos. Deixaremos à reflexão dos portugueses muitos textos e documentos. Habilitaremos o eleitorado a decidir conscientemente e, por isso, mesmo, sabemos que ele estará massivamente connosco».

Mais pormenores: o Departamento de Propaganda do partido «orientará a sua actividade no mais escrupuloso respeito pelas determinações da lei eleitoral, pela liberdade de opção dos eleitores e pela necessidade de estes serem esclarecidos quanto ao projecto de sociedade e de vida que perfilhamos». As diversas organizações do PS têm estado «em contacto permanente com as populações no sentido de serem identificados os problemas e carências dos diversos distritos, concelhos e sectores de actividade, tendo em vista os interesses globais do Povo português». Um Departamento de Planeamento e Coordenação Regional ocupar-se-á da intercomunicação desses diversos núcleos, secções e federações. Todas as actividades deverão passar por um Centro Coordenador de Operações na sede nacional do partido em Lisboa.

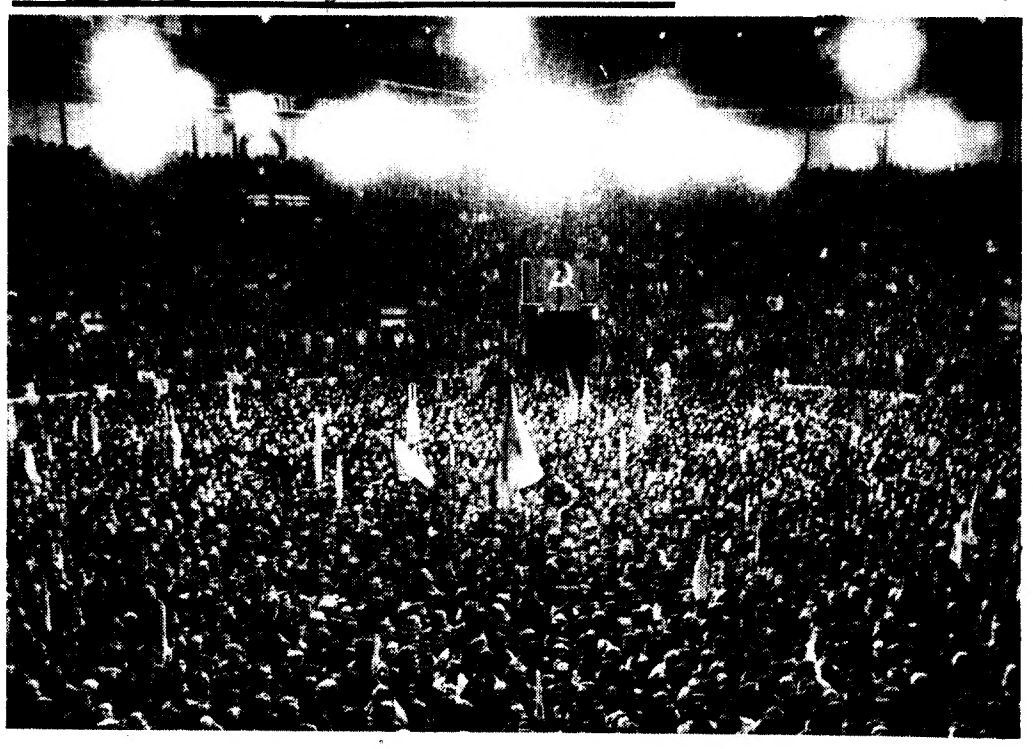
Mário Soares referiu-se ainda aos custos que tudo isto implica, adiantando que eles serão totalmente suportados pelas contribuições de aderentes e simpatizantes.

Nos passos finais da sua alocução, Mário Soares falaria do encontro de dirigentes socialistas e sociais-democratas que vai realizar-se no Porto, nos próximos dias 13, 14 e 15, por iniciativa do PS e do Comité para a Defesa da Democracia em Portugal.

«Portugal necessita de se abrir ao mundo, o nosso País necessita de dialogar permanentemente com a Europa a que pertencemos» — disse. — «É um diálogo de interesse mútuo, e um diálogo que nos permite colocar os nossos reais problemas e negociar o apoio de que ainda carecemos, é um diálogo livre e independente. O Partido Socialista é de há muito o grande obreiro deste diálogo, e não só com a Europa».

Ao encontro devem comparecer Willy Brandt, Olof Palme, Bruno Kreisky, Anger Jorgensen, Joop Den Uyl, François Miterrand, Francesco de Martino e Felipe Gonzalez.

«Trazemos os nossos amigos ao Porto também como homenagem ao dr. António Macedo, presidente do PS, aqui presente, e ao governador civil, dr. Cal Brandão, igualmente um socialista» — precisou Mário Soares. — «Mas de qualquer modo o Porto votou maioritariamente socialista em 1975 — e espero que vote ainda mais este ano».



O P. C. P. encheu mais uma vez o Campo Pequeno

Álvaro Cunhal peremptório

Governo de direita (com ou sem P.S.) ou Governo de esquerda (com P.C.P.)

A direita reaccionária está unida. A divisão dos trabalhadores, dos antifascistas, dos democratas, pode ser fatal para a nossa jovem democracia. Nós dizemos a todos os antifascistas, a todos os portugueses e portuguesas progressistas: ultrapassemos as nossas divergências e conflitos e lutemos em comum para assegurar o futuro democrático de Portugal, assim concluiu Álvaro Cunhal, sob os aplausos vibrantes dos milhares de presentes ao comício do 55.º aniversário do PCP, levado a cabo ontem na Praça do Campo Pequeno (completamente cheia) a sua longa e significativa intervenção.

Na reunião seria ainda feita a apresentação dos 60 candidatos por Lisboa do PCP às próximas eleições. A média de idades dos candidatos é de 38 anos; 28 por cento têm menos de 30 anos, 33 por cento têm entre 30 e 40 anos. Relativamente à composição social, 58 por cento dos candidatos são operários, assalariados agrícolas e empregados; 28 por cento são intelectuais e 8 por cento são pequenos comerciantes e agricultores.

Dos nomes dos candidatos pela capital e no sector intelectual constam, além de Lopes Graça, António Borges Coelho, Rogério Paulo, José Saramago, José Jorge Letria e os nossos camaradas de trabalho, Mário Castrim e Mário Vieira de Carvalho.

«ATÉ UM DESAFIO DE FUTEBOL...»

Os oradores foram apresentados por José Magro, do Comité Central, que deu conta ainda das saudações enviadas por partidos irmãos, destacando-se as mensagens do Partido dos Trabalhadores do Vietname e do Partido Comunista de Cuba.

Usou depois da palavra Severiano Falcão trabalhador da construção civil, também candidato por Lisboa, que se debroçou essencialmente sobre o movimento sindical, a sua importância e acção quer sob o fascismo quer depois do 25 de Abril.

Horácio Rufino, membro suplente do Comité Central destacou na sua intervenção os recentes contactos e reuniões entre organizações locais e da Juventude Socialista e da UJC. Sublinhou ser natural que jovens da mesma localidade que frequentam os mesmos locais de convívio, as mesmas escolas ou que trabalham nas mesmas fábricas ou empresas, que sentem os mesmos problemas e aspirações por resolver apesar das divergências ideológicas e políticas, sintam perante o avanço da reacção e os perigos que corre a Revolução e as liberdades, a necessidade de se encontrarem, de discutirem e de, ultrapassando as barreiras que os separam, agirem em comum por objectivos comuns.

A propósito da proibição pela direcção da JS, destes encontros («até um simples desafio de futebol foi impedido de se realizar») Horácio Rufino perguntou: será que a confraternização entre jovens socialistas e comunistas em encontros para troca de pontos de vista ao verificarem acordo em muitas questões, estão a servir a reacção? Ou pensará a direcção da JS que para defender a Revolução e construir o futuro não é necessária a unidade de todos os jovens?»

UMA SÓ ALTERNATIVA

Álvaro Cunhal começou a sua intervenção por sublinhar que «ao longo dos 55 anos de existência, o Partido Comunista Português manteve-se sempre fiel aos interesses da classe operária e do povo trabalhador de que foi e é vanguarda revolucionária», referindo a coragem e abnegação dos militantes do partido nas duras condições de repressão fascista. «Em meio século de fascismo — lembrou o dirigente do PCP — não nos recorda uma única luta operária organizada e dirigida por qualquer dos partidos que agora pretendem também ser partidos dos trabalhadores».

E mais adiante frisou: «partidos que defendem a intensificação da exploração dos trabalhadores, o congelamento de salários, e o aumento de preços para garantir mais elevados lucros ao grande capital; partidos que defendem a restituição de grandes empresas ao grande patronato reaccionário que as sabotou, defraudou, conduziu à beira da falência; partidos que congelam credenciais passadas aos trabalhadores para gerirem as empresas; partidos que defendem a restituição de latifundios aos grandes proprietários; partidos que defendem a submissão ao capital estrangeiro; tem de ser considerados não partidos operários, não partidos do povo, mas partidos do capital.

Salientando a implantação do partido nas fábricas nas empresas, em todos os locais de trabalho, Cunhal diria que tal facto, explica porque «há mais de 80 mil operários e empregados filiados no partido».

Após vincar que «o CDS, o PPD, o PPM, e PDC não pretendem uma democracia em Portugal pretendem sim conduzir o país a uma nova ditadura o secretário-geral do PCP frisou ser «necessário que todos os portugueses tenham a ideia exacta das alternativas de governo que com as eleições se virão a coloar concluindo que a alternativa é no fim de contas, uma só: um governo de direita com ou sem PS; ou um Governo de esquerda com o PCP».

Depois de salientar ser preciso impedir uma vitória CDS-PPD e garantir o exercício dos direitos e liberdades em todo o território nacional Álvaro Cunhal considerou absolutamente necessário «concorrer em força às eleições e derrotar nas eleições a direita reaccionária».

Sobre a posição internacionalista do partido e a defesa dos interesses nacionais Álvaro Cunhal lembrou a propósito da sua recente viagem a países socialistas que «ao passo que o imperialismo procura pressionar e intrevir para abafar a revolução portuguesa, para impedir um desenvolvimento no sentido do socialismo para proteger e procurar impôr-nos a recuperação pelo patronato reaccionário e pelas multinacionais, das empresas nacionalizadas ou sob controlo operário, a União Soviética e outros países socialistas apoiam e ajudam Portugal sem quaisquer condições políticas e estão prontos a ajudar-nos a resolver os graves problemas actuais».

OS RETORNADOS

Sobre Angola e o reconhecimento da RPA recordou os entraves postos pelo CDS, PPD e PS, incitados pelo imperialismo norte-americano e por forças reaccionárias externas e internas, e frisou que o que «feriu os interesses portugueses não foi o reconhecimento do Governo da RPA, mas o atraso desse reconhecimento».

A propósito dos retornados daquela ex-colónia arimou:

. «O PCP não confunde uma minoria de retornados que mantem uma mentalidade fascista e colonialista, da grande massa de retornados, que, na complexidade, dificuldade e perigos da situação angolana vieram para Portugal. Nem confunde aqueles que dispondo de grandes meios e de altas protecções estão em hotéis de 5 estrelas e fazem cada dia novas exigências e aqueles que nada recebem e vivem em barracas com o mínimo de condições.

Dia-a-dia um número crescente de retornados toma consciência de que foram enganados pelas forças reaccionárias comprometidas com o imperialismo e o racismo que lhes afirmaram que o MPLA seria derrotado e que os procuraram comprometer na luta contra a República Popular de Angola, e que no fim de contas lhes criaram a trágica situação actual.»

Nacional

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DE CONSERVAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETUBAL

Avenida Luísa Todi, 219

Telefone 22698

COMUNICADO

ELEIÇÃO DOS NOVOS CORPOS GERENTES

. . . . Prezado Camarada:

A solicitação da Direcção que pediu a sua demissão colectiva convoco a Assembleia Geral Extraordinária do nosso Sindicato para o dia 28 de Março, (Domingo) pelas 14,30 horas, na Sede do INATEL (ex-FNAT) na Praça da República, para efeito de eleição dos Corpos Gerentes que hão-de gerir os destinos do nosso Sindicato durante o triénio de 1976-1978.

As listas dos candidatos terão que ser entregues à Mesa da Assembleia Geral 30 dias antes da data do acto eleitoral, contendo as mesmas a designação dos membros a eleger, acompanhadas de um termo individual ou colectivo da aceitação das candidaturas, bem como dos respectivos programas de acção.

Os candidatos serão identificados pelo nome completo, número de sócio, idade, residência, designação da entidade patronal e local de trabalho.

Os sócios subscritores das listas de candidaturas só serão identificados pelo nome completo legível, assinatura e número de sócio.

As listas de candidaturas só serão consideradas desde que apresentem para todos os órgãos dos Corpos Gerentes do Sindicato, que serão constituidos por 14 elementos, a saber:

Mesa de Assembleia Geral (4), Direcção (7) e Conselho Fiscal (3).

Cada lista de candidatos concorrentes deverá apresentar o seu representante para a Comissão de Fiscalização do acto eleitoral não podendo o mesmo fazer parte da lista.

Para quaisquer esclarecimentos sobre o assunto da Assembleia Geral, podem pedir informações na Sede do Sindicato, pessoalmente ou por escrito, ou ainda pelo telefone.

Setúbal, 23 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Francisco dos Santos Oliveira

COOPERATIVAS DE CONSUMO

É organizando-se que as Cooperativas devem encontrar forma que possibilite a sua expansão.

REUNIÃO — Dia 10 de Março, pelas 21 h. na Rua Bartolomeu Dias, 172
Pedrouços — Lx.ª 3

PONTO ÚNICO — Eleição do secretariado das Cooperativas de consumo de área de Lisboa.

PELO COOPERATIVISMO

OFICINA DE AUTOMÓVEIS

SERVIÇOS RÁPIDOS

MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES
DE AUTOMÓVEIS DE MARCAS POPULARES

MENDES DE ALMEIDA, S. A. R. L.
AV. 24 DE JULHO, 52
LISBOA **TEL. 66 77 94 / 8**

SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSOM — Organização especializada em prótese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1.º Esq.
PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — **FARO**: Rua Ivens, 24-26

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D — R. Infantaria 16, 55-C — LISBOA

M.E.I.C. vai mudar para a 24 de Julho

. . Os serviços do M. E. I. C., situados na Avenida 5 de Outubro, vão mudar muito em breve para o edifício da Portugal e Colónias, na Avenida 24 de Julho.

Esta decisão, alimentada já desde o IV Governo Provisório, deve-se à falta de segurança que o actual edifício oferece e também à sua falta de dimensão. Com efeito, os limites de carga do edifício, que não fora construído expressamente para Ministério da Educação, são abaixo do necessário. Para estar com o peso ideal, o Ministério não poderia ter arquivos nem estantes.

Na 5 de Outubro ficarão apenas os gabinetes do ministro e dos secretários de Estado.

Recorda-se que já em tempos se falara no edifício da Portugal Colónicas para departamento de Geologia, a funcionar (ainda) na Faculdade de Ciências. O preço revelou-se ser o grande obstáculo.

LARINGE ELECTRÓNICA

para os operados à laringe

SURDOS

CASA SONOTONE

O MODELO DISCRIMINATOR COM MICROFONE DIRECTIONAL

A Discriminação da voz pode ser melhorada em 100 %. O ruido de trás é reduzido em 20 %. É excepcional a audição da frente. Experiências grátis sem compromisso. Assistência técnica garantida. (*) Pedimos uma visita com um grande OBRIGADO.

(*) Também somos oculistas.

LISBOA — Poço do Borratém, 33 S/L — Telef.: 86 83 52
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef.: 02-315602

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS

Convoca-se uma Reunião Geral de Sócios para a sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9-1.º-Dt.º em LISBOA — no próximo dia 8 de Março de 1976, às 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — CONTRATAÇÃO COLECTIVA
2 — PROPOSTA DE C. C. T. PARA A MARINHA DE COMÉRCIO

Lisboa, 1 de Março de 1976

A DIRECÇÃO

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE OEIRAS

SEGUNDO ANUNCIO

Camilo Vicente Álvares, Conservador do Registo Civil de Oeiras, faço saber que José Pompeu Martins Maluco, solteiro, residente na Calçada do Rio, 16, 1.º direito, Algés, Carnaxide, de Oeiras, requereu nesta Conservatória a alteração do seu nome para José Pompeu Martins Paiva, sendo por este meio convidados os interessados a deduzir a oposição que tiverem, perante a Conservatória dos Registos Centrais, no prazo de trinta dias.

Oeiras, 1 de Março de 1976

O Conservador

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DO SEIXAL

EDITAL

EUFRÁSIO FILIPE GARCÊS JOSÉ, PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

FAZ SABER que de harmonia com a deliberação da mesma Câmara, tomada em reunião de 19 de Fevereiro de 1976, se recebem propostas, em carta fechada, para adjudicação da empreitada de «Fornecimento de uma viatura automóvel para os Serviços Técnicos».

A base de licitação é de ..... e o depósito provisório na importância de 3.000$00, deve ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência com guias preenchidas pelos concorrentes, tudo conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos patentes na Secretaria dos Serviços Técnicos, onde podem ser consultados em todos os dias úteis, durante as horas do expediente. A abertura de propostas terá lugar na primeira reunião da Câmara que se efectuar, decorridos 20 dias, a contar da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo», reservando-se a Câmara o direito de abrir a licitação verbal entre os proponentes e ainda o de não adjudicar se assim o julgar conveniente nos interesses do Município, devendo ser selada pelo respectivo proponente a que tiver a adjudicação.

E para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Paços do Concelho do Seixal, 27 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Eufrásio Filipe Garcês José

Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca e Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançalha

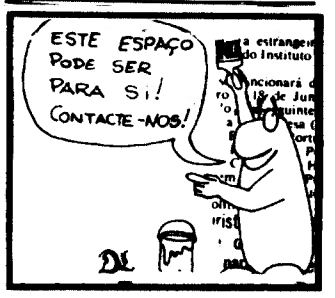
Provedor ocupa casa na Avenida da República

. Vai instalar-se brevemente num prédio da Avenida da República o provedor-geral da Justiça, tenente-coronel Costa Brás. O edifício, com o n.º 38, é vizinho da Universidade Proletária, organismo afecto ao P. R. P.

Costa Brás era ainda ha dias dado como ocupante quase certo do prédio, tipo vivenda, no gaveto da Avenida Fontes Pereira de Melo com a Avenida da República, onde esteve a Compave.

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstruo todas as marcas, com garantia
MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE
dos amortecedores «J. M.»



Câmara Municipal do Concelho do Seixal

EDITAL

EUFRÁSIO FILIPE GARCÊS JOSÉ, PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

FAZ SABER que de harmonia com a deliberação da mesma Câmara, tomada em reunião de 26 de Fevereiro de 1976, se recebem propostas, em carta fechada, para adjudicação da empreitada de «Obra de pavimentação e arranjo de espaços livres na Quinta das Cordas — Amora».

A base de licitação é de 1.262.291$40 e o depósito provisório na importância de 63.270$00, deve ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência com guias preenchidas pelos concorrentes, tudo conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos patentes na Secretaria dos Serviços Técnicos, onde podem ser consultados em todos os dias úteis, durante as horas do expediente. A abertura de propostas terá lugar na primeira reunião da Câmara que se efectuar, decorridos 20 dias, a contar da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo», reservando-se a Câmara o direito de abrir a licitação verbal entre os proponentes e ainda o de não adjudicar se assim o julgar conveniente nos interesses do Município, devendo ser selada pelo respectivo proponente a que tiver a adjudicação.

Alvará exigido: 1.ª, 1.ª e 6.ª subategoria da I, IV e V categoria e na subclasse A da 2.ª classe.

E para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Paços do Concelho do Seixal, 1 de Março de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Eufrásio Filipe Garcês José

Nacional

UMA CANTIGA PARA HAIA

Austeridade no Lumiar — a figuração foi gratuita

Durante cinco **looooooongas** horas, 50 convidados da RTP fizeram gratuita figuração no estúdio grande da RTP: gravou-se o programa final de «Uma canção para a Europa», prato de resistência habitual nas festas aniversariantes dos vídeos cá da loja. Como toda a gente já sabia, de há uns dias a esta parte (segredo de Polichinelo é assim...) a composição vencedora foi «Uma flor de verde pinho», tem autoria musical de José Niza e poema de Manuel Alegre e como era inevitável, foi para o ar na voz do único intérprete de turno: Carlos do Carmo, que será (portanto) o excursionista a Haia, ao eurovisivo festival das cantorias.

Antes de adiantar mais conversa: houve uma mínima percentagem de votantes, as composições alinhadas para a final (por um júri sem classificações especial) eram de uma banalidade a toda a prova e, salvando-se embora do naufrágio geral o trecho «Estrela da tarde» (da dupla Ary dos Santos-Fernando Tordo), nenhuma valia dez-reis de mel coado, quanto mais os 150 contos que (diz-se por aí) foram pagos a Carlos do Carmo pelo seu trabalho de «empinanço» de oito letras-oito, fora 1200 minutos debaixo da luz dos projectores, a escorrer suor e a cantar como sabe. Aliás (e por falar em «massas») frise-se já que Manuel Alegre e José Niza, deputados à Constituinte pelo P. S., doaram ao seu partido 25 notas de mil: metade do prémio que arrebataram. O que se pode explicar melhor nesta simples definição: amor com amor se paga.

Carlos do Carmo, a plateia ao vivo, a TV no registo

CARAS

Para os interessados no «carnet» mundano, aí vão alguns dos nomes que se sentaram no «plateau» a exotica Eunice Muñoz e o aprumado Jacinto Ramos, Dulce e Milu, figuras dos «écrans» (Brum do Canto, Emílio Correia), dos palcos (Adelaide João, Andrade e Silva, Assis Pacheco, Artur Semedo, Henrique Santana, Hortense Luz, Canto e Castro Madalena Sotto, Maria Alberta, Óscar Acúrsio), dos micros (Alice Cruz, Fialho Gouveia, Fernando de Almeida, Isabel Wolmar, o folclórico António Calvário mais o sereno Rui de Mascarenhas, somando-se ao tenor Armando Guerreiro, ao Santos de Alfama, a Ada de Castro e a Maria da Fé, à «Bia» da Conceição, ao saudoso Pessa, a Olavo que ainda não atingiu a meta, à espectacular Helena Isabel e a uma mamã garbosa, que se chama Lucília do Carmo). Havia «experts» em música (Villas-Boas e Duarte Costa, Joaquim Luis Gomes e Filipe de Brito, Mário Martins e Rita Olivais), gente dos «ballets» (Armando Jorge e Tomás Ribas), caras da casa (Luis Andrade, Jaime Filipe, Alfredo Tropa), directores de cinema (caso de Fernando Lopes), um ex-enviado às Europas (Duarte Mendes, timorense ainda recente) e um recém-vindo da Costa do Sol (Rodrigo), um antigo premiado em andanças parecidas (José Alberto Diogo, de piada em riste) e um crítico de pena em punho (João Alves da Costa), intérprete passado (Manuel José Soares) e autor vencido (o prof. Moniz Pereira, apaixonado do Fado e responsável pelo **galgo** Carlos Lopes), poeta no júri (Fernando Grade) e maestro entre os julgadores (Rocha Oliveira). Havia, igualmente, umas meninas de rabona, duas criancinhas atónitas, uns sujeitos que tinham caído em pára-quedas, um ilustre membro da comunidade benfiquista um (decerto representante da colectividade prestamista e, ainda, uns «mirones» recrutados nessa Broadway de ilusões desfeitas que é o Parque Mayer onde toda a gente se conhece de mais. Fim de citação para os **vipes** e limítrofes.

GOLO

Houve um certo debate sobre algumas das composições em cotejo, embora se registassem (por igual) uns anedóticos apartes que o telespectador (se tiver sorte) não verá amanhã por não terem cabido no registo filmado. António Vitorino de Almeida, muito dado a estas coisas fadistas desde os tempos da grande admiração por Amália, falou de Prèvert e Brassens, Lizst e Beethoven, disse e disse e disse para não tomar partido naquele jogo partidário pré-eleitoral que, como se nota pelo desiderato, atingiu a primeira eliminatória com desfecho tangencial: Partido Socialista, 1-Partido Comunista, 0. Ou: Niza e Alegre a meterem golo da baliza defendida por Ary e Tordo.

Manuel Alegre e José Niza: amigos de Coimbra vencem no Lumiar

Na parada de saudade houve gargalhadas e sonolências, capachinhos e rostos pintados, máscaras ainda de Carnaval e patacoadas de encherem de riso um pagante. **Play-back** indecente foi um ver se te avias. Cartões de soperia para magala, nos belos tempos em que a primeira ainda não era empregada doméstica e o conversado não estava nas Forças Armadas, encheram os 75 milímetros à responsabilidade do esteta Herlander Peyroteu. Chainho e Nóbrega (belos profissionais) estiveram como peixe na água quando ajudaram o Fado a vencer a sessão: ThiloKrassmandeu**meia-deboca**para a fogueira e Nuno Martins, cá dos bastidores, nem estava feliz nem triste, antes pelo contrário.

Carlos do Carmo seguiu os parâmetros-TV todo de azul cantou e falou, gestos disciplinados e sem falhas, **maitre de hotel** perfeito na recepção aos convivas. Só que, justificando o «cachet», Vitorino de Almeida deambulou por marginalizações do problema das cantilenas e espraiou-se por culturas diferentes, sem sequer se preocupar em deixar Manuel Alegre contar às pessoas que vai editar dois livros de poemas (na «Dom Quixote» ou na «Perspectivas e Realidades») que boa, boa, não era do «verde pinho» mas sim uma outra que ficara pelo declive («Crónica a Fernão Lopes, Lisboa76». O maestro lá das Áustrias, o batuta de «Canto da Ocidental Praia», não fixara caras nem nomes e, pelo tempo adiante, continuou sem saber quem perguntava, quem respondia, quem ficava calado. Um mimo.

EPÍLOGO

Ao leitor paciente sempre valerá a pena contar que Tordo e Carlos Mendes, Paulo de Carvalho e as vozes de Ary e Alegre surgem metidas na parada musical com que a TV castiga a malta na noite dominical deste Março menino, que Zanatti e Clímaco (formais e sem darem confiança à plebe) ficaram no poleiro e de lá não sairam nem para meter água, que Vitorino de Almeida falou de foice e martelo para logo evocar caravelas e mareantes, que Tózé Brito dedilhou uma banza e que a Maria que veio criada e saiu senhora foi a única que não passou dos três por cento o que lhe valeu ficar nas covas. E, para correr o pano sobre o préstito, conclua-se que o maestro orientador da patuscada em seco com que a TV brindou a figuração vai muito melhor a tocar o «Paris, canalha» que a dirigir um debate sobre música ligeira. Mas, afinal, aquilo era **isso?** Era alguma coisa? Foi alguma coisí**nha?** Que nos lembre, apenas as bacalhauzadas da praxe, as palmadinhas nas costas dos parceiros-carneiros e, sobretudo, aquela sadia gentileza do **estás amorosa, filha, estás mais novo oh, Manuel o tempo não passa pelo teu cabelo, oh colega de farra, oh máscara.**

NEVES DE SOUSA

PRIMEIRO ENCONTRO DA FREGUESIA DE OEIRAS

As comissões de moradores da freguesia de Oeiras promovem amanhã o seu 1.º Encontro, na sede da comissão de moradores da Figuerinha. Os trabalhos dividem-se em quatro grupos: formas de mobilização das populações em torno das comissões de moradores: habitação e urbanismo, transportes e comunicações; saúde, higiene e assistência social; ensino, actividades culturais e recreativas. O Encontro termina com um plenário, às 17 horas, na Sociedade de Porto Salvo, com a participação de toda a população.

Hoje, as comissões promovem provas de animação desportiva para crianças, no Liceu Nacional.

TINTALUSA S.A.R.L.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da Lei e dos Estatutos convoco a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA da TINTALUSA, S.A.R.L., para a Sede Social, pelas onze horas do dia 30 de Março de 1976, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal do exercício de 1975.

Lisboa, 1 de Março de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

COMUNICADO

Avisam-se os delegados sindicais, professores estagiários e orientadores de estágio e demais professores do CPES e ES de que:

1. Foi enviada para as escolas uma proposta sobre classificação dos estágios do CPES e ES, aprovada na Zona Centro, que implica e propõe novo critério a seguir no concurso para professores efectivos.
2. Por isso, deverão os delegados sindicais promover reuniões nas escolas com a participação de todos os professores para apreciação da proposta.
3. No plenário do dia 5 de Março sobre concurso de efectivos, onde maior número de exemplares da proposta estará à disposição da assembleia, será posto à sua consideração a realização de um plenário para uma tomada de posição face àquela proposta, de que a CDP deverá dar conhecimento ao MEIC até 15 do corrente.
4. Paralelamente, propõe-se aos estagiários e orientadores que reunam na 2.ª feira, 8, nos seus centros de estágio para apreciação da proposta.
5. Na 3.ª feira, 9, às 21.30 horas, realizar-se-á uma reunião geral de estagiários e orientadores da Grande Lisboa, junto à sede deste Sindicato, Rua das Gaivotas, 2, Lisboa, para deliberar a sua posição face à mencionada proposta. **A COMISSÃO DIRECTIVA**

Nacional

NOTARIADO PORTUGUÊS

SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Notário Lic.

Manuel da Costa e Melo

Certifico para efeitos de publicação que por escritura de 19 de Janeiro de 1976, exarada de folhas 13, a folhas 15, verso, do livro para escrituras diversas deste Cartório F-35, foi constituída entre JOSÉ RAFAEL DA ASSUNÇÃO RIBEIRO e ALDA PEREIRA MATOS DA ASSUNÇÃO RIBEIRO, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelos artigos seguintes:

PRIMEIRO: A sociedade adopta a firma «MATOS & RIVEIRO, LIMITADA», sendo a sua sede na Reboleira-Amadora, na Praceta da Rua Correia Teles, número dezoito-A.

SEGUNDO: A sociedade inicia a sua actividade nesta data, sendo a sua duração por tempo indeterminado.

TERCEIRO: O seu objecto consiste na exploração da actividade industrial do ensino particular ou qualquer outra, permitida por lei, em que os sócios acordem.

QUARTO: O capital social é de QUATROCENTOS CONTOS, dividido em duas quotas de DUZENTOS CONTOS, pertencendo uma a cada sócio, e encontra-se integralmente realizado pelos bens e valores que compõem os estabelecimentos industriais: «EXTERNATO INFANTES DE PORTUGAL» instalado na Praceta à Rua Correia Teles, número dezoito-A, e «EXTERNATO O BALOIÇO» instalado na Avenida de Aljubarrota, dezanove, ambos na freguesia da Amadora, concelho de Oeiras, incluindo os respectivos direitos de arrendamento, os quais são transferidos do património do casal dos sócios outorgantes para a sociedade.

QUINTO: A cessão total ou parcial de quotas é livremente permitida entre os sócios, sendo proibida a favor de estranhos sem o expresso consentimento da sociedade e dos restantes sócios.

§ primeiro: A cessão gratuita de quotas, feita pelos sócios é autorizada com a reserva de a sociedade poder amortizar as quotas cedendo-as pelo seu valor actualizado, caso lhe não interesse o ingresso nela dos respectivos beneficiários.

§ segundo: A cessão onerosa de quotas depende de prévia comunicação à sociedade e aos restantes sócios, por meio de carta registada com aviso de recepção de onde constem as condições da transacção, devendo a sociedade ou os sócios exercer o seu direito de opção no prazo de quinze dias.

SEXTO: A divisão de quotas só é permitida sem autorização expressa da sociedade, para efeito de cessões parciais a efectuar entre os sócios ou para pôr fim à indivisão entre os herdeiros do sócio falecido.

SÉTIMO: A amortização de quotas pode ser feita pela sociedade nos casos de falência ou insolvência do sócio titular, de venda ou adjudicação judiciais da quota e ainda no caso de cessão gratuita, nos termos do parágrafo primeiro do artigo quinto:

§ único: O valor da quota, para efeito de amortização será determinado através de balanço aderede realizado.

OITAVO: A gerência da sociedade e a sua representação em juízo activa e passivamente, ficam a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes com dispensa de caução e com a remuneração que for deliberada em Assembleia Geral.

§ primeiro: Os actos e contratos que envolvam responsabilidade para a sociedade obrigam sempre à assinatura de dois gerentes.

§ segundo: Os actos de mero expediente, nestes se incluindo o movimento de contas bancárias, poderão ser firmados por um só gerente.

§ terceiro: Fica expressamente proibido aos gerentes usar a fima social em fianças, abonações, letras de favor e, de um modo geral, em todos os actos e contratos estranhos ao objecto social.

NONO: As Assembleias Gerais, fora dos casos em que a Lei determinar formalidades especiais para a sua convocação, serão convocadas pela gerência por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência de oito dias.

DÉCIMO: A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei, devendo, em caso de morte ou interdição de qualquer sócios, continuar com um representante dos herdeiros ou interdito, enquanto a quota estiver indivisa.

É certidão de teor parcial que vai conforme ao original.

Lisboa, três de Fevereiro de mil novecentos setenta e seis.

O 3.º Ajudante

(Maria Felicíssima Meneses)

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA

Conselho de Ministros

Adiada a actualização de salários

. Ainda não foi desta vez que os trabalhadores portugueses viram o salário mínimo aumentado. Com efeito, contrariamente ao que se esperava, o Conselho de Ministros de ontem não aprovou qualquer projecto de diploma do Ministério do Trabalho sobre política salarial, antes aprovou uma proposta de resolução sobre política de salários e preços, apresentada pelo Ministério das Finanças e que prevê a criação de um Conselho Nacional de Política de Rendimento e Preços.

Sobre tal matéria afirma o comunicado final do Conselho de Ministros:

. «Foi apreciada em Conselho uma proposta de resolução sobre política de salários e preços apresentada pelo Ministério das Finanças. Reconheceu-se que, sem prejuízo do recurso à negociação colectiva como processo normal de fixação dos níveis de salários nos vários sectores da actividade, cabe ao Governo traçar os princípios e as normas de concretização de uma política nacional de salários e preços, que depois do indispensável debate político, e por este corrigidos, deverão ser convertidos em adequado instrumento jurídico. O Governo deliberou criar um Conselho Nacional de Política de Rendimento e Preços constituído por representantes do Governo, das Associações Sindicais, das Associações Patronais e peritos, a qual funcionará junto do gabinete do Primeiro-Ministro. O Conselho será instituído por uma comissão instaladora constituída, um representante do Primeiro-Ministro, outro do ministro das Finanças e outro do ministro do Trabalho.

COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE RENDIMENTO

. Ainda de acordo com o comunicado do plenário ministerial o Conselho de Política de Rendimento e Preços deverá:

. — Definir e propor ao Governo o nível de massa salarial dos vários sectores de actividade compatível com os encargos de produção do respectivo sector e a necessidade social de formação de um fundo comum destinado à expansão da capacidade produtiva nacional;

. — Elaborar recomendações relativamente a custos e preços e propor uma grelha nacional de salários que permita a correcção das desigualdades dos níveis salariais existentes;

. — Propor os critérios e normas de funcionamento do sistema de actualização regular do salário mínimo nacional e rendimentos de pensões ou reformas que lhe sejam iguais ou inferiores em função da evolução do custo de vida;

. — Propor o nível de salário mínimo nacional de harmonia com os níveis de satisfação das necessidades fundamentais compatíveis com o desenvolvimento da economia nacional;

Propor a lista dos bens que forem julgados essenciais para o custo de vida das classes mais desfavorecidas.

O Governo resolveu ainda acompanhar regularmente o nível de abastecimento relativo ao conjunto dos bens de consumo, matérias-primas e subsidiárias que forem julgadas essenciais, mediante informação mensal, a apresentar ao Conselho de Ministros pelo ministro titular da respectiva pasta.

NOVOS CENTROS PRODUTORES DE ELECTRICIDADE

O Conselho de Ministros aprovou, sob proposta do Ministério da Indústria e Tecnologia, o programa de novos centros produtores de electricidade, cuja concretização envolverá um investimento da ordem dos 28 milhões de contos até 1980, dos quais 22 milhões serão gastos em Portugal, garantindo a satisfação das nossas necessidades de energia eléctrica até meados dos anos oitenta.

A este propósito refere-se no comunicado do Conselho de Ministros:

. «O lançamento dos novos centros produtores permite a criação imediata de postos de trabalho tanto na construção civil como na indústria metalomecânica e de equipamento eléctrico, e a utilização da capacidade dos técnicos portugueses.

O programa baseia-se, realisticamente, no aproveitamento máximo dos recursos energéticos portugueses, minimizando a dependência nacional, assegurando o desenvolvimento de novas tecnologias e aumentando a segurança do abastecimento.

Ao tornar disponíveis grandes quantidades de energia eléctrica visa-se, antes de mais, a melhoria das condições de vida dos portugueses, fazendo ao mesmo tempo o compromisso possível com a protecção do meio-ambiente, protecção que será assegurada pela intervenção das autoridades estatais competentes para a análise de segurança das instalações e o seu licenciamento.

No tocante a financiamento, o programa aproveitará os créditos internacionais que especificamente foram tornados disponíveis para o sector da electricidade, procurando efectuar o máximo de poupança de divisas a prazo.

Concretamente, para além do aproveitamento hidroeléctrico de Alqueva, já aprovado pelo Conselho de Ministros, o qual é importante por assegurar o regadio do Alentejo, aprova-se a realização do aproveitamento hidroeléctrico do Crestuma, de contribuição energética modesta, mas que contribuirá decisivamente para a navegabilidade do rio Douro e para a rede rodoviária na zona do Porto.

Aprova-se também a instalação do Grupo VI na central hidroeléctrica de Belver, que permitirá uma melhor utilização dos caudais do rio Tejo.

Outro aproveitamento hidroeléctrico já aprovado é o do Pocinho, um dos poucos ainda por realizar, e a que corresponde uma quantidade apreciável de energia.

Prossegue ainda uma outra frente de trabalho com a construção das barragens da Aguieira e Raiva no vale do Mondego, onde também as utilizações para regadio e protecção contra cheias são importantes.

A prioridade atribuída ao aproveitamento dos recursos hidroeléctricos nacionais é reforçada pela recomendação do Conselho de Ministros de que sejam intensificados os estudos relativos a novos empreendimentos.

Os empreendimentos hidroeléctricos já decididos correspondem a cerca de sete por cento do aumento de energia necessário no período 1979-1986, pelo que há necessidade de complementá-los com grupos termoeléctricos. Entre estes, além da continuação da construção dos dois grupos da central de Setúbal e de eventuais expansões desta, poderá incluir-se um grupo nuclear, o qual utilizará o urânio dos jazigos mineiros portugueses, cujo valor importa realçar em face da carência de outros recursos nacionais. O aproveitamento destes recursos, além de ser fonte de emprego, permitirá ao País uma muito sensível economia de divisas.

Nestas condições determina-se à C. P. E. o prosseguimento do projecto do primeiro grupo nuclear em termos que permitam a apresentação até 31 de Outubro de 1976 de um relatório que habilite o Governo a aprovar a orientação então proposta para as adjudicações dos principais fornecimentos ou a determinar o diferimento do projecto.

Dentro da política de prioridade aos recursos nacionais na satisfação dos consumos, o Conselho de Ministros recomenda também que sejam intensificados os estudos relativos ao aproveitamento das linhites de Rio Maior numa central térmica à boca da mina.

O programa preocupa-se ainda com o lançamento de uma informação ao público correcta e devidamente fundamentada.

EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS

O colectivo ministerial aprovou ainda um projecto de decreto-lei do Ministério da Administração Interna que habilita o Governo a expulsar do País os cidadãos estrangeiros que tenham atentado contra a segurança nacional, a ordem pública ou os bons costumes, ou tenham participado activamente em actos políticos sem para tal estarem devidamente autorizados, ou que não respeitem as condições estabelecidas para a sua estadia.

Os familiares ou dependentes dos expulsos, de nacionalidade estrangeira, poderão ser obrigados a acompanhá-los.

A medida de expulsão implica a proibição de reentrada em território nacional por um período não superior a cinco anos, a fixar em função da gravidade dos actos cometidos.

A reentrada de estrangeiro expulso dentro do período em que lhe é vedado constitui crime punível, sem prejuízo de nova medida de expulsão.

FABRICO DE TRACTORES

O Conselho decidiu também adjudicar provisoriamente à concorrente Massey-Fergusson a aquisição da tecnologia do fabrico de tractores, enquanto se constituirá uma nova empresa para a montagem e comercialização de tractores, com o capital de 120 mil contos com maioria do Estado. A esta empresa poder-se-ão associar prioritariamente a Massey, empresas metalomecânicas e empresas ligadas à distribuição.

Ainda quanto a esta matéria, o Conselho decidiu nomear uma comissão instaladora, constituída pelos eng.ºs António Almeida Junior, Francisco Prista da Conceição Caetano e Carlos Alberto Zanatti dos Santos, e tendo as seguintes funções: Elaborar o texto final de contrato a celebrar entre a Empresa Nacional de Tractores e a Massey-Fergusson, definindo com esta entidade, após as necessárias negociações, a optimização de alguns aspectos que importam especialmente à economia nacional, tais como a exportação, a utilização de capacidades existentes, a incorporação portuguesa, o custo da unidade fabricada e a eficiência de serviço; elaborar o projecto de estatuto da empresa a constituir, bem como o plano de acções a lançar para a concretização do empreendimento nos planos industrial e comercial; e propor as medidas indispensáveis para que se inicie a imediata organização e/ou reconversão das unidades industriais existentes no país que irão participar no projecto.

Além de um projecto de Decreto-Lei do MEIC sobre colocações de professores, o Conselho de Ministros ratificou o despacho interpretativo do ministro da Justiça no sentido de que o prazo para entrega de candidaturas às legislativas só termina na próxima segunda-feira.

Finalmente foram ainda aprovadas as seguintes resoluções: nomeação do lic. Carlos Alberto Caiano Pereira para a comissão coordenadora e instaladora da Rodoviária Nacional; nomeação dos drs. Henrique Santa Clara Gomes e Francisco Pires Margarido para administradores por parte do Estado na Brisa — Auto-Estradas de Portugal, SARL; e resolução no sentido de o Ministério Público requerer a falência da empresa industrial de construção civil pertencente a Joaquim António Pereira Barahona.

COLÉGIO MILITAR — 173 ANOS

. Presididas pelo chefe do Estado-Maior do Exército realizaram-se hoje as cerimónias comemorativas do 173.º aniversário do Colégio Militar, iniciadas às 10 horas com a deposição de palmas junto ao busto do fundador e do monumento do Colégio Militar. Seguiu-se uma alocução alusiva ao acto proferida pelo professor dr. João da Cruz Pinto, finda a qual o batalhão colegial desfilou em continência.

Possível integração do Aeroporto da Madeira nas infra-estruturas da N.A.T.O.

FUNCHAL, 6 — «A Voz da Alemanha», captada nesta cidade na emissão em língua portuguesa, anunciou que o aeroporto de Santa catarina será integrado nas infraestruturas da Organização do Tratado do Atlântico Norte — NATO.

A decisão teria surgido na sequência da visita do general Ramalho Eanes a Mons, na Bélgica, com o propósito de reforçar os laços que unem Portugal àquele pacto.

Recorda-se que prosseguem, neste momento, os estudos para aumento da pista daquele aeroporto com vista a torná-lo mais operacional.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com os estatutos deste Sindicato, convoco a Assembleia Geral Ordinária para uma reunião que terá lugar no **dia 15 do corrente, SEGUNDA-FEIRA, pelas 15 horas,** na SOCIEDADE FILARMÓNICA ALUNOS DE APOLO, sita em Lisboa, na RUA SILVA CARVALHO, N.º 225 (a Campo de Ourique) com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS :

a) Apreciação, discussão e votação do relatório e contas da gerência de 1975.

b) Apreciação, discussão e votação do Orçamento Geral do Sindicato para 1976.

c) Apresentação da actividade exercida pelos Corpos Gerentes do Sindicato durante o ano de 1975.

NOTA - É indispensável a apresentação do cartão de sócio para entrada na Assembleia.

Lisboa, 4 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Luis Mendes Rocha

Trabalho

FLORES E FERREIRA, LIMITADA

Patrões põem em causa indemnizações aos trabalhadores

Flores e Ferreira Limitada é uma sociedade por quotas, com sede em Lisboa, que se dedicava ao comércio grossista de algodão e malhas. No seu género, uma das maiores do País.

Depois de uma luta que visava a continuidade da empresa e a manutenção dos seus postos de trabalho, os oitenta trabalhadores da sociedade, vendo gorado o seu esforço, conseguiram, com a concordância que na altura lhes foi dada pelo Conselho da Revolução, auto-indemnizar-se em 70 por cento da importância que a lei prevê para o despedimento sem justa causa, além de terem, durante o tempo que ocuparam as instalações, regularizado o que os patrões deviam ao Estado: Previdência Fundo de Desemprego, etc.

Recentemente talvez sentindo que os tempos lhe vão de feição, a entidade patronal apresentou queixa em tribunal, exigindo que os trabalhadores reponham as indemnizações, depois de os ter abandonado ao seu destino.

«Com o dinheiro que, com o nosso trabalho, conseguimos apurar, procurámos organizar a nossa vida, alguns de nós, já de avançada idade, com graves dificuldades. Foi daquele dinheiro que passámos a comer». Assim nos falou um dos trabalhadores de Flores e Ferreira, Limitada, sujeitos agora a processo-crime se não procederem à reposição das indemnizações, conforme a resposta dada pelo Tribunal à exposição que por eles lhe foi apresentada.

A história vem de antes do 25 de Abril. Segundo nos foi dito, a firma devia a bancos e fornecedores quantias de tal modo avultadas que «aquilo já só funcionava a balões de oxigénio».

«Vem o 25 de Abril», continua um dos nossos interlocutores, «os patrões entram em pânico: cancelaram os empréstimos bancários e passaram a destinar tudo o que a casa apurava a amortizar as dívidas. O património comercial ia desaparecendo, e começavam a faltar as fazendas para vender. Os ordenados atrasavam-se. Por essa altura, ainda assim, as relações dos trabalhadores com os patrões não iam de todo mal, já que eles não deixavam de nos fazer belas promessas. Mas, às tantas começámos a ver que aquilo não tinha solução».

Em Junho do ano passado, verificando que a entidade patronal pretendia apenas pôr em ordem as suas contas bancárias, desinteressando-se do futuro dos trabalhadores, estes iniciaram contactos com o Ministério do Trabalho. As propostas dos trabalhadores são rejeitadas pelos patrões, e é então que os primeiros decidem ocupar as instalações da firma, na tentativa de garantir que nem capitais nem bens fossem desviados. Dias depois, «em represália», segundo nos afirmam, a sociedade requereu a respectiva dissolução judicial.

«Ficámos sem saber o que fazer. Lembrámo-nos de ir relatar os acontecimentos ao Conselho da Revolução e, no encontro que tivemos, foi-nos afirmado que era de todo justo o procedimento que passámos a desenvolver: vender a mercadoria, pôr em ordem as contas com o Estado e pagar as indemnizações ao pessoal. Conseguimo-lo, como já foi dito, em 70 por cento. E, no prazo estipulado entregámos tudo limpinho aos liquidatários. Os livros lá estão, que toda a gente pode ver. Tudo contabilizado e em ordem».

Estas afirmações são completadas por um outro elementos da Comissão de Trabalhadores que, com alguma amargura, nos diz:

«Então havermos agora de passar por ladrões, se afinal são os sócios que nos devem os trinta por cento que faltam e a que temos direito? Sem a nossa luta, como teríamos vivido nestes último quatro meses? Do ar? Nós quisemos continuar com a firma. Não nos foi dada essa possibilidade. Mas eu aposto que se tivessemos podido continuar, os patrões agora voltariam e tentariam aproveitar-se do nosso trabalho. É o que está a acontecer noutros sítios, como toda a gente sabe. Eles são ricos, têm prédios em Lisboa, propriedades em Mafra, em Sintra, em Alenquer. Isto a eles pouco lhes toca, que têm a lei pelo seu lado. E alguns de nós têm 40 anos de casa e nem sequer os conhecem».

CODIPROAL (EX-MEALHEIRO DO LAR):

Vitória dos trabalhadores

Cafés para todos os clientes «à conta da casa» assinalam a reabertura das instalações da Codiproal (ex-Mealheiro do Lar) na Rua Luciano Cordeiro. «Foi uma vitória dos trabalhadores», afirmou-nos esta manhã um dos empregados.

A decisão de proceder à desselagem e à entrega das instalações aos trabalhadores foi tomada numa reunião do Ministério do Trabalho, na passada sexta-feira. Como noticiámos na altura, os patrões, depois de um ano de afastamento, reapareceram a exigir a «sua propriedade».

Nessa altura, o Ministério do Trabalho ordenou a selagem das instalações, a de Benfica e a da Luciano Cordeiro, e tudo indicava que os patrões iam recuperar a empresa, apesar de a terem abandonado e de terem tentado despedir trabalhadores. Inclusivamente, um dos patrões, há poucos dias, chegou a entrar nas instalações acompanhado de forças policiais. Para os trabalhadores e transeuntes, acenava com o «V». De repente, porém, parece ter-se desinteressado do problema. Não compareceu às reuniões. A situação alterou-se por completo. E as portas da Codiproal estão já abertas ao público.

À porta, uma coroa de cravos com o «V». Mas desta vez, a vitória é dos trabalhadores.

HOJE

Funcionários públicos escolhem estatuto do Sindicato

Os trabalhadores da Função Pública de oito distritos do Sul do País escolhem hoje um dos cinco projectos de estatutos, apresentados que definirá as estruturas orgânicas e a forma de funcionamento do seu sindicato.

Estão inscritos nos cadernos eleitorais cerca de 90 mil funcionários públicos, dos quais 60 mil na capital, referenciados nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

A votação que se iniciou ao princípio da tarde, de acordo com a distribuição dos cadernos eleitorais, e prolonga-se até às 22 horas. Em Lisboa, as urnas funcionam nos seguintes locais: Ministério das Finanças, Instituto Superior Técnico, Misericórdia de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministério do Trabalho, IASE, Palácio Foz e Direcção-Geral dos Transportes Terrestres.

Como ontem noticámos, concorrem cinco projectos, que reflectem outras tantas concepções da organização sindical: «A», *Por um sindicato forte na defesa dos trabalhadores*; «B», *Por um sindicato de unidade na luta com os explorados*; «C» *Por um sindicato democrático*; «D» *Por um sindicato de massas*, e «E», *Por um sindicato dos trabalhadores da Função Pública ao serviço da independência nacional e da democracia.*

COMÉRCIO RETALHISTA

"A CONTRAPROPOSTA É PROVOCADORA"

— afirmam os trabalhadores

«A contraproposta do patronato ao nosso contrato é demagógica, provocadora e lesiva dos interesses dos trabalhadores» — foi ontem afirmado no plenário do Sindicato do Comércio do Distrito de Lisboa.

Elementos do grupo de contratação afirmaram estar convencidos de que «vai haver uma maior ruptura com o patronato e nessa altura temos de estar mobilizados ao máximo».

Em todas as intervenções foi claramente expresso o maior repúdio pela contraproposta, considerada «um ultraje aos trabalhadores».

Entre as posições do patronato e dos trabalhadores existem divergências de fundo. Assim, enquanto o anterior contrato, que terminou no passado dia 1 de Outubro, teve a duração de um ano, prazo igualmente proposto pelo sindicato para a vigência do novo CCT, a contraproposta da entidade patronal prevê uma validade de dois anos. Deslocações, horas extraordinárias, promoções, regalias para os trabalhadores-estudantes e pagamento dos retroactivos e do dia de greve, são outras das cláusulas que opõem as duas partes, das quais os trabalhadores parecem dispostos a não abdicar.

Na segunda-feira, terão início as negociações entre o sindicato e o Grémio. Recordamos que os trabalhadores do comércio retalhista, fizeram, no espaço de um mês, duas paralisações. Em 21 de Fevereiro, de duas horas, e em 11 de Fevereiro, «greve geral de um dia».

Toma posse novo subsecretário de Estado do Trabalho

Em cerimónia realizada no Palácio de Belém, ao princípio da tarde de hoje, tomou posse o novo subsecretário de Estado do Trabalho, António Manuel Maldonado Gonelha.

O novo membro do Governo, que desempenhava ultimamente o cargo de chefe do departamento de pessoal da direcção de exploração da Companhia Portuguesa de Electricidade, foi dirigente do Sindicato dos Electricistas do Sul, de 1972 a 1975, e adjunto do ministro dos Transportes e do ministro da Indústria.

Frequentou a Casa Pia de Lisboa, onde tirou o curso industrial de electricidade e radiomontador, e estudou na Faculdade de Ciências como aluno voluntário, enquanto trabalhava como electricista.

MADEIRA

Metalúrgicos aguardam até terça

Ostrabalhadoresmetalúrgicos da Madeira decidiram aguardar, até, à próxima 3.ª-feira, que a Junta Governativa local se decida pela anulação de uma nota recentemente distribuída e através da qual considera que a portaria que regulamenta o trabalho dos metalúrgicos não tem aqui aplicação.

Recebidos ontem pelo «ministro» do Trabalho da Junta, Monteiro de Aguiar (PS), representantes dos trabalhadores acederam ao pedido deste, que disse não ter «luz verde» para resolver o problema. O pedido para que aguardassem até terça-feira, deriva do facto de só nessa altura regressar ao Funchal o presidente da Junta, brigadeiro Carlos Azeredo, neste momento em Lisboa.

Um representante dos metalúrgicos viria a declarar-nos que «a nota da Junta sobre a não-cplicação da portaria à Madeira só foi atendida no que interessava à entidade patronal».

Entretanto, a atitude de Monteiro de Aguiar, ao pedir o adiamento da questão, é entendida nalguns círculos como prova evidente de que a autonomia não passa de uma promessa pois «tudo continua na mesma».

Seja como for — garantiram-nos — os metalúrgicos da Madeira não aceitam a nota da Junta e «só esperam até terça-feira».

O conflito na Firestone em vias de solução

A formação de uma comissão paritária destinada a analisar o critério de pagamento dos retroactivos aos trabalhadores da Firestone, foi uma das decisões ontem aprovadas na reunião efectuada em Setúbal, na delegação do Ministério do Trabalho.

Representantes do Ministério do Trabalho, da administração e dos trabalhadores da Firestone, acordaram na formação da comissão composta por cinco representantes de cada uma das partes interessadas do conflito e que deverá «analisar no prazo mais curto, se possível, até amanhã à noite, o problema da forma de pagamento dos retroactivos».

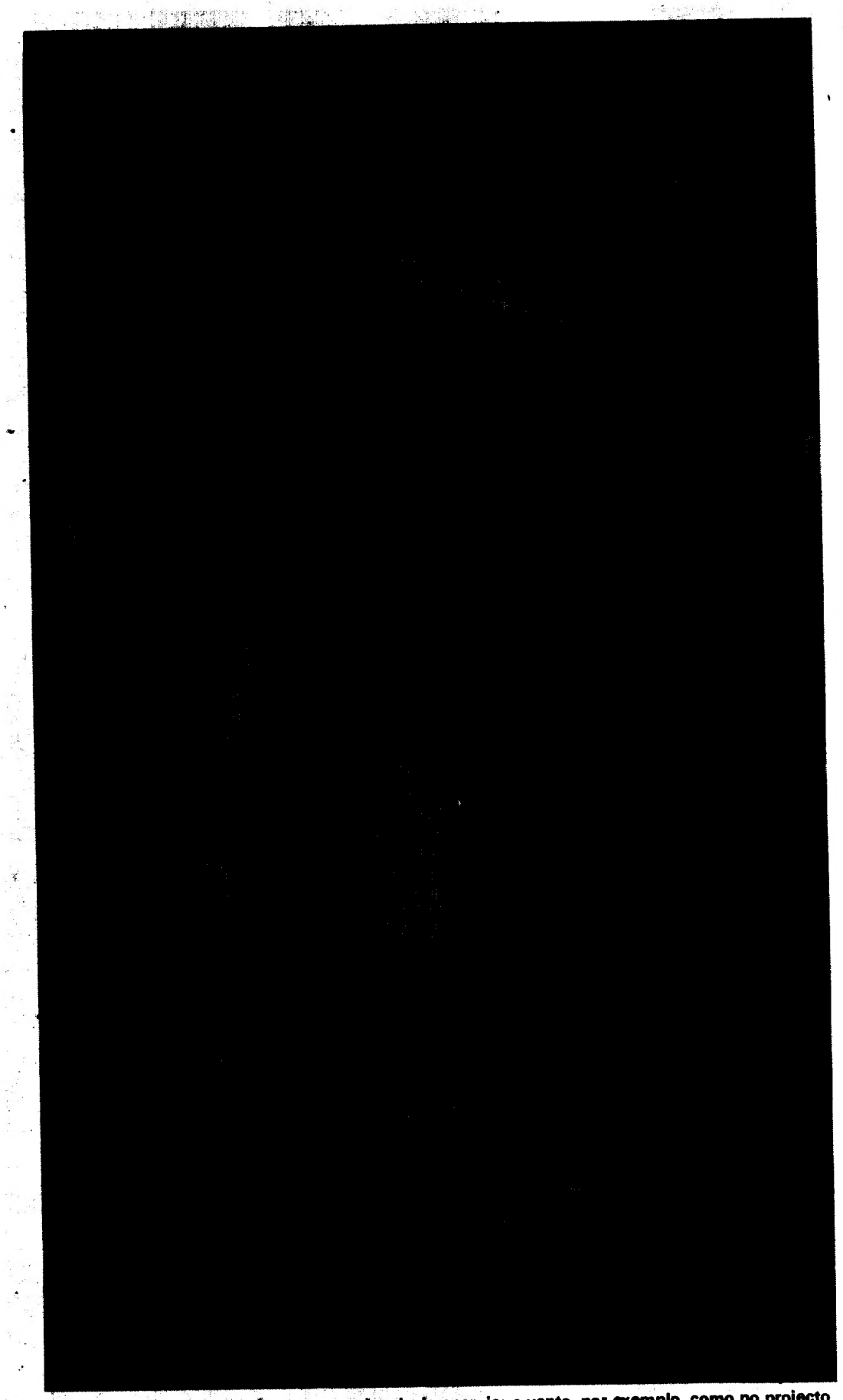
Segundo informação de um dirigente sindical, no decorrer da reunião, que durou seis horas, «foi solicitado pelos delegados sindicais que o Ministério do Trabalho desminta, através dos órgãos de Informação, os comunicados e notas oficiosas emitidas em relação aos trabalhadores da Firestone». Hoje, às quatro da tarde, terá lugar uma conferência de Imprensa nas instalações da fábrica em Alcochete, para esclarecimento e divulgação de alguns aspectos do conflito.

A Comissão concelhia de Alcochete do Partido Comunista, num comunicado sobre o conflito da Firestone, manifesta a sua preocupação «com a forma de luta encetada na Firestone. Alerta os trabalhadores para o aproveitamento por parte de elementos estranhos, de uma luta que sendo justa, não terá sido bem examinada nos métodos escolhidos. É errado que se retenham os dois cidadãos americanos como meio de satisfazer reivindicações».

Dirigindo-se ainda aos trabalhadores da Firestone, prossegue: «Não é por acaso que a administração se não apressa a resolver o problema. Não é por acaso que, contrariamente a tantos outros exemplos de nós bem conhecidos, a embaixada americana não protesta nem se insurge... de facto. Atrás de uma aparente passividade, escondem-se cálculos que nunca são feitos para servir os trabalhadores da Firestone». Depois de lamentar que não tenham sido experimentadas outras formas de luta, o P. C. de Alcochete «apela para o bom senso e frieza de raciocínio, certo de que os trabalhadores saberão encontrar o melhor caminho para sair do impasse».

Nacional

O absurdo económico duma opção nuclear em



Aproveitamento de formas não convencionais de energia: o vento, por exemplo, como no projecto da NASA e da Universidade de Oklahoma. Nos EUA um programa de investigação de 90 mil contos foi devotado ao estudo de aproveitamento da energia eólica

1. Dados nacionais recentes

1.1 No resumo dos debates relativos ao Encontro Nacional sobre Política Energética publicado pelo «Diário de Lisboa» em 18.2.1976 transparece claramente o carácter dubitativo de uma opção nuclear e refere-se explicitamente à necessidade de um encontro especializado, a curto prazo, em que as entidades públicas e privadas forneçam os elementos informativos na sua posse e cujo conhecimento é indispensável apreciação do assunto.

No último dia daquele Encontro, a Companhia Portuguesa de Electricidade (C. P. E.) divulgou um estudo relativo a novas centrais produtoras de energia eléctrica e respectivas estimativas de custo. Não assisti a essa sessão, na qual, aliás, seria praticamente impossível a alguém debruçar-se em profundidade sobre documento de tal extensão e responsabilidade. Baseados neste documento, já publicamente afirmámos não fazer sentido uma solução nuclear em Portugal. Nesse estudo da C. P. E. é transparente a simpatia pelo nuclear, não só quanto a certas observações feitas, mas, sobretudo, pelas hipóteses optimistas em que se coloca quanto à regularidade de funcionamento, aos custos e à percentagem de participação nacional no empreendimento. Apesar disso, a conclusão que se extrai em termos estritamente económicos não é (nem podia ser) claramente favorável à via nuclear comparativamente à térmica convencional e à hidroeléctrica.

1.2 Em 7.1.76, em entrevista a «A Luta», o actual ministro da Indústria e Tecnologia afirmou: «É urgente... caminhar rapidamente para o recurso à energia nuclear, na sequência aliás de um estudo efectuado pela C. P. E.» Em 19.2.76 em entrevista a «A Capital» o mesmo ministro afirma: «Pensamos desenvolver a exploração das nossas minas de urânio, tendo em vista a produção de urânio para as nossas futuras centrais nucleares». Uns dias antes, a Anop divulgava que a primeira central nuclear portuguesa custaria 15 milhões de contos, usaria urânio nacional e que o pedido de instalação feito pela C. P. E. ia ser discutido num dos próximos conselhos de ministro.

Em 23.2.76, em entrevista a «O Diário», ministro e entrevistador estão à partida de acordo quanto ao futuro promissor que o nuclear nos oferece. Tudo é simples e todo o problema (político) se reduz à escolha do tipo de reactor e sua nacionalidade.

Trata-se, em verdade, de uma tão invulgar rapidez de decisão, que imediatamente ocorre a hipótese de uma corrida para o facto consumado. Pessoalmente, temos não só razões para o pensar mas também o dever de informar a opinião pública que, logo após a entrevista de 17 de Janeiro acima referida, pedimos à C.P.E. que nos facultasse os dados adicionais aos que divulgara em Novembro passado no Encontro Nacional, de modo a podermos, eventualmente, rever a nossa posição face às declarações do ministro. A C. P. E., amavelmente, informou que entregara os estudos feitos ao Governo e só a este competia a decisão de os divulgar ou não.

Esperamos que o ministro responsável o faça. E que o ministro da Indústria e Tecnologia, com a acrescida responsabilidade partidária de se afirmar defensor do «pluralismo», do «socialismo», da «liberdade de informação», da «democracia», não só divulgue a informação suficiente mas também explique às centenas de técnicos especializados do sector de energia que participaram no Encontro Nacional sobre Política Energética em que conta tem a sua competência e conhecimento específico para tão superiormente anunciar tais decisões.

Pessoalmente, com os conhecimentos e dados que possuo, considero a decisão de optar já pela via nuclear um absurdo económico e uma obra de fachada. Explico sucintamente porquê e admito também, desde já, rever a minha posição se novos dados o justificarem. Reciprocamente, permito-me esperar que o Governo aceite rever o que um seu ministro exprime, depois de equacionar os objectivos sociais que se propõe com as implicações dos meios que advoga.

2. Porque é antieconómica e antinacional a opção nuclear:

a) — Não permite obter o kWh mais barato no consumidor

b) — Não cria novos empregos

c) — Não aumenta a capacidade de exportação da nossa indústria. Pelo contrário, pode liquidar imensas possibilidades

d) — Não estimula univocamente a nossa capacidade produtiva nem o nosso nível tecnológico

e) — Aumenta o endividamento externo e a dependência económica e tecnológica

f) — Não assegura a nossa independência energética

g) — Não vai usar o nosso urânio tal qual o temos.

Não é necessário alongarmo-nos sobre o preço do kWh. *Nem o estudo da C. P. E. nem outros dados conhecidos permitem afirmar que o Kwh nuclear seria mais barato que o obtido por outras soluções.* A presunção de que o custo do urânio enriquecido se mantém e de que o preço dos combustíveis fósseis subirá indefenidamente é falacioso. O urânio enriquecido aumentou de 37 por cento entre 1973 e 1976. E as entregas para 1980 negociam-se hoje já com uma subida de 150 por cento relativamente aos preços actuais. Quanto ao petróleo, a Pérsia anunciou já uma descida no preço. Há mais de 20 anos que se anuncia que o kWh de origem nuclear será decisivamente competitivo... amanhã.

Esse amanhã ainda não chegou. Entretanto, e nessa corrida, as potências unitárias aumentam. E quando se esperava que a crise do petróleo desse o impulso decisivo, o que se verificou foi um cancelamento de encomendas (excepção da França, por razões que nada têm de económicas).

A opção nuclear pode liquidar imensas possibilidades de exportação porque:

a) — O mercado interno de grandes centrais (monopólio da C. P. E.) não comporta a instalação e o desenvolvimento simultâneos de centrais térmicas convencionais e nucleares.

b) — Na térmica convencional a nossa capacidade de projecto e fabricação é quase total. É uma indústria de ponta, de tecnologia complexa. Essa capacidade é exportável para inúmeros países (em particular os exportadores de petróleo). Para exportar tem, no entanto, de mostrar realizações autónomas e completas sem tutela estrangeira. Para o fazer, e pode fazê-lo já, precisa de mercado nacional.

c) — A indústria nacional que participaria na realização de uma central nuclear é praticamente a mesma que participa na térmica convencional. Fá-lo-ia neste caso usando a tecnologia que já possui, pois o que é específico do reactor nuclear ultrapassar completamente a nossa dimensão económica (como a de muitos países da Europa).

Se a indústria nacional é desviada para o nuclear, fica, na prática, impedida de dar o pequeno passo que lhe falta para se lançar no exterior e alcançar a autonomia que se traduz também na capacidade de poder negociar em plano de igualdade com quem hoje a tutela. Sendo a incorporação nacional muito menor no caso do nuclear, é óbvio que não vai criar mais empregos. Travando uma salutar expansão em sector importante da indústria actual impede, de facto, que novos empregos sejam criados.

O custo de instalações de uma central nuclear, segundo os próprios números da C. P. E. é 2,43 superior ao de uma térmica convencional da mesma potência. Deste modo, a futura central de Peniche, que segundo a ANOP custará 15 milhões de contos, custaria 6,17 milhões se fosse convencional. O custo específico é da ordem de custo de uma central hidroeléctrica. De acordo com os especialistas reunidos no E. N. P. E. os nossos recursos hidroeléctricos asseguram as necessidades até ao ano 2000. Nas hidroeléctricas somos praticamente autónomos no projecto e construção. A maior componente é a de construção civil. Se em qualquer caso temos de obter empréstimo externo, em face do anteriormente exposto, não parece difícil provar a afirmação feita: a solução nuclear aumenta o endividamento externo e a dependência económica e tecnológica irá prejudicar significativamente a resolução da crise de emprego. A afirmação ainda se reforça tendo em conta que: entre a decisão de instalar e a entrada em funcionamento de uma central nuclear medeiam 8 a 10 anos. Para uma térmica convencional o período é cerca de metade. *Tendo em conta a experiência alheia tudo indica ainda que o custo final real será bem superior ao que agora se aponta (mesmo a preços constantes) para a central nuclear.*

Afirmou-se que o nosso urânio vai ser usado na nossa primeira central nuclear. A afirmação é semelhante à de que tendo reservas florestais, temos papel de jornal. Neste caso já produzimos a pasta de papel, que exportamos, comprando depois o papel de jornal. O urânio, para ser utilizado, precisa ser enriquecido. Actualmente, só dois ou três países o fazem, dada a complexidade da tecnologia e o volume do investimento necessário. Esse enriquecimento exige um enorme consumo de energia eléctrica. Em França, durante largos anos, o consumo de energia eléctrica no enriquecimento do urânio será superior à energia que esse urânio irá produzir nas centrais nucleares. A França enredou-se num ciclo vicioso. Os nossos responsáveis encaminham-nos para outro, satelizando-nos. Mais grave: escamoteia-se o facto de que entre as matérias-primas e os produtos finais vai um longo percurso, que escapa completamente ao nosso controlo. No caso do urânio, a situação é singularmente agravada, porque o processamento que permite vir a usá-lo num reactor, está dominado por um número reduzidíssimo de países. É por isso que **a afirmação de que vamos usar o nosso urânio nas nossas centrais é demagógica.** Nós que temos volfrâmio, ferro, pirites, e capacidade para lhe dominarmos o circuito, e só agora parecemos decididos a fazê-lo, propomo-nos (em 10 anos?!) ombrear com os países mais ricos do Mundo quanto ao nosso urânio... de que nem conhecemos com exactidão as reservas! As que conhecemos queimam-se em 30 anos... a próxima geração que se arranje?

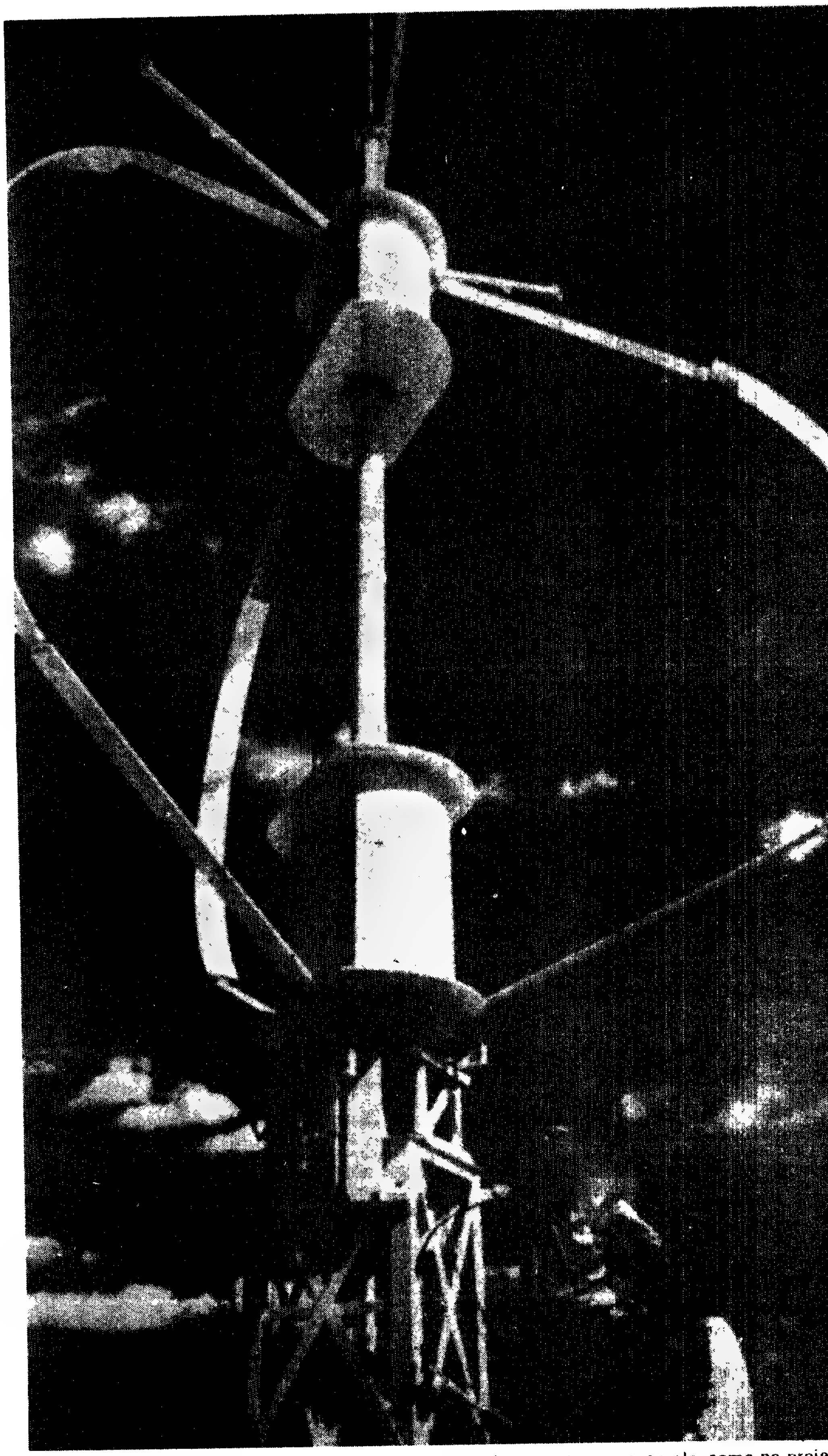
3. A demagogia da Energia Nuclear

Criou-se entre nós (e não só) a ideia de que a produção de energia em reactores nucleares é um símbolo de progresso. Há razões psicológicas para isso. Houve a bomba atómica, o átomo «pacífico», e o progresso na Física Nuclear que todos os meios de comunicação social publicitaram. A

Quem é o prof

Nacional

O absurdo económico duma opção nuclear em[...]



Aproveitamento de formas não convencionais de energia: o vento, por exemplo, como no projecto da NASA e da Universidade de Oklahoma. Nos EUA um programa de investigação de 90 mil contos foi devotado ao estudo do aproveitamento da energia eólica

1. Dados nacionais recentes

1.1 No resumo dos debates relativos ao Encontro Nacional sobre Política Energética publicado pelo «Diário de Lisboa» em 18.2.1976 transparece claramente o carácter dubitativo de uma opção nuclear e refere-se explicitamente à necessidade de um encontro especializado, a curto prazo, em que entidades públicas e privadas forneçam os elementos informativos na sua posse e cujo conhecimento é indispensável [à a]preciação do assunto.

[N]o último dia daquele Encontro, a Companhia Portuguesa de Electricidade (C. P. E.) [divul]gou um estudo relativo a [...] centrais produtoras de [energ]ia eléctrica e respectivas [estim]ativas de custo. Não as[sistimos] a essa sessão, na qual, [...] seria praticamente im[possível] a alguém debruçar-se [em] profundidade sobre documento de tal extensão e responsabilidade. Baseados neste conhecimento, já publicamente afirmamos não fazer sentido uma solução nuclear em Portugal. Nesse estudo da C. P. E. é transparente a simpatia pelo nuclear, não só quanto a certas observações feitas, mas, sobretudo, pelas hipóteses optimistas em que se coloca quanto à regularidade de funcionamento, aos custos e à percentagem de participação nacional no empreendimento. Apesar disso, a conclusão que se extrai em termos estritamente económicos não é (nem podia ser) claramente favorável à via nuclear comparativamente à térmica convencional e à hidroeléctrica.

1.2 Em 7.1.76, em entrevista a «A Luta», o actual ministro da Indústria e Tecnologia afirmou «É urgente... caminhar rapidamente para o recurso à energia nuclear, na sequência aliás de um estudo efectuado pela C. P. E.» Em 19.2.76 em entrevista a «A Capital» o mesmo ministro afirma : «Pensamos desenvolver a exploracão das nossas minas de urânio tendo em vista a producão de urânio para as nossas futuras centrais nucleares». Uns dias antes, a Anop divulgava que a primeira central nuclear portuguesa custaria 15 milhões de contos, usaria urânio nacional e que o pedido de instalação feito pela C. P. E. a ser discutido num dos proximos conselhos de ministro.

Em 23.2.76 em entrevista a «O Diario», ministro e entrevistador estão à partida de acordo quanto ao futuro promissor que o nuclear nos oferece. Tudo e simples e todo o problema (politico) se reduz a escolha do tipo de reactor e sua nacionalidade.

Trata-se, em verdade, de uma tão invulgar rapidez de decisão, que imediatamente ocorre a hipótese de uma corrida para o facto consumado. Pessoalmente, temos não só razoes para o pensar mas também o dever de informar a opiniao publica que, logo após a entrevista de 17 de Janeiro acima referida, pedimos à C. P. E. que nos facultasse os dados adicionais aos que divulgara em Novembro passado no Encontro Nacional, de modo a podermos, eventualmente, rever a nossa posição face às declarações do ministro. A C. P. E. amavelmente informou-nos ir entregar os estudos feitos ao Governo e só a este competia a decisão de os divulgar ou não.

Esperamos que o ministro responsável o faça. É que o ministro da Indústria e Tecnologia com a acrescida responsabilidade partidária de se afirmar defensor do «pluralismo» do socialismo da liberdade de informação da democracia, não só divulgue a informação suficiente mas também explique às centenas de técnicos especializados do sector da energia que participaram no Encontro Nacional sobre Política Energética [...] tem a sua competência e conhecimento específico para tão superiormente anunciar [...] decisões.

Pessoalmente [...] conhecimentos e dados que possuo [...] opção [...] nuclear [...] absurdo económico e uma obra de fachada. Explico-o sucintamente porque e admito também, desde já, rever a minha posição se novos dados o justificarem. Reciprocamente permito-me esperar que o Governo aceite rever o que um seu ministro exprime depois de equacionar os objectivos sociais que se propõe com as implicações dos meios que [...].

2 Porque e antieconomica e antinacional a opçao nuclear:

a) Não permite obter o kWh [...] barato [...]

b) [...]

c) Não aumenta [...] capacidade [...] exportação [...] liquidar imensas possibilidades.

d) Não estimula a evolução [...] nossa capacidade produtiva nem o nosso nível tecnológico.

e) Aumenta o endividamento externo e a dependência económica e tecnológica.

f) Não assegura a nossa independência energética.

g) Não vai usar o nosso urânio tal qual o temos.

Não é necessário alongarmo-nos sobre o preço do kWh. *Nem o estudo da C. P. E. nem outros dados conhecidos permitem afirmar que o Kwh nuclear seria mais barato que o obtido por outras soluções.* A presunção de que o custo do urânio enriquecido se mantém e de que o preço dos combustíveis fósseis subirá indefinidamente é falacioso. O urânio enriquecido aumentou de 37 por cento entre 1973 e 1976. E as entregas para 1980 negociam-se hoje já com uma subida de 150 por cento relativamente aos preços actuais. Quanto ao petróleo, a Pérsia anunciou já uma descida no preço. Há mais de 20 anos que se anuncia que o kWh de origem nuclear será decisivamente competitivo... amanhã.

Esse amanhã ainda não chegou. Entretanto, e nessa corrida [...] potências atómicas [...] E quando se esperava [...] crise do petróleo [...] impulso decisivo [...] encomendas [...] França [...] razões [...] económicas.

A opçao nuclear pode liquidar imensas possibilidades de exportação porque:

a) O mercado interno de [...] centrais (monopólio da C. P. E.), não comporta a instalação [...] desenvolvimento simultâneo de [...] convencionais [...]

[...] Na térmica convencional a nossa capacidade de projecto e fabricação é quase total. É uma indústria de ponta de tecnologia complexa. Esta capacidade é exportável para os países em particular os exportadores de petróleo. Para exportar [...] realizações [...] fazê-lo [...]

[...] A indústria [...] participar [...] realização [...] mesma que [...] convencional [...] tecnologia que já possa [...] o que [...] específico do reactor nuclear ultrapassar completamente a nossa dimensão económica (como a de muitos países da Europa)!

Se a indústria nacional é desviada para o nuclear, fica na prática impedida de dar o pequeno passo que lhe falta para se lançar no exterior [...]

[...] 2,43 superior [...] convencional [...] segundo a ANOP custará 15 milhões de contos [...] 17 milhões [...] convencional [...] uma central hidroeléctrica. De acordo com especialistas reunidos no E. N. [...] os nossos recursos hidroeléctricos asseguram as necessidades até ao ano 2000. Nas hidroelectricas somos praticamente autónomos no projecto e construção. A maior componente é a de construção civil. Se em qualquer caso temos de obter empréstimo externo, em face do anteriormente exposto, não parece difícil provar a afirmação feita: a solução nuclear aumenta o endividamento externo e a dependência económica e tecnológica [...] prejudicar significativamente a resolução da crise de emprego. A afirmação ainda se reforça tendo em conta que entre a decisão de instalar e a entrada em funcionamento de uma central nuclear medeiam 8 a 10 anos. Para uma térmica convencional [...] período é cerca de metade. *Tendo em conta a experiência [...] central nuclear.*

Afirmou-se que o [...] urânio vai ser usado na nossa primeira central nuclear. A afirmação [...] papel [...] Nós só produzimos a pasta [...] papel que exportamos comprando depois o papel [...] O urânio, para ser utilizado, precisa de ser enriquecido [...] Actualmente só dois ou três países o fazem dada a complexidade [...] investimento [...] Esse enriquecimento exige um enorme consumo de energia eléctrica. Em França durante largos anos [...] energia eléctrica [...]

[...] superior à energia que [...] produzir [...] A França [...] Mas [...] os produtos finais vai um longo percurso, que escapa completamente ao nosso controlo. No caso do urânio, a situação é singularmente agravada porque o processamento que permite vir a usá-lo num reactor está dominado por um número reduzidíssimo de países. É por isso que **a afirmação de que vamos usar o nosso urânio nas nossas centrais é demagógica**. Nós que temos volfrâmio, ferro [...] e capacidade para [...] dominarmos o circuito [...] só agora parecemos decididos a fazê-lo [...] propomo-nos [...] 10 anos [...] quanto ao nosso [...] conhecemos [...] existência [...] reservas! [...]

3 A demagogia da Energia Nuclear

[...] todos os meios de comunicação só [...] publicitaram. A

Quem é o prof.[...]

Nacional

Portugal

deia de energia em quantidades ilimitadas e quase gratuitas, os submarinos e navios nucleares navegando milhares de quilómetros sem reabastecimento, tudo ajudou. Olvidaram-se os custos, olvidou-se que em equipamento de guerra o custo não conta face às van-

em jogo! Em Portugal, se caírmos na ratoeira, só daqui a 10 anos o saberemos, se é que o viremos a saber. Porque, a suceder como hoje, se uma grande empresa dá prejuízo, aumentam-se os preços do produto. Ninguém lhe pede contas das decisões erradas mais re-

J.J. Delgado Domingos

f. eng. Delgado Domingos

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico no departamento de Engenharia Mecânica, o engenheiro Delgado Domingos foi professor ainda no Imperial College (Universidade de Londres), é membro honorário do «Advisory Board» do «Interna-Transfer» e membro fundador e correspondente do «International Center of Heat and Mass Transfer», com sede na Jugoslávia. É também membro da American Society of Mechanical Enginieers, Institution of Mechanical Engineers, do Combustion Institute e da Society for Industrial anda Applied Mathematics.

É autor de cerca de meia centena de publicações científicas, em revistas, congressos e seminários, no País e no estrangeiro.

Proferiu lições em várias universidades estrangeiros, nomeadamente nos Imperial College, Universidade Minesota, Universidade de Standpord, Universidade de Paris, Universidade Livre de Bruxelas. Foi director e principal impulsionador do Centro de Cálculo da Universidade Técnica de Lisboa e do Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica, situado no IST. E actualmente investigador e vogal da Comissão Directiva do Centro de Termodinâmica Aplicada e Mecânica dos Fluídos das Universidades de Lisboa (Centro de Engenharia Mecânica). De vários anos dedica-se exclusivamente à sua função universitária. Anteriormente, trabalhou na siderurgia francesa, foi engenheiro de oficina na indústria nacional, engenheiro projectista e investigador numa grande multinacional com sede na Suíça, e posteriormente, numa correspondente americana de dimensão internacional, no campo das centrais clássicas e nucleares, refinarias, Engineering, etc. Foi consultor da Mague quando da primeira encomenda para a Central do Carregado. Foi o responsável pelo único projecto inteiramente português para a instalação da dessalinização de Cabo Verde (produção de água doce e energia eléctrica). Foi consultor da Junta de Energia Nuclear.

tagens estratégicas e políticas.

Porque se consideraram as centrais nucleares como modernas, as outras passaram a designar-se por convencionais ou clássicas, com o que se ajudou a associar-lhes a ideia de antigas, desactualizadas. Tudo isto se acentuou com o secretismo em torno do que era negativo no nuclear, e com a publicidade ao que lhe era vantajoso.

Nos países mais avançados, como por exemplo na América o mito já se esboroa e as grandes empresas construtoras de reactores procuram libertar-se, nas melhores condições, do futuro que sabem esperá-las. Foi assim que a Westinghouse (americana) cedeu à E. D. F. todas as suas posições em França, passando a vender apenas «Know-how».

Parece, pois, que é tempo de tirar algumas vantagens do nosso próprio atraso evitando o logro em que outros se enredaram. E ao nível de opinião pública, em vez de explorar demagogicamente a conotação da modernidade e progresso que ao nuclear se associa, ajudando com isso a perpetuar o nosso provincianismo e subserviência, dever-se-ia sim, desmontar o mito. Lembrar que a dita «térmica clássica» evoluiu espectacularmente incorporando todos os avanços tecnológicos que foram surgindo. Que foi por isso, além do mais, que o kWh nuclear é sempre amanhã que será competitivo. Amanhã esse que, provavelmente, nunca virá a chegar. Porque se alimentou a ilusão? — Pelos fabulosos interesses

centes, quanto mais das que têm alguns anos, e só hoje se repercutem em inelutáveis prejuízos.

4 As necessidades futuras em energia

Com os cortes de energia eléctrica que vão ocorrendo. Com a referência, típica nesta altura do ano, a importações de electricidade. Com a subida espectacular no preço da gasolina, a opinião pública parece resignada e psicologicamente preparada para considerar toda a argumentação contra o nuclear como fruto de especulações utópicas de alguns lunáticos retrógrados e saudosistas. No caso português, porém, bastam factos puramente económicos e tecnológicos para mostrar o absurdo de uma opção nuclear. Relembra-se também que o aumento do custo de gasolina e dos combustíveis em geral foi sobretudo um meio de aumentar os impostos que pouco teve a ver com o preço ou a disponibilidade do petróleo bruto. Tem a ver, isso sim, com o anacronismo de organização e gestão da nossa economia e da nossa tecnologia.

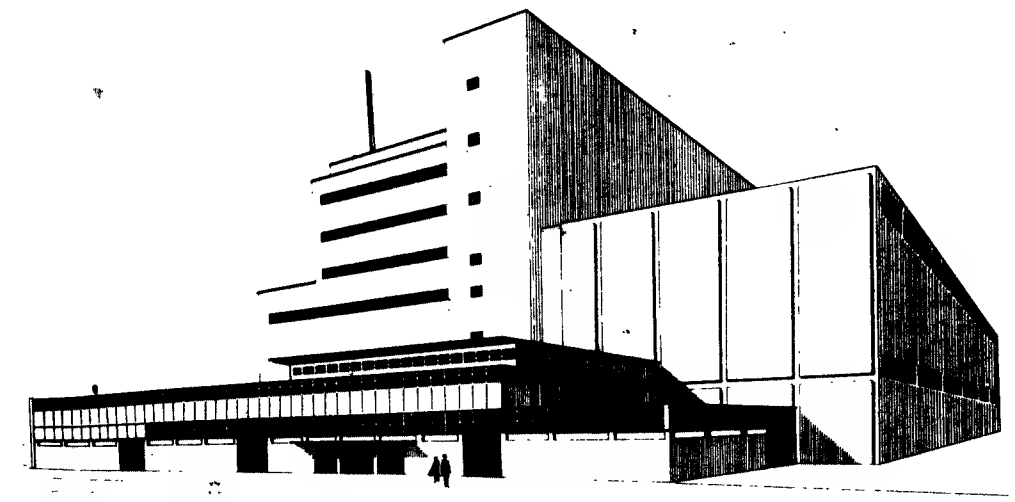
Em termos de presente e de futuro, deve ser-se meridianamente claro: *podemos prescindir inteiramente das centrais nucleares para a satisfação das nossas necessidades futuras em energia. O contributo das centrais nucleares para a nossa independência energética é um mito que nos arriscamos a pagar caro.* O custo do kWh vai reflectir-se em toda a nossa produção, e am alguns sectores de modo decisivo para a sua viabilidade económica. Reflecte-se, obviamente, no nosso nível de vida.

5 Opção política?

Como o próprio nome revela, central, significa centralização. Politicamente, não é indiferente concentrar toda a produção de energia eléctrica num reduzido número de centrais, ou descentralizar, sobretudo quando a primeira solução é economicamente indefensável em termos globais. Defender descentralização e praticar centralismo. Defender democracia e controlar informação. Defender progresso tecnológico e praticar fachada. Defender promoção económica e praticar empreendimentos que o não são e afectam toda a economia, eis uma lógica que inteiramente me escapa. Há quem lhe chame política!

Avancemos uma hipótese moderada, quanto ao nuclear: alguns milhões dos muitos que tantos se propõem emprestar-nos não terão sequer uma recomendação quanto ao modo de utilizá-los?

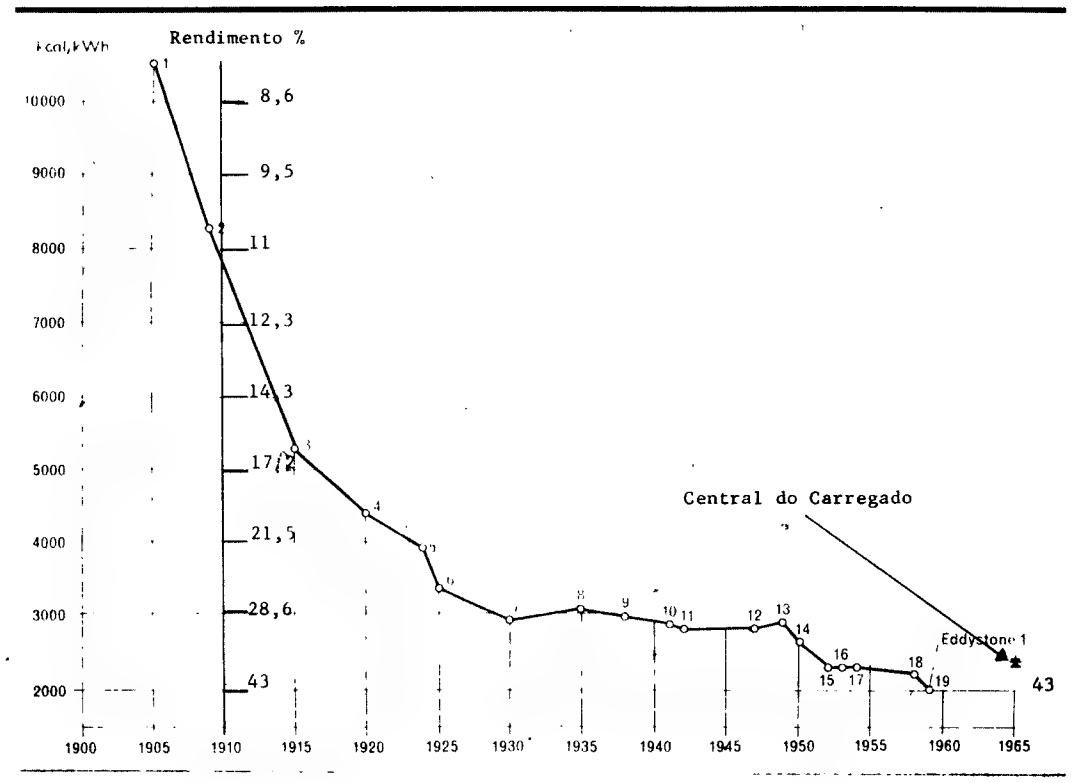
Recomendação natural para quem deseja recuperar o que emprestou. Como é útil saber distinguir se o empréstimo é a Portugal, se um financiamento à indústria de quem nos empresta... e de que ficaremos para sempre dependentes... e a pagar juros. Vale sempre a pena relembrar o exemplo daquele empresário célebre que no princípio do século ofereceu «humanitariamente» milhares de candeeiros de petróleo a um enorme país. Os candeeiros eram oferecidos... o petróleo, naturalmente, tinha de ser pago! Saber distinguir claramente uns casos dos outros até é rendível: os juros e as condições de empréstimo conseguem-se mais favoráveis!



Central supercrítica de Eddystone, térmica instalada no final da década de 50 e que iniciou um significativo avanço tecnológico nas centrais ditas «clássicas». A teconologia de ponta não é exclusivo das centrais nucleares

Que ao menos em termos de puro «business» se seja competente. E em termos de democracia se seja sincero.

Esperamos que o bom-senso prevaleça, quanto mais não seja sob a forma de um período aceitável de reflexão aberta, antes de em nome de todos se decidir, o que para a maioria pode ter consequências irremediáveis.



Evolução do consumo específico real (e do rendimento) das centrais térmicas instaladas pela Philadelphia Electric (EUA) em função do ano. Indica-se também a posição relativa da Central Portuguesa do Carregado na altura em que se optou pela via ainda hoje seguida nas térmicas clássicas (de inspiração francesa, EDF). Com a subida no preço dos combustíveis fósseis, os rendimentos efectivos vão certamente aumentar

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

CONVOCATÓRIA N.º 44

DIRECÇÃO

Convocam-se todas as Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais das empresas em cooperativa, com intervenção do Estado e em autogestão para uma importante reunião a realizar no próximo dia 8 de Março, pelas 16 horas, no 2.º andar da nossa Sede (Rua Conde Redondo, 60, em Lisboa) e que terá como ponto único:

1.º — Definição da política a seguir pelas empresas em cooperativa, com intervenção do Estado e em autogestão.

- A LUTA CONTINUA!
- UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Pel'A DIRECÇÃO
(Ilegível)

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

BOLETIM SINDICAL DE FEVEREIRO

Alertam-se os delegados sindicais e todos os professores de que se encontra à sua disposição no Sindicato (Rua das Gaivotas, 6), o Boletim Sindical de Fevereiro (n.º 7), do qual fazem parte artigos sobre:

— Eleições (Regulamento Eleitoral)
— Gestão Democrática
— Estatuto Disciplinar da Função Pública
— Diuturnidades

A COMISSÃO DIRECTIVA

Estrangeiro

A SEMANA

Sábado

O Governo moçambicano suspende o tráfego ferroviário da Rodésia para o porto de Maputo (antiga Lourenço Marques) em represália contra as violações da fronteira por parte de forças de segurança rodesianas. Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola, e Mobutu, presidente zairense, encontram-se na capital da República Popular do Congo, a fim de normalizarem as relações entre os dois países. Prossegue, entretanto, em todo o território angolano, a «semana de combate ao racismo» lançada pelo MPLA. A Frente Polisario, movimento nacionalista do Sara Ocidental, proclamou a independência do território. Morto a tiro o dirigente do PS da Tailândia. A Imprensa chinesa retoma a campanha dos jornais de parede contra Teng Hsiao-Ping. Onda de violência em várias cidades de Espanha, onde se regista novo surto de conflitos laborais.

Domingo

Angola e o Zaire decidiram «normalizar relações fraternais». Em entrevista concedida à revista francesa, «Le Nouvel Observateur», o primeiro-ministro angolano declara que o seu país não servirá de base militar nem para os EUA nem para a URSS. No XXV Congresso do PCUS, outro ministro angolano afirmou que o auxílio soviético foi vital para o MPLA ter levado de vencida os seus agressores imperialistas. O jornal londrino, «Sunday Times» profetiza que o regime branco da Rodésia está por meses ou mesmo por semanas. O Exército espanhol interveio em Badajoz para evitar que a cidade ficasse privada de água corrente, uma vez que os camionistas em greve se recusam a transportar desinfectante. Recontros e barricadas transformam a cidade basca de Vitória num campo de batalha entre polícia e trabalhadores em luta. O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Areilza, parte em viagem para Londres e Copenhague. O primeiro-ministro chinês, recentemente falecido, Chu En-lai, é criticado nos jornais de parede, no âmbito da campanha contra os «partidários do capitalismo».

Segunda

A Guiné-Bissau decretou a «independência monetária», passando a emitir moeda própria, que se designa de «peso». Oitenta mil operários da construção civil em Barcelona deverão regressar ao trabalho, depois de satisfeitas as suas reivindicações (mais salário, menos horas de laboração). Recomeçam em Salisbúria as conversações entre dirigentes rodesianos e dirigentes nacionalistas da «ala interior» do Conselho Nacional Africano, enquanto se intensifica a actividade dos guerrilheiros e se anuncia que os resultados da diligência do enviado especial de Londres se mostraram pouco concludentes. A campanha «antidireitista» em curso na China alastra agora pelas ruas de Pequim. A URSS apresentou um veemente protesto oficial junto dos EUA relativamente a vários tiros que foram disparados contra o edifício ocupado pela sua missão na ONU.

Terça

As eleições primárias realizadas nos Estados de Vermont e Massachusetts saldaram-se por uma vitória do presidente Ford contra o seu concorrente republicano, Ronald Reagan. Do lado democrático, Jimmy Carter ganhou em Vermont e Henry Jackson foi vencedor em Massachusetts. O antigo secretário britânico dos Negócios Estrangeiros, George Brown, anunuciou que abandona o Partido Trabalhista. Fontes governamentais espanholas anunciaram que estão a preparar um referendo para Maio ou Junho, a fim de aprovar reformas constitucionais, incluindo o estabelecimento dum sistema parlamentar bicamarário. Foram presos em Madrid dois advogados e a actriz cinematográfica Lola Gaos, por estarem presentes numa reunião de trabalhadores da Lever Ibérica.

Quarta

Moçambique virtualmente colocado em «estado de guerra» com a Rodésia, depois de uma comunicação ao país pelo presidente Samora Machel, apelando para que «o povo de Moçambique do Rovuma ao Maputo defenda a Pátria atacada», e decretando o corte de todas as ligações com a Rodésia e o estrito respeito das sanções decididas pela ONU contra aquele território. As questões económicas ocupam agora os trabalhos do XXV Congresso do PCUS, após a leitura do discurso de Alexei Kossyguine sobre os planos para o desenvolvimento soviético no próximo quinquénio. Balanço do Carnaval carioca: 155 mortos. Libertados em Espanha os dois advogados e a actriz presos em Madrid. Anunciado na capital espanhola que o rei e a rainha visitarão os EUA em Junho destè ano. Recontros entre a Polícia e manifestantes na cidade basca de Vitória causaram dois mortos e várias dezenas de feridos. Trata-se do incidente mais grave ocorrido no país desde a morte de Franco.

Quinta

O Partido Comunista Brasileiro propõe a criação de uma frente patriótica contra o fascismo entre todas as correntes da oposição ao regime. O anúncio da próxima visita do presidente brasileiro Ernesto Geisel à Grã-Bretanha provoca um vivo protesto do Partido Trabalhista. Sessão secreta no XXV Congresso do PCUS para eleições do Politburo. Segundo um semanário guatemalteco o terramoto que recentemente provocou a morte de 23 mil pessoas na Guatemala foi provocado por uma explosão nuclear subterrânea norte-americana.

Sexta

Leonid Brejnev foi reeleito secretário-geral do Partido Comunista soviético, na fase final do XXV Congresso daquele partido, em Moscovo, depois de escolhido o comité central, e Zaniatkin, director do jornal «Pravda», passou a contar-se entre os secretários do PCUS. Henry Kissinger revelou que tenciona deslocar-se à Africa do Sul e disse que a saída dos cubanos de Angola era condição para o reconhecimento do Governo de Luanda pelos Estados Unidos. Tendo iniciado as suas sessões na quinta-feira em Bruxelas, o Tribunal Internacional dos Crimes contra as Mulheres, dará por encerrados os seus trabalhos na segunda-feira. O ministro francês do Interior, Michel Poniatowski, afirmou que o governo de Paris procederá com firmeza no caso do confronto com os vinicultores, que já causou dois mortos no Sul de França.

Que benefícios colheu o povo soviético com o XXV Congresso

MOSCOVO, 6 — (Serviço especial de VLADIMIR LOMEIKO) — Fiz vinte e cinco entrevistas curtas a outros tantos soviéticos de diferentes condições. Formulei uma única pergunta: que impressão fundamental lhe causa o Congresso?

As respostas foram diferentes, como diferentes eram os rostos, as mãos, as profissões e os interesses dos meus interlocutores. Diferentes tinham de ser naturalmente as respostas dum operário da construção civil de Moscovo, de uma doutora de Leninegrado, dum cientista da Sibéria, dum cosmonauta, dum pastor, dum diplomata. Lamento não poder transcrever as suas expressões pessoais e as suas metáforas. Mas procurei captar o denominador comum dos seus juízos: que no Congresso do Partido, nas resoluções por ele adoptadas e na atmosfera em que se desenrolou, os soviéticos viram a continuação das mudanças para melhor.

Se tivermos em conta que aqueles com que falei tinham entre 35 a 60 anos de idade e sofreram bastante na vida: a guerra, as dificuldades do pós-guerra, os problemas de alojamento, a «guerra fria», o receio pela vida dos filhos no caso de rebentar novo conflito facilmente se compreende, pois, a segurança que as pessoas sentem em relação ao futuro e como se mostram satisfeitas com a estabilidade do nível de vida alcançado e com a solidez da paz. Se há mudanças, terão de ser para melhor. E as pessoas, comunistas ou não, sentem uma franca gratidão para com os delegados ao Congresso e para com o órgão máximo do Partido pela segurança que se imprimiu às esperanças dos cidadãos.

Surge esta pergunta: terá então havido dúvidas? Na sua maioria, os meus interlocutores responderam que não, pois as suas esperanças coincindiam com aquilo que ouviram no Congresso e com as resoluções que este tomou. Mas estas mesmas pessoas acrescentaram francamente: queriam que o Congresso confirmasse o que elas pensavam. Algumas afirmaram que se sentiam satisfeitas por não se terem confirmado os presságios pessimistas que certas emissoras estrangeiras transmitiam. Estes presságios vinham a ser formulados há algum tempo com grande persistência. Segundo essas emissoras, os cidadãos soviéticos teriam que apertar o cinto, porque ia haver alterações, o dinheiro seria afectado à defesa e não ao desanuviamento. As dúvidas dos detractores estrangeiros respeitantes ao prosseguimento da política pacífica de Moscovo destinavam-se mais a consumo interno que à exportação.

Fizeram-se, pois, prognósticos. Agora chegou o momento de tirar as conclusões. A principal que podemos tirar, no âmbito da política externa, é a de que a URSS prosseguirá a sua política de paz e desanuviamento, embora os soviéticos percebam que o êxito desta política depende não apenas deles, mas também do interesse que nela depositem os seus «parceiros». Nalguns destes verificam-se, aliás, metamorfoses surpreendentes. A caça aos votos (inclusivamente aos votos dos que professam ideias conservadoras) fá-los deixar de usar a palavra «détante» como se tudo se resumisse a palavras ou como se o desanuviamento fosse uma doutrina comunista.

Leonid Brejnev, acentuando no Congresso os frutos do processo de desanuviamento, referiu-se a este como uma tendência benéfica para a política internacional, embora tenha muitos adversários. O desanuviamento, processo moroso e complicado, significa que gradualmente se vão resolvendo as situações conflituosas e os litígios mais diversos. Não se trata de um remédio mágico contra todos os males do mundo, mas sim um de regime óptimo para as relações interestatais que permite ao mundo recompor-se depois de uma longa febre de guerra fria. Aqueles que no Ocidente condenam esta política e procuram entravá-la arriscam-se a estigmatizar inclusivamente... a vacina contra a poliomielite. A verdade é que essa vacina, que já salvou a vida a cinco mil crianças e evitou que outras 100 mil ficassem aleijadas, é fruto da cooperação com Moscovo, que, em 1959, elaborou a tecnologia da sua produção.

Qualquer pessoa entende que o mundo inteiro está interessado no processo de desanuviamento. Se há mais tempo se tivesse enveredado por essa via, talvez tivesse sido possível evitar a absurda e sangrenta guerra do Vietname.

Quanto mais a URSS procura regular os conflitos por via pacífica, mais o complexo-militar do Ocidente perora sobre o «perigo vermelho». Aqueles que se deixam cegar pelo seu ódio ao socialismo sofrem de daltonismo político. Se um dia chocarem com um perigo real, não fantasioso, verão que a sua cor não é vermelha.

Quando nalguns artigos da Imprensa ocidental se lê que a NATO tem um potencial militar modesto e que os nossos aumentaram a sua presença militar no mundo, não se pode deixar de pensar que estes artigos são escritos por encomenda das pessoas e monopólios para quem fabricar armas significa fazer dinheiro.

Os nossos gastos com armamento são muito menores que em muitos países. Na URSS não chegam a somar 95 dólares anuais per capita (24 mil milhões de dólares atribuídos para o orçamento de 1976, num país de 253 milhões de habitantes). Segundo os cálculos do jornal britânico «Times», os gastos de defesa por habitante num ano são os seguintes: 184 dólares na Grã-Bretanha; 233 dólares em França; 260 dólares na Alemanha Federal; 298 dólares na Suécia; 430 dólares nos EUA e 1043 dólares em Israel.

Os soviéticos vêem no programa proposto pelo Congresso do PCUS um plano consequente de paz. Em 1971 os nossos gastos de defesa representaram 11,1 por cento do orçamento do Estado, em 1976 essa percentagem desceu para 7,8 por cento.

Como se sabe, o espírito de paz nasce no lar. Os soviéticos viram-no também as resoluções do Congresso do Partido. O grosso dos investimentos a realizar no novo quinquénio destina-se aos ramos da indústria para fins pacíficos, à agricultura, à melhoria do bem-estar do povo. Cada soviético no seu lar apercebe-se de mudanças para melhor. De 1971 a 1975 os salários dos operários e dos empregados aumentaram em 20 por cento, enquanto os rendimentos dos kolkhozianos tiveram um aumento de 25 por cento. Para o quinquénio em curso planeia-se conseguir aumentos respectivamente de 16 a 18 por cento e 24 a 27 por cento. Durante o último quinquénio, 56 milhões de soviéticos melhoraram as suas condições de habitação. No novo quinquénio construir-se-ão apartamentos

Continua na pág. 18

Presos políticos torturados na Argentina

«Por ordem da burguesia reaccionária e de Mussolini, foi transferido de prisão em prisão, com algemas nos pulsos, e carregado de correntes, nos lúgubres vagões celulares em que um homem se sente sepultado vivo, não podendo fazer qualquer movimento, enquanto o vagão, ligado a comboios de mercadorias ou abandonado numa estação deserta, é queimado pelos raios ardentes do Sol de Verão ou transformado de Inverno, num verdadeiro frigorífico, ao vento, à chuva, à neve».

Assim descrevia Togliatti a paixão e morte do seu camarada Antonio Gramsci, comunista consequente e símbolo internacional da luta antifascista, cujo fim trágico se deu a 27 de Abril de 1937.

De certo modo, a paixão de Gramsci reproduz-se hoje em cada um dos presos políticos que povoam os cárceres do mundo capitalista, e, em especial, os dos países mais sujeitos ao jugo e à violência imperialistas.

A América Latina é uma das zonas do globo onde mais se sofre a tirania de regimes devotados à causa imperialista e dispostos a todas as violências contra aqueles que lutam pelos seus povos, norteados por ideias semelhantes aos de Gramsci.

A Argentina, onde, segundo as leis, se vive em democracia, é um dos tantos exemplos que contribuem para que possamos denominar a América Latina de um vasto campo prisional.

Dia-a-dia se cometem ali atrocidades semelhantes às que se praticam no Chile, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia, etc. Isso se pode concluir do testemunho, de que damos alguns excertos, e que nos é transmitido pelas conclusões a que chegaram os familiares de presos políticos encarcerados no Instituto Prisional U-6 de Rawson, província de Chubut:

«Dirigimo-nos por este meio à opinião pública nacional e internacional, ao Governo argentino, aos legisladores e juízes, aos representantes de todas as crenças e religiões, aos partidos políticos, às entidades gremiais, económicas e sociais da Argentina e aos organismos internacionais de defesa das liberdades públicas e dos direitos humanos, a fim de dar a conhecer a verdade sobre as condições a que são submetidos os presos políticos argentinos. São milhares que pululam nos cárceres de todo o País, pelo delito de lutar consequentemente, e por todos os meios, pela efectiva realização da libertação nacional e social, aprovada maciçamente pelo povo nas eleições de 11 de Março de 1973 e em todas as lutas dos trabalhadores e sectores populares».

«Sabemos desde já as numerosas dificuldades que este documento terá para circular. Conhecemos também as dificuldades que encontraremos para a sua publicação no nosso País, onde a liberdade de expressão está seriamente lesionada»...

«... Os detidos transferidos imprevistamente em aviões militares, algemados e acorrentados encontram-se submetidos ao «regime de máxima segurança» recentemente criado pelo Governo».

«As condições de alojamento nesta prisão são rigorosas e excedem na prática o já, por si, duro regime imposto pelo novo regulamento; nós, os familiares dos detidos, consideramos que as condições de reclusão da prisão tendem mais que a uma pressuposta segurança a deteriorar física e psicologicamente os alojados, violando as disposições constitucionais sobre os modernos e universalmente aceites sistemas prisionais».

«Milhares de patriotas e lutadores populares enchem hoje as diferentes prisões do país, suportando duros regimes que transformam os institutos penais em verdadeiros campos de concentração; Villa Devoto (unidade prisional incrustada no centro da cidade de Buenos Aires), Rawson, Resistência, Santiago del Estero, Coronda, San Nicolas, Rosario, Córdoba, Tucumán, Salta, etc. são uma amostra eloquente disso. Esta política repressiva em relação aos presos políticos não é diferente da que utiliza o Governo contra sectores de classe operária e do povo em geral que reclamam a satisfação das suas reivindicações e a plena vigência das liberdades públicas e democráticas».

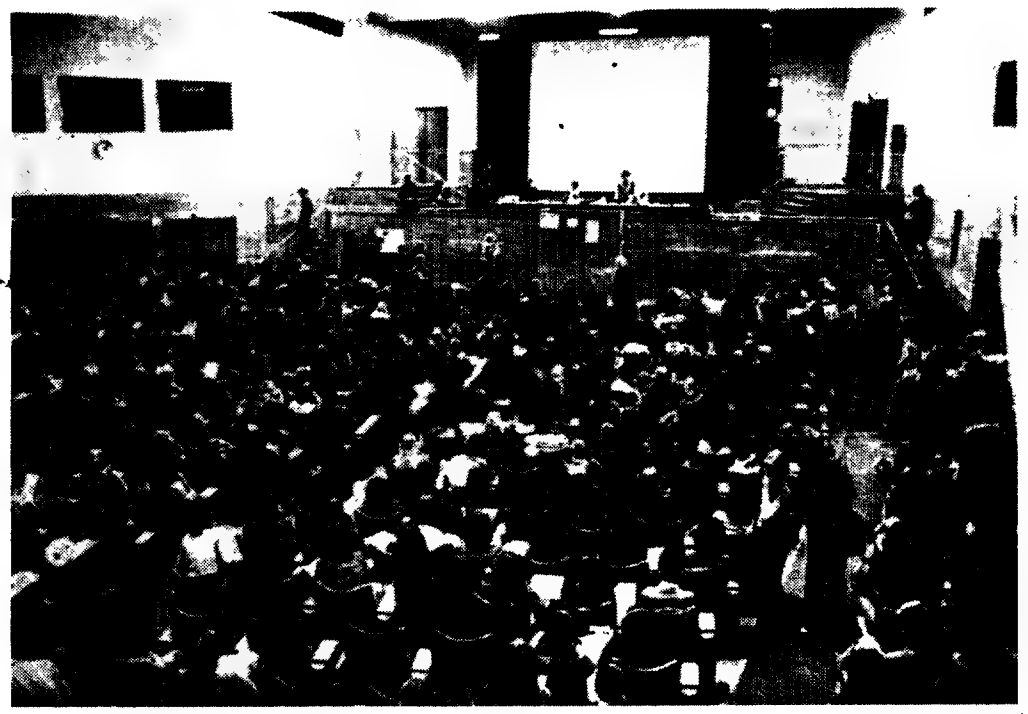
A solidariedade internacional, a denúncia destes atropelos aos direitos humanos são as grandes armas que, no exterior dos países latino-americanos, podem ser usados para minorar o destino dos presos políticos.

No caso argentino, a recente condenação do Tribunal Russel proferida contra o Governo e as Forças Armadas desse país, por violação dos direitos humanos, veio contribuir para o esclarecimento de uma situação menos conhecida, mas nem por isso menos grave, que a do Uruguai de Bordaberry ou a do Chile de Pinochet.

Nesse vasto campo prisional, muitas das vítimas da opressão podiam fazer suas as palavras escritas a sangue pelo mártir do fascismo português, Militão Ribeiro: «... Tenho sofrido tudo o que um ser humano pode sofrer. Nem sei como tenho tido forças para tanto. Mas, com todo este sofrimento, nunca deixe de ter fé na nossa causa».

A.N.

Estrangeiro



Setecentos representantes de 27 países participam nas sessões do Tribunal Internacional dos Crimes contra as Mulheres, reunido em Bruxelas desde o dia 4 e cujos trabalhos se prolongam até segunda-feira. A conferência propõe-se discutir acções convretas em defesa dos direitos das mulheres. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Recontros em Vitória após o funeral de três vítimas

VITÓRIA, 6 (R.) Polícia de choque disparou tiros para o ar ontem, à noite, a fim de acabar com novas manifestações nas ruas de Vitória, a tensa cidade basca no Norte de Espanha, onde três jovens trabalhadores foram mortos por disparos feitos por agentes daquela corporação, no princípio da semana.

Testemunhas oculares disseram que os guardas dispararam metralhadoras ligeiras, quando várias centenas de trabalhadores em greve se concentravam em dois bairros da classe operária.

Não se registaram feridos com gravidade, embora os agentes agredissem à bastonada os manifestantes, atingindo-os nos braços e nas pernas.

Esses novos recontros registaram-se apenas poucas horas depois de os três homens serem sepultados, após um funeral que cedo se transformou num comício emotivo de desafio por parte de dezenas de milhares de habitantes da cidade.

Em Madrid, o Governo defendeu a noite passada a acção da Polícia, na quarta-feira, afirmando que as forças de segurança tentavam proteger da violência física as liberdades individuais.

Um comunicado emitido após uma sessão do gabinete dizia que os agentes da Polícia foram forçados a defender-se, após manifestantes criarem uma «atmosfera de subversão e violência que tornou crítica a sua situação».

O Governo observou que os manifestantes tentavam arruinar o seu programa de reformas, mas prometeu prosseguir com ele até à sua concretização.

Pouco depois dos enterros em Vitória, dirigentes locais das «comissões operárias», as organizações sindicais clandestinas de Espanha, declararam numa conferência de Imprensa que continuariam e fariam alastrar as greves que paralisaram esta semana a cidade e conduziram à vaga de violência nas ruas, a qual causou dezenas de feridos.

A conferência de Imprensa efectuou-se numa sala do andar superior da residência do Bispo de Vitória, que, na altura, estava a ser interrogado por oficiais da Polícia no piso inferior.

Os oficiais pediram aparentemente ao Bispo para explicar um violento sermão proferido por um sacerdote local durante uma missa por alma dos operários mortos, que se celebrou ontem na catedral de Vitória.

Manifestações contra o que aconteceu em Vitória alastraram ontem a outras cidades bascas, a Madrid e a Tarragona, na costa mediterrânica.

Cerca de cem mil trabalhadores puseram-se em greve como protesto nas províncias bascas — revelaram fontes sindicais.

A Polícia feriu, pelo menos, cinco pessoas em Bilbau, após lançar bombas de fumo contra uma multidão de mais de três mil operários de um estaleiro naval — informaram fontes locais.

Em Pamplona, 22 grevistas, que faziam apelos aos estabelecimentos para fecharem, foram presos.

Em Tarragona, um homem achava-se moribundo, após cair de um telhado, durante uma manifestação — anunciaram fontes hospitalares.

Após a sessão do gabinete de ontem, à noite, o Governo anunciou um passo em frente no seu programa de reformas — uma proposta de lei abrandando as restrições quanto ao direito de se formarem partidos políticos.

A proposta, que será apresentada às Cortes (Parlamento), considera como legais todos os agrupamentos políticos que respeitem a Constituição e defendam a declaração dos direitos humanos das Nações Unidas.

Seriam, porém, ilegais todos os partidos que procuram a criação de sistemas totalitários e que usam meios violentos —

Terminou o XXV Congresso do P.C. soviético

O ministro da Agricultural afastado do Politburo

MOSCOVO, 6 (R) — Os delegados ao XXV Congresso do PC da URSS reelegeram ontem Leonid Brejnev como secretário-geral daquele Partido, mas demitiram da chefia do Partido o ministro da Agricultura, Dmitry Polyansky.

As decisões foram reveladas por Brejnev na sessão final do Congresso que durante dez dias esteve reunido no Kremlin.

A demissão de Polyansky — cujo nome não figura na lista dos membros do Politburo lida por Brejnev — segue-se às más colheitas cerealíferas do ano passado.

Um alto funcionário soviético declarou mais tarde que Polyansky permanecia «de momento» e «talvez permanentemente» na chefia do Ministério. Além disso, foi também reeleito membro da Comissão Central do Partido.

O mesmo funcionário, Victor Afanasyev, declarou numa conferência de Imprensa que Polyansky tinha sido «asperamente criticado» durante o Congresso. Apesar de Afanasyev ter declarado que Polyansky continuaria à testa do Ministério, a maior parte dos observadores prevê que ele seja afastado dentro de meses.

Houve outras duas mudanças no Politburo — a promoção do chefe do Partido de Leninegrado, Grigory Romanov, a membro de pleno direito, e a do secretário de Defesa, Dmitry Ustinov, ao mesmo posto.

Brejnev, em boa forma física, leu ao Congresso a lista do Politburo no final duma sessão durante a qual foi aprovada a política de desanuviamento com o Ocidente.

Romanov, de 53 anos, avançou na hierarquia, e segundo alguns observadores ocidentais, poderá vir um dia a substituir Brejnev, que conta 69 anos.

Ustinov, de 65 anos, tem sido secretário do Partido para o controlo das Forças Armadas, e, desde 1965 que é secretário de Defesa. A sua promoção ao Politburo é encarada pelos observadores ocidentais como uma recompensa por longos anos de serviço prestados ao Partido.

O Politburo, que anteriormente contava 15 membros, passa agora a ser constituído por 16. A média das idades dos componentes deste órgão do Partido continua a ser de 65 anos.

A nível inferior, verificaram-se mais duas promoções: o chefe do Partido de Azerbzijão, Gaidar Aliyev, foi promovido a membro candidato e foram nomeados dois novos secretários para o Partido.

Há quem suponha que o ministro da Agricultura, Polyansky, venha ser substituído por Ivan Bodyul, chefe do Partido da Moldávia. Na verdade, embora a nível global, o total de 140 milhões de toneladas de cereais colhidos represente apenas dois terços dos objectivos fixados há cinco anos, a Moldávia tem tido um êxito considerável no desenvolvimento de um novo estilo de organização agrícola, e as autoridades soviéticas afirmaram que aquela pequena república do Sudoeste era considerada um terreno experimental para a aplicação do novo sistema.

Declarações produzidas recentemente por Brejnev e outros dirigentes sugerem que o PCUS se concentrará futuramente na construção de enormes complexos agro-industriais, que absorverão, ao que parece, as propriedades colectivas e estatais.

No princípio da década de 60, Polyansky opôs-se aos planos do então primeiro-ministro Nikita Kruchtchev para dissolver as propriedades colectivas do país.

Os dois novos secretários, que ao que parece, chefiarão os departamentos da Comissão Central encarregados da cultura e dos meios de comunicação social e propaganda, são Mikhail Zimyanin, director do «Pravda» e Konstantin Chernyenko. Este último tem uma longa experiência no trabalho de propaganda e pensa-se que a sua nomeaçao significa que o Kremilin decidiu criar um secretariado especial — separado da Cultura e do Departamento da Informação — para trabalhar neste sector.

Nestas últimas semanas, a URSS tem pedido um contra-ataque ideológico mais intenso contra as «influências burguesas» e «calúnias ocidentais», pensando-se assim que os dois novos secretários terão um papel preponderante nessas actividades.

Durante os cinco anos que mediaram entre o XXIV e o XXV Congressos foram afastadas várias personalidades. Entre elas figuram o antigo chefe da organizacão sindical, Alexandre Chelepine, o antigo chefe do Partido da Geórgia Vassili Mzhavanadze, o antigo dirigente do Partido da Arménia Anton Kochinyan, o antigo chefe do Partido da Ucrânia, Piotr Chelest, e Gennady Voronov, em tempos primeiro-ministro da Federação Russa. Outra figura familiar afastada foi o veteranos Anastas Mikoyan, que recentemente comemorou o seu octogésimo aniversário.

Todas estas personalidades foram afastadas da Comissão Central do PCUS em resultado das eleições para este órgão, que viu o seu elenco alargado de 241 para 287 membros.

FIDEL CASTRO NA JUGOSLÁVIA

BELGRADO, 6 (R.) — O primeiro-ministro cubano Fidel Castro chega hoje à Jugoslávia para uma visita que reflecte a reconciliação entre os dois Estados comunistas após uma longa disputa ideológica.

Entre os assuntos que Fidel Castro discutirá com o presidente Tito da Jugoslávia figura a cooperação entre os seus países, a qual tem registado progressos nos recentes anos, segundo afirmou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na qualidade de dirigentes dos Partidos Comunistas dos seus países, os dois dirigentes trocarão impressões acerca da construção do socialismo na Jugoslávia e em Cuba acrescentou o porta-voz.

Fidel visitará em seguida a Bulgária.

Caleidoscópio

■ BEIRUTE, 6 — (ANOP) — Milícias civis libanesas apoderaram-se ontem da maior parte da cidade de Beirute, numa acção que constitui a primeira ameaça contra as tréguas estabelecidas ha seis semanas entre cristãos e muçulmanos — anunciou um informador governamental.

O alarme em Beirute aumentou quando foi noticiada a chegada de dois mil soldados do Exército de Libertação da Palestina, com o objectivo de reforçar os cinco mil que já se encontravam no Líbano.

■ QUEBEC, 6 — (ANOP) — O primeiro-ministro canadiano, Pierre Trudeau, afirmando que «não necessitamos da rainha de Harold Wilson nem sequer do Papa», declarou ontem à noite que o seu governo subtrairá dentro em breve a Constituição do Canadá à autoridade da Grã-Bretanha.

■ BRUXELAS, 6 (FP) — Os ministros da Agricultura dos nove países do Mercado Comum conseguiram chegar a acordo em Bruxelas sobre um aumento médio de 7,5 por cento dos preços agrícolas europeus, para os anos de 1976-77.

■ HONG-KONG, 6 — (ANOP) — Um jornal desta colónia britânica noticiou hoje que em Cantão apareceram cartazes atacando Chiang Ching, esposa do presidente Mao Tsé-Tung.

■ RENNES, 6 (FP) — Três pessoas ficaram feridas em consequência de um violento confronto entre policias e manifestantes pacifistas, no final de uma audiência do tribunal permanente das forças armadas.

Mais de uma centena de simpatizantes do grupo antimilitarista intitulado Insubmissão Colectiva Internacional tinham ido apoiar três dos seus camaradas, que foram condenados a penas de oito e seis meses de prisão, por insubmissão.

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

ALERTA, Motoristas de Táxi

CENTENAS DE TAXIS DE RETORNADOS PRONTOS A ENTRAR AO SERVIÇO

Quatrocentos táxis vindos das ex-colónias começarão a circular em Lisboa, no próximo dia 15, em face de o Governo não ter satisfeito reivindicações apresentadas, segundo nos declararam Manuel de Almeida, Henrique Simões, Armando M. Elias e António José Teixeira Bela, da Comissão de Industriais de Táxi do Ultramar, que tem o apoio da A.P.R.U. em cuja sede se realizam todas as quintas-feiras reuiões de esclarecimento dos elementos da classe.

Aquela comissão defende a «integração de todos os industriais de Táxi, e não de uma minoria, como faculta o Dec.-Lei 83/76 de 28 de Janeiro». Se o Governo concedesse 600 alvarás — tal é, mais ou menos o número de carros vindos das ex-colónias — não iria prejudicar os motoristas de cá, pois acentua, «o que nós pretendemos é transportar os retornados, que já eram nossos clientes». (Transcr. notic. pub. jorn. «A Luta» — 1/3/76).

DECISÕES TOMADAS PELOS TRABALHADORES DE TÁXI E LETRA A MOÇÃO APROVADA

Os trabalhadores do sector de Táxis e letra A, reunidos em assembleia geral, no dia 6 de Janeiro de 1976, na sede do seu Sindicato, dizem NÃO AO PROJECTO DE DIPLOMA QUE PERMITIRIA QUE OS ALVARÁS PARA TÁXI E LETRA A atribuídos em situação desfavorável aos trabalhadores da metrópole e de privilégio para os retornados.

Aceitam os camaradas retornados em pé de igualdade, mas não como privilegiados. Por isso, pedem que o dec.-lei não seja alterado e avisam que se o for, tomarão as posições que acharem convenientes.

UNIDOS VENCEREMOS!

Com base nas decisões tomadas pelos trabalhadores que representa, pergunta o Sindicato:

Porque não ingressam estes senhores retornados na profissão de motorista como qualquer cidadão? Só por terem um automóvel, e o pintaram de preto e verde? Só porque já eram patrões?

Então e nós, os trabalhadores? Continuaremos a ser os seus eternos escravos?

Ou será que estes senhores, ao invés de pretenderem trabalhar, como dizem, pretendem apenas continuar a ser patrões, para mais tarde nos virem com as banalidades do costume: «A indústria não é rentável... Não podemos suportar trabalhadores ao serviço, etc...), no intuito de trabalharem 15 e mais horas diárias, contribuindo assim para o desemprego de que agora dizem querer livrar-se?

UNIDOS, ORGANIZADOS, VIGILANTES, VENCEREMOS!

A DIRECÇÃO

Espectáculos

Pró-Frente dos Artistas Populares e Intelectuais

Um grupo de artistas promove a formação de uma «ampla Frente Cultural para combater o fascismo e o imperialismo», na qual se integram «artistas populares e intelectuais revolucionários», que usará a sigla «FAPIR».

Uma das primeiras iniciativas do grupo promotor será a organização de sessões preenchidas com filmes, canto e teatro, a apresentar de segunda a quarta-feira.

Entretanto, o grupo pró-FAPIR divulgou uma nota na qual refere que o seu trabalho tem sido sobretudo canalizado para os órgãos de vontade popular, procurando atingir as mais amplas massas trabalhadoras da cidade e do campo.

«A cultura popular, como factor de dinamização e organização dos trabalhadores, em volta das lutas dos explorados e oprimidos deste País, constitui a primeira finalidade da pró-FAPIR que, atraves da sua acção, pretende conseguir uma Frente que se oponha à frente cultural da burguesia. O contacto com as massas trabalhadoras, a canalização de criatividade popular por meios que se imponham à decadente cultura burguesa, é uma luta que se integra no combate ao fascismo e ao imperialismo», afirma o grupo, na referida nota.

As sessões promovidas pelo pró-FAPIR terão lugar no Centro Cultural da Comuna, à Praça de Espanha, de acordo com o seguinte programa: segunda-feira, sessão de cinema popular e actuação do «Canto Popular de Almada», terça-feira, apresentação do GAC-Vozes na luta, e do trupo de Teatro da Simps-Porto Salvo, com a peça «O catecismo do trabalhador»; e quarta-feira, o grupo Comuna Teatro de Pesquisa, com a peça «FOGO!» e canções por Pedro Barroso.

Os espectáculos têm início às 21 e 30, ao preço único de vinte escudos, ou com entradas gratuitas através de senhas das comissões de moradores e de trabalhadores.

HOJE NO COLISEU

GRANDE NOITE DO FADO

A «Grande Noite do Fado», a realizar esta noite no Coliseu dos Recreios, terá a presença de grandes intérpretes do fado e artistas teatrais, e representantes das Sociedades de Recreio. Vão estar presentes, entre outros, Hermínia Silva, Raul Solnado, Beatriz da Conceição, Manuel de Almeida, Maria de Lourdes [illegible], Rodrigo, Max, Trio [illegible], Manuel Marques e Augusto Cruz.

A Radiodifusão Portuguesa também presta a sua colaboração ao espectáculo onde estará presente a Orquestra Ligeira e o Coro Feminino sob a direcção dos maestros Tavares Belo e José Mesquita.

Agrande festa popular é apresentada por Fernando Correia e Mário Figueiredo.

Os bilhetes estão à venda no Coliseu dos Recreios.

"Adimus" traz música de câmara

Um grupo de músicos portugueses, organizados em asssociação, empenha-se na divulgação planificada e consequente da música de câmara.

Trata-se da «Adimus» — Associação Portuguesa para a Divulgação da Música de Câmara — que não tem fins lucrativos e tão pouco beneficia, neste momento, de subsídios de qualquer espécie, vivendo apenas da quotização dos seus sócios.

O primeiro concerto da «Adimus» realiza-se hoje, pelas 17 horas, no Teatro Municipal S. Luís, estando já programada uma série de oito concertos que terão lugar aos sábados, de quinze em quinze dias, no mesmo local e à mesma hora.

Os bilhetes são ao preço único de 20 escudos.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Delícias turcas" de Paul Verhoeven

FICHA:
Titulo original: Turks fruits
Realização: Paul Verhoeven (Holanda-1973)
Argumento: Gerard Soeteman, *segundo romance de* Jan Wolkers
Fotografia: Jan de Bont
Música: Rogier van Oterloo
Montagem: Jan Bosdriesz
Interpretação: Rutger Hauer (*Eric*), Monique Van der Ven (*Olga*), Tonny Huuderman (*a mãe*), Win van dr Brink (*o pai*), Dolf De Vries (*Paul*), Hans Boskamp (*Baboom*), etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner
Cinema Quarteto — sala 3 (interdito a menores de 18 anos)
98 minutos

No terreno da transgressão fácil é construir obras que agitem diante dos olhos um fantasma libertário (nada a ver com Buñnel) e por isso granjeiem mais ou menos imediatos louvores. Basta para isso convocar para o espaço do **écran** meia dúzia de estereótipos já experimentados e, então, funcionantes (quando ainda não haviam sido reduzidos a essa categoria) que, de Kubrick a Schlondorf (não esquecendo Lelouch e os melodramas afins) fizeram um dia a descoberta original.

Nisto de cinema, no entanto, não basta repetir receitas mesmo que apuradas. Não basta insistir num eterno processo de reconhecimento para que o produto por si valha alguma coisa.

Delícias Turcas não é mais que um exemplo do que fica dito. Não é mais que um retomar de signos, temporalmente doseados com mestria, um agitar cuja aparente desenvoltura esconde afinal propósitos bem conformistas, uma moral bem conservadora.

Em pleno coração da ideologia pequeno-burguesa, onde não falta uma vulgarizada visão do «artista» rebelde, uma concepção do amor assaz reaccionária, uma contestação tão-só epidérmica, *Delícias Turcas* não avança um passo sobre o erotismo, a arte ou a sociedade. Repetir cenas de nus, colocar o artista a espatifar um burguês jantar de homenagem ou ridicularizar uma inauguração régia são procedimentos que servem apenas para riscar o acessório e ocultar o essencial. Essencial que passaria pelos íntimos mecanismos do desejo, pela libertação da libido, pela repressão, já que, ao que parece, é o eros e o amor o cerne da questão. Ora é isto mesmo que este filme recalca, que este filme esconde. Em su lugar coloca um pôr-do-sol «romântico», cenas íntimas com champagne e tudo, um final dramático na esteira do mais vulgar *Love Story*. E se do filme sobra uma aparente vitalidade, isso não é fruto senão dum sábio trabalho de câmara, do uso e abuso de uma montagem situada, de um agitar de superfície que deixa as profundezas em repouso.

E se há coisa com que o erotismo tenha a ver é exactamente essa incomensurável profundidade, esse recôndito espaço interior que este filme se mostra incapaz de atingir e explorar. O amor não existe à flor da pele, à flor do *écran* nem sequer à flor holandesa que esta social-democrata obra traz até nós, pelas mãos de uma distribuidora americana, com diálogos ingleses, em planos de lengalenga insuportavelmente medíocre.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

À POPULAÇÃO DO CONCELHO

Dou conhecimento de que pela Comissão Administrativa desta Câmara Municipal foi aprovado em sua reunião de 26-2-76 a abertura de Concurso Público para as obras abaixo mencionadas.

Repavimentação da R. Álvaro Abranches da Câmara — Freguesia de Almada

Arranjo das Pracetas do Olho de Vidro-Pragal — Freguesia de Almada.

Repavimentação da R. António José de Almeida — Freguesia da Cova da Piedade

Repavimentação da R. Dr. António Elvas-Feijó — Freguesia da Cova da Piedade

Construção de uma paragem de autocarros na estrada das Barrocas e arranjos da zona circundante e criação de zona recreativa para crianças — Freguesia da Cova da Piedade

Arranjo de passeio na confluência da Estrada das Barrocas — Freguesia da Cova da Piedade

Repavimentação da Avenida do Mar — Freguesia da Costa de Caparica

Repavimentação da Av. da República — Freguesia da Costa de Caparica

Pavimentação da R. de S. Pedro de Caparica — Freguesia da Costa de Caparica.

Convindo a conclusão de tais obras a curto prazo dever-se-á dar início às mesmas até 31 de Março do corrente ano.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Proença de Almeida

Teatro Maria Matos
SÓ HOJE E AMANHÃ
A RTP apresenta
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com RAUL SOLNADO
NO PROTAGONISTA
HOJE: às 21,30 horas
AMANHÃ: às 16.00 horas e 21.30 horas
Bilheteira 897017
A. B. E. P. 328823
Não aconselhável a M/ de 13 anos

MARIA VITÓRIA
Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO
FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!
SALVADOR ★ FLORBELA ★ HENRIQUE SANTANA
VÍTOR MENDES
CARLOS GONÇALVES
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional
Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA
Aos Domingos e Feriados: «Matinée» às 16 h.
2.as feiras: Descanso da Companhia
Aos Sábados: TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

GRUPO DE TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA
APRESENTA
de 3.ª a Sábado, às 21.30 h. Domingo, Matinée, às 18 h.
«OS ENCANTOS DE MEDEIA»
de
António José da Silva (Judeu)
Enc. Norberto Barroca
Espec. para todos
MARC. TEL. 60 72 99
R. S. Francisco Borja, 22
(às Janelas Verdes)
Descanso da Companhia à 2.ª feira

COM TAKY NÃO HÁ PROBLEMAS PARA A MULHER MODERNA
TAKY
O DEPILATORIO FRANCÊS QUE ELIMINA OS PÊLOS EM POUCOS MINUTOS
SEM DÔR SEM IRRITAÇÃO

COMUNA
Teatro de Pesquisa
NOVO HORÁRIO
Às 5.as, 6.as e SÁBADOS ÀS 21.30
FOGO!
Domingos — Só às 18 h.
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624
Sábado, 6, a peça «Fogo!» será apresentada na Comuna Popular de Aveiras-de-Cima

PRECISA-SE
CASA
2/3 ASSOALHADAS, DE PREFERÊNCIA MOBILADA, ÁREA DE LISBOA. Resposta a este jornal ao n.º 1629

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

UM FESTIVAL PRUDENTE

Por razões diversas, os nossos poetas e compositores tiveram meia-dúzia de dias à sua frente para descobrir uma canção para a Europa. Mesmo num país de descobridores, a tarefa não era fácil. Ainda assim pariram-se 133 canções das quais se apuraram oito. Bom resultado.

Talvez seja útil demorar-se a gente um pouco na expressão «Uma canção para a Europa». Com ela poder-se-á significar uma canção que falasse à Europa do nosso País, da nossa experiência vivida, ou muito simplesmente uma canção que a Europa cantasse. Uma canção que a Europa cantasse exigiria táctica especial baseada em dois pontos: estrutura musical de boa qualidade e capacidade de fácil penetração; e uma letra que não levantasse problemas ou, como agora se gosta muito de dizer, «apartidária». Mergulhada em crise, com os seus milhões de desempregados, suas agudas contradições internas e externas, sua inflação a crescer dia após dia, a Europa ocidental não gosta que se fale de coisas sérias. Mesmo quando se trate de um país pequeno, é um grande e mau exemplo.

No que diz respeito à construção musical parece que nenhuma das canções fez o gosto à Europa. No que diz respeito à letra, nenhuma das canções fez o jogo da Europa.

Uma canção para a Europa foi principalmente uma canção para Portugal.

AS LETRAS

Não para um Portugal suspenso no vácuo, mas para um Portugal pós-25 de Abril, no sentido da felicidade sem remorso («Estrela da tarde» e «Uma flor de verde pinho»); para um Portugal pós-25 de Novembro ora com acento na coragem e na conservação da esperança («Novo Fado Alegre») ora com uma nota de angústia, de desencanto, de impaciência («Cantiga de Maio») ora com um feixe de sentimentos desordenados («No teu poema»). Há ainda lugar para o acento dramático do antes-25 de Abril projectado como um aviso à navegação («Os lobos e ninguém») e para uma canção de raiz social e humana («Maria-Criada, Maria Senhora»).

Encontramo-nos perante o lote de melhor qualidade oficinal de todos os festivais da canção. Paradoxalmente, encontramo-nos perante o menos cantável dos festivais. Estamos longe, muito longe de uma simplicidade, de um sabor popular de uma certa aventura nos domínios da expressão marcada por uma nota mais insólita, mas original. Estamos longe da «Menina», da «Desfolhada», da «Tourada». Certamente foram cantadas em condições muito especiais — quase nada para cantar em português, o festival arvorado em acontecimento de craveira nacional, quase uma razão de ser, senão para o País, pelo menos para a RTP. E eram as pequenas-grandes coisas: o Ary dos Santos a enfrentar o descontentamento dos nacionais-cançoneteiros e dos fascistas que lhe descobriam o golpe antifascista dos poemas, a bronca da Lurdes Norberto desorientada no meio do palco, o regresso eufórico da Simone com distribuição de manifestos convidando a população a ir esperá-la, etc., etc.

Certamente era isso, em parte. Mas, agora, uma canção intervencionista trabalhada nos moldes daquelas, teria sem dúvida muito maior capacidade de penetração.

Têm referido alguns comentadores o carácter pouco assobiável das cantigas deste ano. Não concordo. Assobiáveis são elas exclusivamente, quase todas — tirando *«o novo fado alegre»* e a «Maria-Criada» que permanecerão também ao nível das palavras, embora de qualidade literária bastante desigual.

Não «vejo» as pessoas cantar *«Uma flor de verde pinho»* ou a *«Estrela da tarde»* ou «No teu poema» ou *«Cantiga de Maio»*. Na canção *«Os lobos e ninguém»* faltou-lhe um remate tão concreto, tão directo como o seu desenvolvimento. E foi pena. Nos poemas «onde é que tu moras» e «Cantiga de Maio» os caminhos estavam abertos com as duas quadras da entrada:

Só a força das palavras
faz do medo esta verdade;
quando é teu o chão que lavras
o arado é liberdade.

Mas depois a tendência para «enriquecer» literariamente o poema pode ter conseguido o objectivo em relação ao *poema;* mas prejudicou a letra da canção.

Certamente uma canção como «Estrela da tarde» será uma canção para ouvir com prazer — sorte que foi, por exemplo, a do «Cavalo à *solta*». Ficará dentro de nós e não superficialmente ao nível do ouvido. Não ganhará festivais. Toda a qualidade tem seu preço. Já lá aconselhava o sábio Quixote ao jovem candidato a prémios de arte: não esperes ganhar o primeiro prémio, sonha com outra classificação pois isso quererá dizer que és bom...

Cervantes, homem experiente do mundo e das suas habilidades!

RETRAÍMENTO

Outra acusação feita a este concurso refere-se à sua monotonia e também à dificuldade de as canções ficarem no ouvido.

Toma-se a núvem por Juno. Entre o fiozinho de música de «Uma flor de verde pinho», tão fino que parece nem sequer existir, inventado para dar toda a importância às palavras, até ao poder de comunicabilidade do «Novo Fado Alegre», passando pelo rigor da «Estrela da tarde», pela variedade de «Onde é que tu moras» (a mais «europeia» das melodias) pela cadência martelada de «Os lo-

Continua na pág. 18

UMA BARRIGADA DE RISO!

Todos os SÁBADOS, às 16 horas «MATINÉE» INFANTIL com «Pedro e o Lobo» e «O Indiozinho Raio do Luar»

SECRETÁRIA
IMPORT/EXPORT, EXPER. MOÇAMBIQUE E BRASIL, OFERECE-SE
Resposta a este jornal ao n.c 1628

PRECISA-SE
MULHER
QUE SAIBA COZINHAR
Idade 25 a 40 anos, para
casa particular
Bom ordenado

MOÇÃO APROVADA PELOS TRABALHADORES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILANCIA, LIMPEZA E ACTIV. SIMILARES

Os trabalhadores deste Sindicato, tendo tomado conhecimento da publicação dos Estatutos de um novo Sindicato que se destina a abranger porteiros e porteiras dos prédios urbanos, já representados tanto do ponto de vista legal como do ponto de vista prático, pois que existe toda uma assistência técnica e jurídica de apoio a alguns milhares de trabalhadores porteiros, pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares, e tendo ainda sabido que o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa forneceu um local seu e prometeu todo o apoio àquele novo Sindicato, reunidos em plenário deliberaram:

1. Reafirmar, nomeadamente em período de avanço de forças reaccionárias, a necessidade de manter e reforçar a unidade sindical, evitando todas as divisões;

2. Salientar que dividir a Classe Trabalhadora ou qualquer dos seus sectores serve objectivamente os interesses do patronato, o que neste caso se agrava com o facto de muitos dos proprietários desses prédios se estarem a recusar a pagar o que devem aos trabalhadores a não ser que os tribunais os venham a forçar a isso;

3. Salientar que se não deve permitir que o partidarismo político prejudique a defesa unitária e democrática dos trabalhadores, o que neste Sindicato os trabalhadores sindicais reconhecem que tem sido evitado;

4. Sublinhar que ainda mais absurda será a divisão dos trabalhadores por meras questões de pessoas ou grupos de pessoas e que, se as mesmas vierem a revestir algum significado sindical válido, só por via democrática e dentro do mesmo Sindicato se devem discutir e decidir de forma a não prejudicar os reais interesses da Classe Trabalhadora;

5. Lembrar igualmente que essas divisões, partidárias ou outras, se têm reflectido frequentemente em prejuízos muito concretos para os próprios trabalhadores sindicais, facto esse de que o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, tem aliás sido teatro, como dos próprios jornais tem constado;

6. Manifestar assim o seu repúdio por essa intromissão da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, num assunto que lhes não respeita, e a que pelo menos se deviam manter alheios, quando não devessem mesmo ter antes defendido a unidade sindical e os interesses comuns dos trabalhadores, acima de quaisquer interesses partidários ou de grupo;

7. Transmitir a todos os trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, a todos os trabalhadores sindicais, e à opinião pública em geral esta moção e este vivo repúdio.

Esta moção foi aprovada por Unanimidade

Lisboa, 4 de Março de 1976

OS TRABALHADORES SINDICAIS

ORDEM DOS ENGENHEIROS

FORUM

OS ENGENHEIROS NA FUNÇÃO PÚBLICA E O DESBLOQUEAMENTO DO APARELHO DE ESTADO

A realizar na próxima 2.ª feira, dia 8 de Março, às 21.30 horas, no anfiteatro 1 do LNEC e extensivo a todas as pessoas interessadas.

Hoje

I PROGRAMA

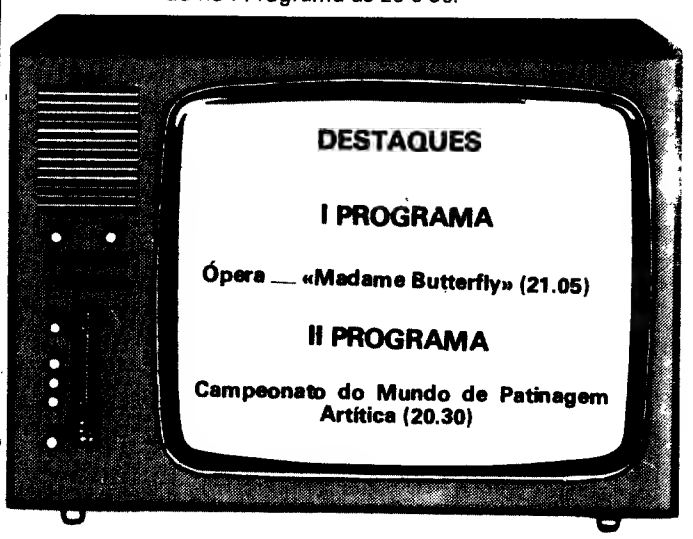
15.30 **«Fungagá da Bicharada«** — «Patolas, Patachim, o Pato Equilibrista» — um programa com Barata Moura e Júlio Isidro.
15.50 **Eurovisão** — transmissão directa de Cardiff do encontro de raguebi País de Gales-França. Comentários de Cordeiro do Vale.
17.35 **Panorama** — Vila da Feira em festa.
18.00 **«Tom Brown»** — série filmada — último episódio.
18.45 **Concerto** — transmissão directa do Cimema Tivoli, da 1.ª parte, do concerto com a Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa sob a direcção do maestro Emil Simon. Solista: Nella Maissa (piano). No programa: «Scoarte» («Tapete2), de Moldovan (1.ª audição); «Balada», de Luís de Freitas Branco e Concerto n.º 3, em dó maior, op. 26, de Prokofieff. Realização de Oliveira Costa.
19.40 **Tesouros do Museu Britânico** — antiguidades egípcias.
20.10 **Cartaz TV** — os programas da semana apresentados por Jorge Alves.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Opereta** — «O Conde de Luxemburgo» de Franz Lehar. Libreto de A. M. Willner e R. Bodausky. Personagens e intérpretes: Conde de Luxemburgo, Ebermard Wächter, Angela Didier, Lilian Sukis; Duque Basílio, Erich Kuns; Armando Brissard, Peter Frohlich e Juliette Vermont, Helga Papouschek. Adaptação para a televisão de Hugo Wiener. Arranjo musical de Bert Grund. Orquestra Sinfónica sob a direcção de Kurt Graunke.
23.20 **Memórias do Nosso Tempo** — a Grande Guerra (9.º programa) — «Por Favor, Meu Deus, Dá-Nos uma Vitória». Realização de Ed Rollins e John Terraine.

A entrada da Turquia na Guerra e derrota dos ingleses na Península de Gallipoli.

23.45 **Telejornal** — 3.ª edição
00.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **Encontro** com o director do Institut Alemão Curt Meyer-Clason.
20.30 **Eurovisão** — Campeonato do Mundo de Patinagem Artística — transmissão directa de Gotemburgo. Comentários de Manuel Magno.
23.00 **Telejornal** — em diferido o Telejornal 2 transmitido no I Programa às 20 e 30.



Amanhã

I PROGRAMA

12.00: Abertura e Missa de Domingo: **12.45:** Expedição: **13.15:** Telejornal — 1.ª edição: **13.30:** Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e dos cinemas e da TV; **13.40:** «Heidi» — série de desenhos animados de origem japonesa; **14.00:** Eurovisão — Campeonato do Mundo de Patinagem Artística — transmissão directa de Gotemburgo. Comentários de Manuel Magno; **16.00:** Presença do Brasil — um programa de José Manuel Coelho, Manuel Varela e Oliveira Pinto; **16.30:** Hoje Há Palhaços; **17.30:** O Povo e a Música — «Os Amigos da Música» — programa filmado perto de Grijó em que actuam diversos corais populares. Uma emissão do Ceontro de Produção do Proto,, produzida pelo D.P.M.R.: **18.00:** TV Rural — um programa pelo eng. Sousa Veloso: **18.50:** «A Folha do Acer» — série filmada: **19.40:** Pauta Livre: **20.30:** Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro: **20.50:** Telefutebol: **21.30:** Uma Canção para a Europa

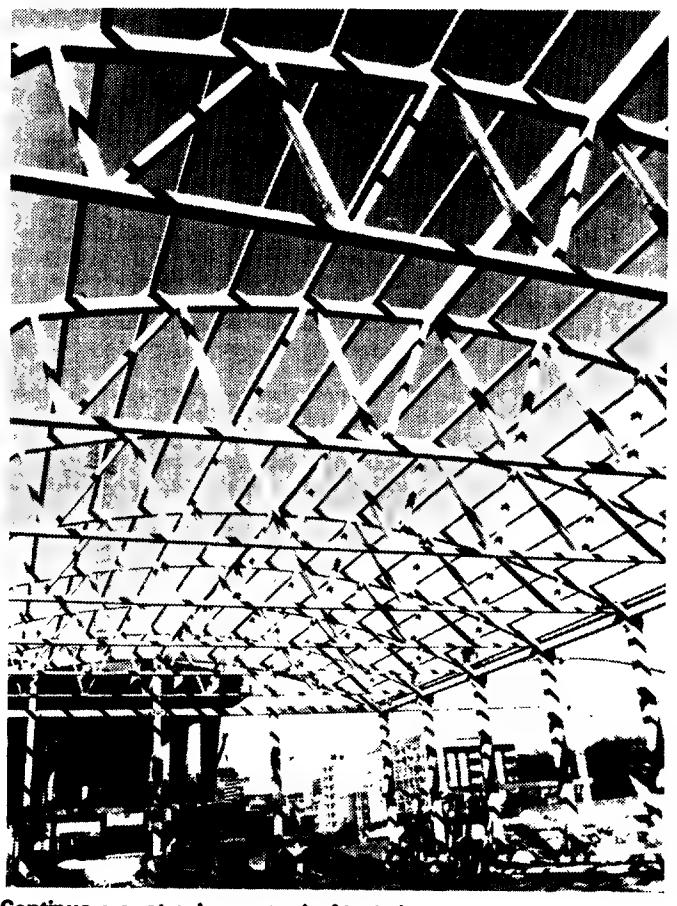
Participam Carlos do Carmo e a Orquestra Ligeira de Radiodifusão Portuguesa dirigida por Thilo Krassman. Colaboração especial de António Vitorino de Almeida. Apresentação de Ana Zanatti e Eládio Clímaco. Cenários de Eduardo Lemos: **22.50:** Cinema 76: **23.15:** Telejornal — 3.ª edição: **23.35:** Fecho

II PROGRAMA

. . . . **20.00:** Abertura e Programa Musical; **20.30:** Noite de Cinema — «Os ferro-Velho da Geurra» — com António Lunardie Andriano Carli e realização de Gasparé Palumbo: **22.15:** Telejornal: **22.30:** Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



Continua o apetrechamento de Alvalade, com pavilhões destinados à juventude, seja (ou não) sportinguista. Aqui temos o esqueleto do primeiro dos quatro edifícios previstos para construção antes de Julho: terá capacidade para três mil pessoas, mas (esperemos) será mais útil se puder dar espaço para a cultura física a umas centenas de crianças que saltem das bancadas

Segurança no Desporto: a lei vem aí

A segurança e o exercício da arbitragem vão ser defendidos por um decreto-lei de alta importância para o Desporto português, como pode notar-se através da sua atenta leitura:

«**Preâmbulo** — Independentemente de uma profunda reformulação de toda a Justiça Desportiva, no âmbito da qual naturalmente se inserem as questões relativas à segurança e disciplina nos recintos desportivos, reformulação essa que é um dos objectivos a alcançar pela Secretaria de Estado dos Desportos, desde já parece aconselhável a adopção de medidas que colmatem as lacunas da legislação em vigor Usando da faculdade conferida pelo art.º 3.º n.º 1 a1) 4 da Lei Constitucional n.º 6/75 de 26/3/75, o Governo decreta e eu promulgo:

Art.º 1.º — Os artigos 55:º, 74.º, 76.º, 80.º, 82.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, do Decreto n.º 32 946 de 3 de Agosto de 1943, passam a ter a redacção que segue:

Art.º 55.º — É obrigatória a assistência às competições desportivas de um delegado da entidade que as promove.

§ 1.º — Sem prejuízo do disposto no corpo do art.º, os clubes serão obrigados a nomear, para cada jogo ou prova em que participem, um delegado que terá por deveres:

a) Fazer todos os esforços no sentido de assegurar a disciplina no recinto desportivo.

b) Velar pela integridade física dos agentes da arbitragem, nomeadamente assegurando a sua protecção e apoio, quer acompanhando-os, quer solicitando a intervenção das autoridades competentes, durante ou após a prova e a pedido daqueles.

c) Apresentar-se no início e termo da prova aos juizes ou árbitros, devidamente credenciados.

Art. 74.º — Considera-se infracção disciplinar o acto praticado voluntariamente pelos desportistas ou pelos organismos desportivos, com violação dos deveres regulamentares.

§ 1.º — Os clubes serão responsabilizados pelas infracções cometidas nos recintos pelos seus adeptos.

§ 2.º — As penalidades aplicadas aos clubes podem abranger os seus filiados.

Art. 76.º — As penas aplicáveis por infracções disciplinares são: 1. Advertência; 2. Repreensão verbal ou por escrito; 3. Multa até 20 000$00; 4. Suspensão da actividade até dois anos; 5. Suspensão da actividade de dois a cinco anos; 6. Interdição dos recintos desportivos de dois jogos a um ano; 7. Dissolução.

Art.º 80.º — A competência disciplinar sobre os desportistas, juízes, árbitros ou fiscais pertence à Direcção-Geral dos Desportos e aos vários elementos da hierarquia desportiva, nos termos seguintes:

1. A pena n.º1 do art.º 76.º pode ser aplicada por todos os clubes que tiverem autoridade hierárquica sobre os infractores.

2. As restantes pelas direcções dos clubes, colégios ou comissões a que pertencem os infractores, ou pelas dos organismos de hierarquia superior, mas as do n.º 4 quando aplicadas em medida superior a um ano, e as dos n.ºs 5 e 7, serão obrigatoriamente sujeitas a homologação da Direcção-Geral dos Desportos.

3. Da decisão que aplicar qualquer das penas dos números 3 e seguintes há sempre recurso para os órgãos superiores ou jurisdicionais da hierarquia desportiva, ou para a Direcção-Geral dos Desportos.

Art.º 82.º — Das decisões que aplicam as penas dos n.ºs 5 e 7 há sempre recurso para o ministro, só com efeito devolutivo. § único — Da decisão do ministro não há recurso.

Art.º 85.º — A pena do n.º 3 do art.º 76.º é aplicável em regra aos organismos por faltas cometidas pelos seus filiados ou praticantes nos locais de desporto da sua guarda ou vigilância e ainda pela infracção do disposto no §1.º e respectivas alíneas, do art.º 55.º.

Art.º 86.º — A pena do n.º 4 será aplicada nos casos seguintes: a) Não acatamento das leis do jogo e normas gerais da direcção desportiva; b) Negligência ou erro grave no exercício das funções de direcção e fiscalização; c) Injúrias ou agressão aos competidores e público; d) Desacordo, protestos e desobediência pública contra decisões das pessoas que exercem funções de direcção e fiscalização.

Art.º 87.º — A pena do n.º 5 é aplicável, em geral, àqueles que por actos e factos se revelem indignos e incapazes de se adaptarem às normas de correcção desportiva, e, em especial, nos casos de:

1. Agressão, injúria ou desrespeito grave praticados publicamente nos locais de desporto contra pessoas que exerçam funções de direcção ou fiscalização.

2. Prática de actos desonrosos ou de má-fé.

3. Manifesta intenção de prejudicar terceiros através da narração, nos boletins e relatórios dos jogos, nitidamente desvirtuada, das ocorrências.

Art.º 88.º — A pena do n.º 6 é aplicável por actos ou ocorrências gravemente atentórias da ordem e disciplina desportiva praticados nos recintos desportivos, antes, durante ou após a competição e como sua consequência, nomeadamente por: a) Agressão a agentes da arbitragem; b) Agressão a dirigentes, técnicos ou praticantes; c) Invasão de recintos desportivos; d) Factos que ponham em causa de forma grave o decorrer normal do evento desportivo.

1.º. Será obrigatoriamente aplicada a pena de um ano de interdição nos casos previstos nas alíneas a) e b).

2.º. A pena de interdição só é aplicável ao infractor na categoria em que se verificarem os factos que a fundamentam.

3.º. Durante a interdição, sempre que o infractor tenha que jogar com equipas da mesma associação fá-lo-ão no campo desta. Caso a mesma pertença a associação diversa, os jogos serão realizados em recinto situado a distância não inferior a 30 km do infractor, que será responsável pelas despensável inerentes à organização.

Art.º 2 — A pena de dissolução prevista no art.º 76.º n.º 7 é aplicável nos casos em que os organismos desportivos se afastem claramente dos fins para que foram criados.»

Nacionais de futebol

Nas Antas o duelo maior

Nas Antas, o grande jogo da ronda futebolística da divisão principal: o Porto-Boavista, que pode (ou não) cercear o caminho dos actuais pupilos de José Maria Pedroto no confronto directo com os benfiquistas, dentro dessa longa corrida para o título. Mas, há outras partidas com certo atractivo, mormente as que envolvem os «aflitos», cada qual a tentar, como sabe ou pode, esvair o rasto da cauda da tabela.

Veja-se, entretanto, o que manda o calendário para este fim-de-semana, esclarecendo que, à hora em que esta edição do «DL» sai para a rua, estão a disputar-se os embates Belenenses-Braga e Estoril-Atlético (1.ª divisão), Marinhense-Paredes e Salgueiros-Fafe (2.º escalão). Amanhã, pelas 15 horas, teremos: Benfica-Farense, Académico-CUF, U.Tomar-Sporting, F.C.Porto-Boavista, V.Setúbal-Leixões e V.Guimarães-Beira-Mar

II Divisão, Zona Norte: Penafiel-Alba, Régua-Riopele, Paços de Ferreira-Feirense, Sanjoanense-U.Lamas, Lourosa-Espinho, Covilhã-Varzim, Famalicão-Vilanovense e Gil Vicente-Chaves.

Zona Sul: Almada-Esperança, U.Santarém-Juventude, U.Montemor-Sintrense, Peniche-U.Leiria, Marítimo-Montijo, Barreirense-Oriental, Sesimbra-Torriense, Olhanense-Caldas, Lusitano de Évora-Portalegre e Portomonense-Torres Novas.

III Divisão, Série A: Rio Ave-Esposende, Leça-Vianense, Monomense-Tirsense, Caceirense-Forjaes, Paços Brandão-Bragança, Mirandela-Arrifanense, Tadim-Lordelo, Desp. Aves-Freamunde, Limianos-Avintes e Vila Real-Lamego.

Série B: Febres-Águeda, Penalva-Oliveira do Bairro, Oliveirense-Covilhã e Benfica, Guarda-Lousanense, Acad. Viseu-Gouveia, Vilanovense-Viseu e Benfica, Naval-Marialvas, Tabuense-Ala-Arriba, Vildemoinhos-Cucujães e Anadia-U.Coimbra.

Série C: «O Elvas»-Benavente, Alcanenense-Alhandra, Portalegrense-Eléctrico, Videirense-Sp. Pombal, Campomaiorense-Loures, Odivelas-N. Madeira, Marrazes-Bombarralense Vilafranquense-«Os Elvenses», Alverca-Alcobaça e Cartaxo-Almeirim.

Série D: Olivais-Sacavenense, Seixal-U.Santiago, Lusitano-Quarteirense, Sambrasense-Beja, Rosarense-Luso, Alcochete-Casa Pia, Odemirense-C.Caparica, Moura-C.Piedade, Vasco da Gama-Vendas Novas e Paio Pires-Amora.

Ontem, na Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, o dr. Silva Graça recebeu os pré-olímpicos de atletismo, durante um encontro com a Imprensa que teve alto interesse e merece uma destacada informação na nossa edição de 2.ª feira próxima.

Atletismo em Almada

No próximo dia 10 (das 9 às 12 e das 15 às 17 h.) monitores desportivos, alunos da Escola Técnica de Emídio Navarro, orientarão provas de atletismo para alunos das escolas primárias da cidade de Almada, que têm como cenário a quinta do Seminário de Almada. Daquela data em diante, passarão a efectuar-se com regularidade competições semelhantes todas as quartas-feiras.

Bayern de Munique: 1350 contos por um jogo

O presidente da Federação Venezuelana de Futebol, Rene Memmer, disse ontem que o Bayern de Munique aceitou jogar com o Independiente (da Argentina) em Caracas, na final da Taça Intercontinental, de futebol.

O Independiente já havia aceite Caracas como local do encontro, pelo qual cada equipa receberá 50 000 dólares (1.350 contos).

Sporting-Benfica: a "Taça" a sério

Dia 28, romaria até Alvalade: pelas 15 horas, um Sporting-Benfica em chuto na bola que é, finalmente, a sensação da Taça de Portugal, pobrezita a enfezada competiçãozinha que vive paredes meias com a vergonha e o desprezo, dada a escandalosa protecção conferida aos clubes ditos «maiores» em detrimento da democracidade com que todos os competidores deveriam apresentar-se na linha de partida.

Vejamos, entretanto, o que mandou o sorteio, efectuado ontem na sede federativa:

Vasco da Gama-Atlético; Vitória de Setúbal-vencedor Paredes-Marítimo; Portimonense-representante dos Açores; TorresNovas-Salgueiros; Lamego-B. Mar; U. Leiria-Sesimbra; Oriental-vencido Paredes-Marítimo; representante da Madeira-Boavista; Vit. Guimarães-Famalicão; FC Porto-Sp. Braga; Almada-U. Lamas; Leixões-U. Tomar; Estoril-Farense; Belenenses-Académico; Varzim-Cuf, e Sporting-Benfica.

Todas as conjecturas são admissíveis: até as que acreditam na eventualidade de um *tomba-gigantes* surgir por aí e fazer arrepir caminho, logo na primeira andança, a um dos tais «soberanos» de plumagem falsa e a cair de caduca.

Agostinho caiu no "Levante"

Agostinho perdeu a «amarela» na «Volta ao Levante» mas, a um dia do termo da prova, mantém intactas as aspirações ao lugar mais alto do «podium»: apenas seis segundos o separam do «leader», tempo que será (ou não) ultrapassado pelo português melhor conhecido na alta roda da pedalada, agora a trabalhar em Espanha por conta de uma marca de esfregões para cozinha.

Classificação da quinta etapa da «Volta ao Levante», corrida entre Aldaya e Cocentaina, numa extensão de 171 quilómetros, ganha pelo espanhol Medina, à média de 37,813 km/hora: 1.º, Medina, Espanha, 4 h 34 m 58 s; 2.º, Oliva, Espanha, mt; 3.º, Aja, Espanha, 4.35.00; 4.º, Perurena, Espanha, 4.35.37; 5.º, Elorriaga, Espanha, mt; 6.º, Van Lint, Bélgica, mt; 7.º, Jacques, Bélgica, mt; 8.º, Priem, Holanda, mt; 9.º, Agostinho, Portugal, mt; 10.º, Vallori, Espanha, mt; 33.º Mendes, Portugal, mt; 34.º, Martins, Portugal, mt.

Classificação geral: 1.º, Aja, 22.18.43; 2.º, Agostinho, 22.18.49; 3.º, Viejo, 22.18.54; 4.º, Jacques, 22.18.57; 5.º, Fuchs, 22.19.07; 6.º, Loos, 22.19.18; 7.º, Lujan, 22.19.22; 8.º, V. Diaz, 22.19.23; 9.º, Elorriaga, 22.19.58; 10.º, Oliva, 22.19.35; 19.º, Mendes, 22.19.54; 32.º Martins, 22.2038.

Nacional

Dia Internacional da Mulher

Delegação da Mulher Angolana em Lisboa a convite do M.D.M.

Uma delegação da OMA — Organização da Mulher Angolana — estará presente na Semana das Comemorações do 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) organizada pelo Movimento Democrático das Mulheres e que integrará realizações diversas em vários pontos do País.

A delegação angolana, que chega a Lisboa no dia 7, é constituída por Luísa Inglês, coordenadora nacional, Dina Almeida, responsável pelos contactos internacionais e Olga Chaves, responsável pela informação e propaganda.

O dia 8 de Março é um símbolo na historia dos movimentos femininos e assinala a data em que as operárias norte-americanas das fábricas de Detroit, nos começos da industrialização, em 1857, lançaram a luta pelo salário de 8 horas que ficaria como primeiro gesto em defesa de um trabalho mais digno e mais humano.

Para divulgar o programa da Semana das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Movimento Democrático das Mulheres promoveu ontem uma conferência de Imprensa na qual estiveram presentes Carolina Mega e Isabel Fernandes, do secretariado nacional, e Teresa Paulo, Isaura Vieira e Luzia Machado da secção de Lisboa.

A mesa que presidiu à conferência de imprensa de ontem à tarde

TRÊS DÉCADAS DE LUTA

Teresa Paulo começou por explicar como se tem desenrolado nos diversos países a luta das mulheres não só pelos seus direitos específicos como pelos direitos humanos em geral. Nesta luta em que assume particular relevo a actividade desenvolvida pela mulher no combate ao fascismo e ao colonialismo, salientou Teresa Paulo a certa altura: «Lutamos por uma sociedade onde os nossos filhos não sejam explorados.»

O Movimento Democrático das Mulheres foi fundado em 1945, logo a seguir à guerra e fechado pela PIDE em 1951 data em que passou a trabalhar na clandestinidade aparecendo completamente reestruturado em 1969. Foi uma curta aparição pública, a aproveitar o mês da campanha eleitoral, e mergulhou novamente na clandestinidade até 25 de Abril de 1974. Em 1973 tivera uma breve actividade, também, durante o mês da campanha eleitoral.

Durante todo o tempo que actuou na clandestinidade o trabalho do MDM foi feito principalmente dentro das fábricas, especialmente chamando as mulheres para as lutas sindicais, mas o Movimento destacou-se também na luta contra o colonialismo e contra o custo de vida que deu origem, ainda nos tempos áureos do fascismo a grande manifestação no Porto.

A partir de 1969 lançou uma grande campanha para a construção de creches e infantários que provocaria uma alteração às leis fascistas.

Durante mais de três décadas de luta o Movimento Democrático das Mulheres também alimentou as masmorras da Pide e viu as suas activistas perseguidas pela ordem fascista Isabel Aboim Inglês que foi proibida de dar aulas e teve que trabalhar como costureira, Maria Lamas que teve de se exilar oito anos em Paris, Virgínia Moura, Maria Luisa Costa Dias, Fernanda Gonçalves, Helena Neves, são alguns nomes ao acaso de militantes vítimas das autoridades fascistas.

A Pide não conseguiu porém deter o MDM que se expandiu e hoje dispõe de 28 sedes encontrando-se organizado em 11 distritos. Domésticas, empregadas, operárias, camponesas e estudantes são, por ordem, os grupos sociais mais representados no MDM.

Cerca de 58 por cento dos analfabetos portugueses são mulheres e as mulheres constituem 56 por cento o eleitorado, tornando-se presa fácil da demagogia de partidos fascistas e dos caciques das zonas atrasadas da província. Numa mensagem às mulheres portuguesas o MDM, depois de referir as condições de exploração de que são vítimas as mulheres nos países onde o capitalismo domina, afirma: «As eleições aproximam-se. Chegado o momento, pensemos na justa opção a tomar, naquela que nos liberta da exploração e nos devolve um país independente, moldado com as nossas mãos de trabalhadoras».

O programa das comemorações do Dia Internacional da Mulher é bastante extenso e consta de realizações em Lisboa e diversos outros pontos do País.

PUB

J. PIMENTA

COMISSÃO DE TRABALHADORES

AV. ANTÓNIO ENES, 25 — TEL. 95 20 21 — QUELUZ

MOÇÃO

Os 2.407 trabalhadores da Empresa J. Pimenta, S.A.R.L., reunidos em Plenários de sectores para análise da situação actual da empresa, tendo conhecimento das actividades provocatórias movidas pelo ex-administrador João Pimenta, decidem por esmagadora maioria:

1. Repudiar energicamente todas as atitudes provocatórias de João Pimenta ao tentar entrar em diversos sectores da Empresa.
2. Manifestar a sua determinação no que se refere a impedir a entrada de João Pimenta e os ex-administradores, em qualquer sector da Empresa a não ser para pagar as dívidas contraídas à mesma (650.000 contos em 31 Dez. 74).
3. Exigir, mais uma vez, das autoridades civis e militares que tomem, inequivocamente, posição contra o ex-administrador João Pimenta, de acordo com o Relatório elaborado pela empresa auditora «Coopers & Lybrand», onde existe matéria penal mais que suficiente para prender João Pimenta e da qual as entidades competentes já têm conhecimento.
4. Finalmente, perante o avanço dos sabotadores nos últimos tempos, os trabalhadores da Empresa J. Pimenta, S.A.R.L., declaram-se publicamente solidários com a luta de todos os trabalhadores contra a tentativa de recuperação capitalista por parte dos patrões agora «retornados».
5. Dar conhecimento desta moção ao Conselho da Revolução, Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção e Secretário de Estado da Construção Civil.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E TODOS OS TRABALHADORES!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!
A LUTA CONTINUA!

OS TRABALHADORAS
DA EMPRESA J. PIMENTA, S.A.R.L

CONTÍNUOS

ADMITE PARA LISBOA
ORGANISMO OFICIAL

(Vencimento base: 5 200$00

Os interessados, que deverão estar inscritos nos Quadros de Adidos, devem indicar por escrito dados identificadores completos e prova daquela inscrição.

Resposta a este jornal ao n.º 1630

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA

Convoca-se todos os trabalhadores da Indústria Açucareira para um

PLENÁRIO DE TRABALHADORES

a realizar no Salão de Festas do C.A.T. da Sidul R. Particular n.º 1 — N.º 13 (a Alcântara) a realizar no próximo dia 7 de Março de 1976 pelas 09.30 horas com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Actual situação do Sindicato e meidas a tomar para mais eficaz defesa dos interesses dos trabalhadores da Indústria Açucareira.

— Para efeitos deste Plenário e na medida em que vai ser discutido o futuro do Sindicato, fazemos especial apelo a TODOS os trabalhadores das empresas refinadoras-SIDUL, SORES.

Assim, é importante a presença dos trabalhadores Administrativos, Motoristas, de Hotelaria, Metalúrgicos, Electricistas, de Construção Civil, Químicos, Enfermagem, Contínuos e Porteiros, Fogueiros, Telefonistas, Técnicos de Desenho, Engenheiros Técnicos, Engenheiros, Pilotos, Despachantes, Carpinteiros e Marceneiros, de Artes Gráficas, Técnicos de Venda, enfim todos os trabalhadores das referidas empresas, para além dos Mecânicos de Açucar.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA
Mário de Almeida Rocha

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

ESTATUTOS DO SINDICATO

A Comissão Directiva vem informar que os Estatutos do nosso Sindicato acabam de ser publicados em Diário de Governo (n.º 44, III Série de 21 de Fevereiro de 1976).

Dá-se assim um importante passo para a institucionalização do Sindicato dos Professores.

Caberá aos professores a defesa das estruturas sindicais, nomeadamente face aqueles que pretendem que **uma lei especial** regule o direito de sindicalização dos funcionários civis do Estado.

DIGAMOS NÃO! à lei sindical «especial» para a Função Pública!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

A COMISSÃO DIRECTIVA

NOTARIADO PORTUGUÊS

SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura de 15 de Janeiro de mil novecentos setenta e seis, exarada de folhas 5 a folhas 7, verso, do livro para escrituras diversas deste Cartório F-35, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidadelimitada».VASCOANTUNES GOMES, LIMITADA», nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO: A sociedade adopta a firma «VASCO ANTUNES GOMES, LIMITADA», sendo a sua sede em Lisboa, na Rua de São Bento, número cento e trinta e dois.

SEGUNDO: A sociedade inicia a sua actividade nesta data, e sendo a sua duração por tempo indeterminad.

TERCEIRO: O seu objecto cons a exploração do comércio de m qualquer outro, permitido po que os sócios acordem.

QUARTO: O capital social, mente realizado em dinheiro quenta contos e correspond das quotas seguintes: uma, d ta contos, do sócio Vasco Ant mes e outra, de dez contos, José Antunes Carvalho.

§ primeiro: O capital social ia ser aumentado uma ou mais es, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

§ segundo: Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, quando ela deles necessite, com ou sem juros, nos termos acordados entre eles.

QUINTO: a cessão total ou parcial de quotas é livremente permitida entre os sócios, sendo proibida a favor de estranhos sem o expresso consentimento da sociedade e dos restantes sócios.

§ primeiro: A cessão gratuita feita pelos sócios é autorizada com a reserva de a sociedade poder amortizar as quotas cedendas pelo seu valor actualizado, caso lhe não interesse o ingresso pela dos respectivos beneficiários.

§ segundo: A cessão onerosa de quotas depende de prévia comunicação à sociedade e aos restantes sócios, por meio de carta registada com aviso de recepção, de onde constem as condições da transacção, devendo a sociedade ou os sócios exerce o seu direito de opção no prazo de quinze dias.

SEXTO: A divisão de quotas só é permitida sem autorização expressa da sociedade, para efeito de cessões parciais a efectuar entre os sócios ou para pôr fim à indivisão entre os herdeiros do sócio falecido.

SÉTIMO: A amortização de quotas pode ser feita pela sociedade nos casos de falência ou insolvência do sócio titular, de venda ou adjudicação judiciais da quota e ainda no caso de cessão gratuita, nos termos do parágrafo primeiro do artigo quinto.

§ primeiro: O valor da quota, para efeito de amortização será determinado através de balanço realizado:

OITAVO: A gerência da sociedade e a sua representação em juizo, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes com dispensa de caução e com a remuneração que for deliberada em Assembleia Geral.

§ primeiro: Os actos e contratos que envolvam responsabilidade para a sociedade obrigam sempre à assinatura do sócio Vasco Antunes Gomes.

§ Fica expressamente proibido aos gerentes o uso da firma social em fianças, abonações, letras de favor e, de um modo geral, em todos os actos e contratos estranhos ao objecto social.

NONO: As Assembleias Gerais, fora dos casos em que a lei determinar formalidades especiais para a convocação, serão convocadas pela gerência por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência de oito dias.

DÉCIMO: No caso de morte ou inter dição de qualquer sócio, a socieda continuará com os representantes falecido ou interdito, que entre to escolherão um para os representa sociedade, enquanto a quota es indivisa.

É certidão de teor parcial qu conforme ao original.

Lisboa, vinte e seis de Janeiro de novecentos setenta e seis.

Rasurado: «e» «determinar»

O 3.º Ajudant
(Maria Felecíssima Menese»)

Em S. Pedro do Estoril o «Diário de Lisboa» é vendido por Profírio da Silva Carreira

Geral

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

bos e niguém», pela curiosa combinação da melodia e rítmo da «Cantiga de Maio», e até pelo esquematismo de canção para festival da «Maria-Criada» — nesta caminhada há de facto alguma variedade, a suficiente para arredar a hipótese de monotonia.

Isso a que se chama monotonia não é senão a ausência de um conteúdo polémico. Nenhuma canção é *imediatamente* política, embora muitas o sejam perifrasticamente. Falta o refrão que funciona como palavra de ordem.

E compreende-se. Vivemos dias de uma grande complexidade política e social, os poetas sentem todo o peso da responsabilidade. Meter o pé na argola, numa altura destas, seria muito prejudicial. Daí um natural retraimento.

A verdade é que muitos concidadãos nossos afirmam estar saturados da política. Parece que o que eles estão é saturados da política dos outros. E a verdade é que, mesmo esses, apesar de saturados, quando não encontram política no caso — já não se interessam.

Mais um paradoxo do nosso tempo a vários títulos paradoxal...

Outra ilusão de monotonia consiste na propositada sobriedade de que se revestiu a emissão. Não havia lantejoulas, ouropeis que custavam centenas de contos, palcos decorados «à lá fora», apresentadores de lacinho e apresentadoras decotadas, assistência mui selecta, jofos de luz e de câmara, competições de intérpretes, etc., etc.

É verdade que não houve nada disso. Felizmente, é claro. Havia o necessário: as canções. Faltou a festa? Um dia será. Quando todas as canções forem uma festa e não feitas de propósito para uma festa. Que diabo de festa seria a de um tempo, como o nosso, em que o capitalismo quer recuperar, antifascistas são perseguidos mais do que nos «bons» velhos tempos, a direita descaradamente avança, as conquistas democráticas exigem, para não se perderem, toda a vigilância, militância e cuidado, em que num país onde vegeta impunemente uma infamante Imprensa fascista e fascizante se faz recair o peso de 11 (onze!) processos sobre um jornal, como este nosso, de tradições antifascistas, etc., etc.?

. Já numa primeira nota aqui publicada se rendeu homenagem à qualidade de intérprete e ao profissionalismo de Carlos do Carmo.

Quero repetir esse gesto.

Não sei de quem pudesse cumprir melhor a sua tarefa qualquer que seja o ângulo escolhido. Não sei de quem pudesse estudar cada canção em contra-relógio — e depois apresentasse uma expressão tão calma, tão certo de que, se morresse a seguir, não morreria em pecado.

. Algumas víboras deste fosso quiseram atacar Carlos do Carmo. Sem olhar a meios nem a razões. Chegou-se ao ponto de insinuar que Carlos do Carmo cantara melhor o «Novo fado alegre» talvez porque, tratando-se de um fado, estivesse mais dentro do seu estilo, ou então porque, etc., etc. Infâmias.

A verdade é que aquela composição não está dentro do estilo habitual de Carlos do Carmo. Pode-se dizer que está nos seus antípodas: não há nele a frase lenta, saboreada, ritmada de silêncios que criam um clima de intimidade. Terá sido, até, uma das composições que maior esforço lhe exigiu. Pessoalmente, considero que a interpretação de Carlos do Carmo nao a valorizou, porque não retirou dela toda a força que haveria, na interpretação de um Fernando Tordo — o Fernando Tordo da *Fuga de Alcoentre*, por exemplo. Pessoalmente considero que as melodias mais adaptadas a Carlos do Carmo são as de «Uma flor de verde pinho» e «Estrela da tarde».

A actuação de Carlos do Carmo é absolutamente inatacável. De uma coisa estou certo: autores e compositores vão convidar Carlos do Carmo para um convívio de amizade. Farão isso — se o veneno de víbora ainda os não atingiu a eles. Ox Alá!

CHAPELADA

Claro que a qualidade das canções não vai ser decisiva para a classificação. Neste domínio procedeu-se da pior maneira possível.

Repare-se: os jornais publicam cupões. Cada cupão, um voto. Mas os cupões não abrigam à exigência mínima de seriedade que seria a identificação. Cada qual pode votar com 10 ou 20 ou 200 ou 2000 cupões: isso depende do seu fervor partidário para gastar em ninharias e da massa que tiver para gastar.

Não se trata, pois, de uma votação baseada na responsabilidade. É um convite à «chapelada», à mentira, ao poder do dinheiro e a outros poderes. E uma farsa ignóbil mascada de «democraticidade».

Outras soluções seriam possíveis. A mais fácil, seria atribuir-se a responsabilidade a um júri. Pois não se seguiu esse critério para a escolha de oito, em 133? Por que não utilizá-lo para escolher uma ? O mesmo júri ou alargado?

. O critério seria falível. Mas ao menos haveria a quem pedir contas. Cada qual assume as suas opções. Como pedir responsabilidades a quem, anonimamente, fez uma chapelada de centenas de cupões por razões que nada têm a ver com a qualidade das canções?

. Não houve apelo às massas, mas sim apelo às «massas». Com a eterna dúvida sobre quem abre os cordões à bolsa.

Pode não ter acontecido assim. Que quem votasse, votasse em consciência. Mas a dúvida permanesse sempre. É o perigo das situações: mesmo quando não há peita, a suspeita existe.

XXV CONGRESSO

Continuação da pág. 12

para mais 50 milhões de pessoas.

Com tudo isso, permanecem invariáveis os preços dos géneros alimentícios e dos artigos de uso corrente. Durante quase meio século, tem-se mantido sem alteração a renda de casa na URSS, tradição que continua de pé. Também as tarifas de transporte não têm variado. Tal como dantes, garante-se trabalho para toda a gente, mas escasseia ainda a mão-de-obra. Tudo isto contribui não só para infundir segurança no amanhã como proporciona ainda liberdade de planificar o orçamento individual e o familiar para o prazo de cinco anos. Todos sabem que, dentro de cinco anos, o seu almoço, o seu vestuário e a sua habitação não irão custar mais do que hoje. Sabem também que, se estiverem doentes, não terão que se preocupar com o dinheiro, que se os filhos decidirem tirar um curso superior, a família não tem que apertar o cinto.

No XXV Congresso do PCUS, toda a marcha dos trabalhos contribuiu para intensificar a atmosfera de segurança que os soviéticos respiram. Inspirou-lhes mais alegria e este é o melhor índice da qualidade de vida.

BARES · BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364869/368197. Tina. Stripteaseuse.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. **261461/164526/264596/264621/264946**

CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA

Rua do Cabido, 5-3.º — COIMBRA

Até ao dia 23 de Março de 1976, pelas 15 horas, aceitam-se propostas, separadas, em carta fechada e lacrada, para os fornecimentos seguintes :

Conc. n. 6/76 — MATERIAL PENSO

» n. 7/76 — MATERIAL PENSO

» n. 8/76 — CAT-GUT

As condições estão patentes nos Serviços de Aprovisionamento — Rua do Cabido, 5-3.º, COIMBRA.

Coimbra, 26 de Fevereiro de 1976.

OS SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima 21,5º

GUARDA
Mínima 3,1º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado tornando-se progressivamente muito nublado em especial a Norte do Tejo onde poderão ocorrer períodos de chuva ou chuvisco; neblinas ou nevoeiros durante a noite e princípio da manhã.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	8º
P. DOURADAS	—
COIMBRA	7º
PORTALEGRE	11º
LISBOA	12º
FARO	14º
FUNCHAL	12º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.09	3,7 m	0.30	1,2 m
19.35	3,6 m	12.48	1,2 m
Dia 7			
7.43	3,5 m	1.09	1,3 m
20.02	3,4 m	13.29	1,4 m
Dia 8			
8.26	3,3 m	1.57	1,5 m
20.52	3,3 m	14.20	1,6 m

AMANHÃ

NASCER ÀS 8.49
OCASO ÀS 18.17

Dia 9 — Dia 16 — Dia 22 — Dia 30

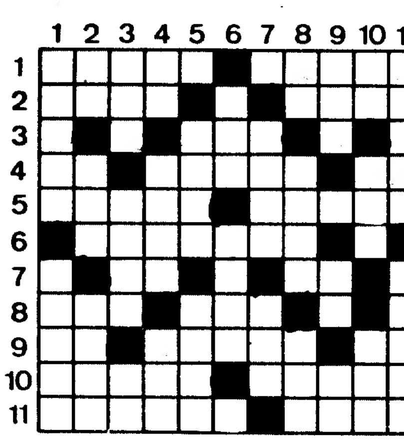
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 313

HORIZONTAIS

1 Estimais. Sacode.
2 Aquele que. Apelido.
3 Recusa.
4 Érbio (s.q.). Sente prazer. Preposição latina que designa movimento.
5 Bater. Que é do ar.
6 Membro do senado.
7 Gálio (s.q.). Artigo definido.
8 Arara. Negativa.
9 Culpada. Dinheiro (pop). Crómio (s.q.)
10 Raspar. Paixão.
11 Desenrugas. Gasta.



VERTICAIS

1 Da parte de cá. Aparelho de ginástica.
2 Mulo. Chefe etíope. Verdadeiro.
3 Prefixo que designa ar. Invisual. Letra grega.
4 Prefixo de negação. Fome. Utensílios domésticos.
5 Esposa do filho em relação aos pais dele. Cidade do Japão.
6 Fúteis. Fazes doação de.
7 Rei da Baviera que foi atacado de loucura e enclausurado no castelo de Fustenried. Base aérea portuguesa.
8 Bromo (s.q.). Elemento que entra em algumas palavras com o significado de ar. a heroina francesa que foi queimada viva.
9 Suspiros. Apelido da mãe de Luís de Camões. Compaixão.
10 O lado do vento. A mais velha de determinadas mulheres (inv). Preposição.
11 Vasilha com asas. Falece.

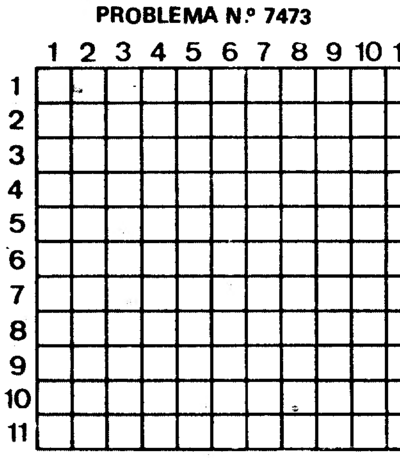
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7473

HORIZONTAIS

1 Cidade da Roménia. Fina e macia como a seda.
2 Tempo do verbo ir. Olé. Serra de Portugal.
3 Magnete natural. Assassinar.
4 Imediatamente. Costurei.
5 Arrostas com. Sapo do Amazonas.
6 Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho da Anadia.
7 Cruel. Ave trepadora.
8 Traçaríamos.
9 Capa sem mangas. Estimavas.
10 Oceano. Coisa (ant.)
11 Guarnecido de asas. Crustáceos isópodes do género asellus.



VERTICAIS

1 Cidade de Espanha. Reveste de uma camada de crómio.
2 Ramalhete. Intestinos.
3 Nome de letra. Empregara.
4 Compaixão. Rezo
5 Vê. Cento e um em romano. Ilha do Pequeno Belt.
6 Apelido. Cabelos brancos. Antiga unidade monetária da Alemanha.
7 Pedras de moinho. Gemera.
8 Fazes doação de. Barrotes.
9 Aldeia de Itália. Malhado de preto e branco (o cavalo).
10 Sua Senhoria. Invulgares.
11 Cidade da Suiça. Carta de jogar. Boro (s.q.)

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 312

Horizontais:

1 Sanas. Ala.
2 Atara. Falia.
3 Notaria. Iam.
4 Tramas. Na.
5 Oó. Socarão.
6 Ni. La. Ais.
7 Compara.
8 Nas. PÊLOS.
9 Er. Apearas.
10 Varras. Emas.
11 Essas. Voas.

VERTICAIS:

1 SANTOS. NEVE.
2 Atoro. Caras.
3 Nata. NÓS. Rs.
4 Aram. Im. Ara.
5 Saras. Popas.
6 Isola. És.
7 Afã. Carpa.
8 La. Aéreo.
9 Aliara. Lama.
10 Ia. Airosas.
11 CAMPOS.

PROVÉRBIO: Pelos Santos neve nos campos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7472

HORIZONTAIS:

1 Tuão. Atraca.
2 Anil. Oriá.
3 Irassem. Or.
4 Ara. Passo.
5 Lados. Isola.
6 Id. Lo.
7 Usam.
8 Br. Sua. Fado.
9 Anos. Roihos.
10 Laca. Mimosa.
11 Asasses. Sé.

VERTICAIS:

1 Rã. Allo. Bala.
2 Unira. Urnas.
3 Airadas. Oca.
4 Olá. Assas.
5 Sus! Mu.
6 Aos. Arme.
7 Trepida. Ois.
8 Rimas. Fim.
9 Aa. Soldados.
10 Oslo. Dose.
11 Atroa. Rosas.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO R-1

TODA A NOITE

AJUDA
Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (t. 637318)

ALVALADE
Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66 (T. 722368)

ANJOS
São José, Rua dos Anjos 41-A (t. 50730)

AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A (t. 772291)

BAIRRO ALTO
Labor, Rua Diário de Notícias, 81 (t. 323428)

BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão Magalhães 33 (t. 849448)

BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (t. 704828)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho 136 (t. 681726)

CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (t. 869831)

ESTEFÂNIA
Morgado Lourenço, Largo D. Estefânica, 4 (t. 54808)

LAPA
Silva, Filhos, Rua S. João da Mata, 72 (t. 661010)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (t.s 720703-728395).

OLIVAIS SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (t. 310026)

TURNO R-2

ATÉ às 22 HORAS

ALCÂNTARA
Vieira Rosa, Rua Prior do Crato, 74 (t. 660187)

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Morais, 1 (t. 771469); **Roma**, Avenida de Roma, 85-B (t. 772466); **Ideal**, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (t. 712803)

ARROIOS
Aliança, Avenida Almirante Reis, 145-B (t. 570487)

BAIXA
Internacional, Rua Áurea 228 (t.s 322017-20203)

CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (t. 682610)

CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (t. 686176)

GRAÇA
Monte (do), Rua Senhora do Monte, 30-A (t. 867842)

LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262-B (t. 790332)

POÇO DO BISPO
Freitas, Rua Zofino Pedroso, 11 (t. 381136)

RATO
Micael, Rua de S. Bento, 380 (t. 772162)

SETE RIOS
Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (t. 780841)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R.António Granjo, 2 (T.213161)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Até às 22 horas

OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (1.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Aisis, Av. Gago Coutinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite

S.JOÃO DO ESTORIL
S.João, Quinta da Carreira, 29-A (T.261186)

AMOREIRA
Amoreira. Toda a noite

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas; **Nova**, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P. D. João I, 9-B (T.932756); **Central**, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); **Igreja**, P.da Igreja, 22-A (T.937740); **Jardim**, Av. Conde de Oeiras, 120 (T.938424)

DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T.950117)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T.2914103)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (t. 980456)

SINTRA
Marrazes, Vila (T.2930155)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)

ALMADA
Magalhães, R.Capitão Leitão, 8-B (T.2750242)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)

BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (T.2073023). Até às 19 horas; **Pimenta**, R.Cons. António Augusto de Aguiar, 259 (T.2073012). Serviço permanente

COVA DA PIEDADE
Morgado, R.Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)

MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)

MONTIJO
Montepio, R.Almirante Reis, 93 (T.2310035)

SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)

SETÚBAL
Bocageana, R.do Romeu (T.23425); **Bairros**, B.Santos Nicolau (T.23330)

SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 15

ATÉ ÀS 22 HORAS
Foz, R.Senhora da Luz, 380. Foz: **Alírio de Barros**, R.de Costa Cabral, 240; **Central**, R.31 de Janeiro, 203; **Gomes Carneiro**, R.de Cedofeita, 348; **Nova de Monsanto**, R.de Monsanto, 148; **Couto**, L.de S.Domingos, 106; **Lapa**, R.Antero dd Quental, 211

TODA A NOITE

Correia, P.Mousinho de Albuquerque, 78; **Corujeira**, R.de S.Roque da Lameira, 1473; **Luso-Francesa**, R.Sá da Bandeira, 140; **Magalhães**, R.de Serralves, 566.

COIMBRA

DIAS FERREIRA, Rua do Brasil, 70 (t. 26016; **Higiene**, Rua Fernandes Tomás, 41 (t. 22634); **Santa Cruz**, Rua das Padeiras, 94 (t. 23569)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CAPITÓLIO
20.30, 22.45 (18 anos)
«Mostra-me a tua Piscina»

CORNUCÓPIA
21.15 (13 anos)
«Ah Kiul»

MONUMENTAL
20.30, 22.45 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»

ADOQUE
20.30, 22.45 (18 anos)
«Taran Tan-Tan não enche Barriga»

MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»

ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»

COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»

VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«O Preço da Vida»

VILLARETT
20.30 e 22.45
«Godspell»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»

S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Aventuras e róticos dos 3 Mosquiteiros»

EUROPA
21.30 (13 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

PARIS
21.15 (18 anos)
«O Justiceiro da Noite»

JARDIM
21.15 (10 anos)
«Odisseia submarina»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O campeão»

LUMIAR
21.15 (14 anos)
«Os Cavalos de Valdez»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«O Campeão dos Boxeurs»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (13 anos)
«O Desnorteado»

CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Emilienne»

OUTRA BANDA

ALAMDA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Exorcista»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Mulheres Apaixonadas»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

PORTO/Cinemas

COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Vida Íntima de Dorian Gray»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (6 anos)
«Um Dia nas Corridas»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Os Prazeres do Vigário»

S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Los Amigos»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«O A.B.C. do AMor»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Paulo, o Quente»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Vício»

JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»

OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Eram todos filhos da mãe»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Estalegem do Prazer»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Prostituto»

S. TEOTONIO
21.15 (18 anos)
«O Exorcista»

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«007 agente indecente»

rádio

1.º Programa

15.00: Painel da tarde: **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Temas sobre a condição de retornado: **19.00**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **21.00**: 11.º episódio do folhetim «A Noite e a Madrugada», de Fernando Namora, numa adaptação de Judith Navarro — Painel da noite; **00.00**: Último jornal: **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Pôrto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite: **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

15.00: «Un Giorno di Regno», de Verdi; **17.05**: Cravistas; **17.30**: Conjuntos instrumentais; **18.30**: O violinista Jasha Heifetz; **18.50**: Concertos da Radiodifusão Portuguesa; **20.30**: Música de Mozart: **21.00**: Ciclos de melodias; **21.30**: Música de bailado; **22.00**: Concerto de câmara; **22.30**: Música da época barroca (Itália Alemanha); **23.00**: Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo — intercâmbio musical; **23.40**: Solos de piano, de Debussy; **00.10**: Obras de Mozart: **01.00**: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas: **18.00**: Emissão Regional — contacto — teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «Lisboa em Camisa» (repetição); **21.00**: Apenas música; **21.30**: Quando o telefone toca: **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita: **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto: **22.00**: Jazz: **00.00**: Prisma: **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), **233,2** m **1286** KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), **93,2** MHz.

cinemas

CASTIL

T.530194 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Int. a men. 18 anos
MÓNICA E O AMOR
c/ Glória Guida, Paolo Carlini
Real. Mário Imperoli
2.ª Semana

IMPÉRIO

T.555134 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
QUANDO ELAS OS PÕEM... FORA DE CASA
c/Maria-José Nat-Mireille Darc

D. JOÃO V DAMAIA

Tel. 971794 21.00

Não acons. a menores de 18 anos
A FÚRIA DO DESEJO
Às 24 h (Int. M/18 anos)
A VIOLÊNCIA DO LEOPARDO

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Não acons. men. de 18 anos
CAMILLE
As orgias e excessos sexuais
5.ª Semana de enchentes

VOX

T.720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
A QUADRILHA DOS DOBERMAN

ROMA

T.727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
A MATULONA
3.ª Semana
c/Elwége Fenech

S. LUÍS

T. 327172 18.30, 21.30

Para todos
O PAI TIRANO

PALÁCIO FOZ

15.00, 18.15 e 21.00

Ciclo cinematográfico
O Burlesco Americano (Primeira série)

Próximo Ciclo: **Loucura e Cinema** (segunda série)

OS PÁSSAROS, Alfredo Hitchcock; **A PAIXÃO DE JOANA D'ARC**, Carl Dreyer; **O HOMEM DA CABEÇA RAPADA**, André Delvaux; **TRISTANA — Amor Perverso**, Luís Buñuel; **JAIME**, António Reis; **A SEMENTE DO DIABO**, Roman Polanski

Legendado em português
Espectáculo para todos

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos
Festival Jerry Lewis
CAPITÃO SEM BARCO
Um filme de Jerry Lewis

EDEN

T.320768 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos
Um festival de Kung Fu
O ATAQUE DO DRAGÃO NEGRO
um filme de Chang Cheh

ODEON

T.326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores 18 anos
2.ª semana de êxito total
Com Sara Montiel na atrevida comédia musical na atrevida comédia musical
5 ALMOFADAS PARA UMA NOITE
Tinha 5 amantes. Mas todos fugiram quando ela disse estar grávida, quem era o pai?

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
11.ª Semana
Hoje às 24 h (Grupo D - M/18 anos)
O LEÃO DAS SETE CABEÇAS

CASINO ESTORIL

T.264621 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
O GATO, O MEDO, O RATO E O AMOR

S. JORGE

T.54153/4 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
COM JEITO VAI NA FARRA
2.ª SEMANA
c/Elke Sommer e Kenneth Williams

RESTELO

T.610375 21.00

Não acons. a menores de 13 anos
BREVE ENCONTRO

AVIS

T.47163 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
16.ª Semana

CARLOS MANUEL SINTRA

T.2930394 21.00

Interdito a menores de 18 anos
AS INSACIÁVEIS

ESTÚDIO

T.555135 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
Michel Picolli-Annie Girarchot
DILLINGER MORREU 2.ª Semana
Um filme de Marco Ferreri

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Às 24 h, hoje (Int. m/18 anos)
DELICIAS FRANCESAS
11. Semana

MUNDIAL

T.538743 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
«O MATRIMÓNIO»
2.ª semana de êxito
Visto por Claude Lelouch

UNIVERSAL

T.774402 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões
Às 17 e 23 h
Não acons. men. 18 anos
SANGUE CONDOR

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45

Não acons. a men. de 13 anos
Ele aí está — tremendo — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNA

T.776098 14.00,16.30,19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
Todos temos necessidade de amar...
TERNURA E VIOLÊNCIA
um filme de Philippe Labro
2.ª semana

LONDRES

T.801313 14.15, 18.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY

T.48560 14.15,16.30,18.45 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
ROMANCE POPULAR
c/Hugo Tognazzi e Osnella Muti
Realização de Mário Monicelli

TIVOLI

T.570596 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
Todos temos necessidade de amar...
TERNURA E VIOLÊNCIA
11.ª Semana
Um filme de Philipe Labro

ALVALADE

T.897480 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. 13 anos
Ele aí está — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrim
2.ª Semana

PATHÉ

T.821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45

Interdito a men. de 18 anos
Ele fez da depravação uma arte, da vitude um vício e da dor um prazer
O MARQUÊS DE SADE

NIMAS

T.574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
6.ª semana

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Correios do Funchal descobrem encomenda para a F.L.A.M.A.

FUNCHAL, 5 — Uma remessa de equipamentos (de treino?) destinados à organização separatista «Flama», foi recentemente aberta nos Correios desta cidade.

A abertura da encomenda, que levaria à descoberta de camisolas e sapatilhas com as cores e sigla da «Flama», ficou a dever-se ao facto de o destinatário, cuja identidade não nos foi possível apurar, não ter aparecido dentro de um prazo razoável, a reclamar o «embrulho».

Tratava-se de uma encomenda procedente da Venezuela.

Armas e ladrões assinalados

Grande quantidade de armas e munições foi nas duas últimas semanas apreendida, em diferentes zonas da cidade, por forças conjuntas da Polícia Judiciária e da Polícia de Segurança Pública. A imagem é elucidativa: cabem aqui quatro «G-3», três pistolas metralhadoras, uma «Kalashnikov» (fabrico checo) uma «M-30», duas «MPK» e uma «UZI». Depois, há ainda três «Walter's» 6.35, uma pistola de guerra «TAURUS» (fabrico brasileiro), um punhal de mato, três granadas defensivas e duas ofensivas, seis petardos de gelamonite e matracas de ferro e de madeira. Armas e ladrões assinalados, foram presos vários indivíuos.

Conflitos laborais "secam" bombas em todo o País

. A falta de gasolina que neste momento se faz sentir no mercado, já que cerca de 35 por cento dos tanques abastecidos pela Sacor se encontram vazios, poderá agravar-se nos próximos dias, em virtude, por um lado, da greve de zelo que os motoristas daquela companhia petrolífera podem desencadear a partir de segunda-feira, mas também porque a linha II da fábrica de combustíveis da Boa Nova, no Porto, já paralisou a produção.

Em Lisboa, o abastecimento normal das bombas começou a ser afectado com uma greve de horas extraordinárias cumprida pelos «rodoviários» da Sacor, desde o dia 1 de Março e que hoje termina. No entanto, se as suas pretensões não forem atendidas, a greve de zelo será iniciada já na segunda-feira, dia 8. A paralisação total está também prevista caso não resulte a próxima fase da luta.

No Porto, em consequência da administração da Sacor não se ter ainda pronunciado sobre o pedido de reclassificação dos trabalhadores da produção de combustíveis apresentado há duas semanas, estes decidiram agudizar as formas de luta, o que conduziu à paralisação da linha II da refinaria, quando já a linha I tinha baixado a sua produção para cerca de 50 por cento.

Reitor de Moscovo vem a Lisboa

. O cientista soviético Rem Kokhlov, Prémio Lenine de Óptica, reitor da Universidade de Moscovo, presidente da Associação U. R. S. S.-Portugal e deputado ao Soviete Supremo, visitará Lisboa dentro de dias.

Eanes e os "golpes"

"As pessoas podem dizer o que entendem..."

Comandantes, oficiais e sargentos das unidades da Região Militar do Sul reuniram-se ontem em Evora com o general Ramalho Eanes para troca de informações militares e ainda para debater outros assuntos não divulgados.

Abordado à entrada do Quartel-General pelos jornalistas, que lhe puseram questões relativas à libertação de Otelo Saraiva de Carvalho, Ramalho Eanes declarou que ele fora libertado na sequência do que vinha sendo afirmado por elementos do Conselho da Revolução. «Havia uma dívida de gratidão para com ele e logo que fosse viável seria libertado. Foi isso o que aconteceu.»

. Referindo-se ao ex-major Sanches Osório, disse que ele era um cidadão português e portanto «tem o direito de entrar no País quando quiser, sujeitando-se às consequências.» Frisou ainda a este propósito que «não há contrapartidas nenhumas» porque «os homens não se trocam, não se compram nem se vendem.»

. Sobre golpes e contra-golpes que estariam a ser preparados Ramalho Eanes afirmou:

. «As pessoas podem dizer aquilo que entendem, certamente com base em determinados dados que eu não conheço. Por isso, sobre este assunto prefiro não me pronunciar.»

. Interrogado sobre a chamada Organização Revolucionária das Forças Armadas (ORFA), afirmou que ela se tem manifestado sobretudo através de panfletos, acrescentando: «Não cremos que tenha possibilidade de interferência nos nossos homens, pois temos feito por esclarecer, tanto quanto possível, o que lhes cabe desempenhar em todo este processo.»

Charais em Aveiro

"Inimigo n.º 1 é o que não quer perder privilégios"

. «Quando uma sociedade se propõe transformar-se, a essa transformação vai opor-se sempre um inimigo», disse o brigadeiro Franco Charais, comandante da R. M. C., no decurso de uma visita ontem efectuada ao Destacamento Militar de Aveiro.

O brigadeiro Franco Charais pormenorizaria ainda a sua ideia de inimigo: «Inimigos — disse — serão todos aqueles que, por quaisquer motivos (e os principais são as perdas de privilégios), não entendem de maneira nenhuma que a sociedade seja transformada, isto é, que a sociedade existente antes do 25 de Abril de 1974 seja transformada noutro tipo de sociedade, porque bem sabem que isso implica, fatalmente, a perda de privilégios que não querem perder. Estes são os inimigos número um», rematou.

Num encontro com representantes dos órgãos de comunicação social, o comandante da R. M. C. aludiu à recuperação «fatalmente de direita» e ao próximo acto eleitoral.

Sobre a primeira diria: «Qualquer recuperação que hoje haja ou tentativa de recuperação do processo revolucionário, há-de ser uma tentativa do tal inimigo número um de que há pouco falava. Evidentemente que pode surgir com roupagens de esquerda, mas, no fundo, necessariamente, será uma tentativa de direita para recuperar o processo revolucionário».

Quanto às próximas eleições, o brigadeiro Franco Charais mostrou-se convencido de que os seus resultados não se afastarão muito do primeiro acto eleitoral. «Estou convencido — afirmou — de que não se afastarão visto que acredito no sexto sentido político do povo português: ele pode não perceber muito de política, mas sabe o que lhe convém».

M.R.P.P. não está legalizado

. O M. R. P. P. não está legalizado, dado que em sessão do Conselho da Revolução, realizada ainda no ano passado, foi declarada nula a inscrição feita por aquele partido junto do Supremo Tribunal de Justiça. Os motivos da declaração de nulidade prendem-se com o facto de o M. R. P. P., apesar de devidamente notificado, não ter dado cumprimento a uma resolução do C. R. para mudar de símbolo.

Recorde-se que nos termos de legislação vigente os partidos políticos não podem ter símbolos por tal forma semelhantes que possam induzir o público, nomeadamente os eleitores, em erro. Como se sabe o símbolo do M. R. P. P. é semelhante ao do P. C. P.

A notícia foi dada ontem pelo vespertino «A Capital», que cita declarações do secretário do Supremo Tribunal de Justiça. Entretanto, o «Expresso» de hoje dá conta de afirmações da Comissão de Imprensa do Comité Central do M. R. P. P. segundo as quais este se encontra inscrito como partido no Supremo Tribunal de Justiça, «conforme certidão que tem em seu poder».

Segundo nos confirmou esta manhã o secretário do Supremo Tribunal de Justiça, o M. R. P. P. possui efectivamente uma certidão de cujo teor consta que aquele agrupamento político foi inscrito em determinada data. Todavia, só após ter sido passada aquela certidão foi comunicada à secretaria do S. T. J. a decisão do C. R. a que acima aludimos. Por isso mesmo, encontra-se no S. T. J., à disposição do M. R. P. P. uma outra certidão comprovando a declaração de nulidade da inscrição. Até ao momento, porém, aquele agrupamento ainda não levantou esta última certidão, apesar de ter requerido a sua passagem.

Assim, é muito pouco provável que o M. R. P. P. possa concorrer às próximas eleições muito embora tenha anunciado que concorreria em todos os círculos e divulgado grande parte dos nomes que compõem as suas listas.

Costa Gomes recebeu Ortoli

. Foi esta manhã recebido pelo Presidente da República, a convite de quem se encontra no nosso País, o presidente da Comissão das Comunidades Europeias, François Xavier-Ortoli. À entrevista assistiram ainda o ministro do Comércio Externo e Turismo, dr. Jorge Campinos, e o embaixador de Portugal junto da CEE. Ainda durante a amanhã Ortoli deslocou-se a S. Bento, onde se avistou com o Primeiro-Ministro.

Nigéria vinga-se na libra...

. Em pouco mais de 24 horas, a libra sofreu em Londres uma depreciação da ordem dos 1,5 por cento, atingindo oficialmente ao fim do dia de ontem 31,5 por cento em relação às paridades fixas em Dezembro de 1971.

Esta surpreendente descida deve-se, segundo se afirma nos meios cambistas, a acção vingativa da Nigéria. Na verdade, na passada quinta-feira houve grandes conversões de esterlino em dólares por conta de «um país africano». Esse país só pode ser a Nigéria.

Entretanto notícias provenientes de Lagos referem que foi preso o tenente-coronel Dimka, procurado desde o referido golpe de Estado.

Tribunal das Mulheres condena Portugal

. BRUXELAS, 6 (FP) — O Tribunal Internacional dos Crimes contra as Mulheres, que teve o seu início na quinta-feira em Bruxelas, condenou as condições actuais da maternidade.

Segundo uma jornalista do quotidiano «Le Soir», este primeiro dia foi consagrado aos «crimes respeitantes à maternidade e à família». O tribunal condena particularmente os países que proíbem o aborto, entre os quais se encontram a Bélgica, Portugal e o México, e a contracepção.

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luis de Camões

Nota tome nota

PUBLICIDADE MATUTINA

Porque não utiliza o «Diário de Lisboa» os serviços de publicidade do «Jornal da Manhã»? — Esta pergunta de leitores do «D. L.» obrigou-nos a uma escuta mais atenta. Com efeito, só o facto de a Empresa Pública de Radiodifusão ter criado um serviço de publicidade no «Jornal da Manhã», pode explicar que sejam citados os títulos de diferentes jornais, com acentuada insistência em relação a um jornal diário, e que o «D.L.», mesmo quando se trata de referir, não uma opinião ou um comentário, mas uma entrevista publicada «em exclusivo», seja citado, discretamente, como «um vespertino».

Os nossos leitores têm razão: trata-se de um lapso dos nossos serviços comerciais. Vamos pedir a tabela de publicidade do «Jornal da Manhã».

EM FOCO

O general Morais e Silva teria estado recentemente nos Açores. A visita — de rotina militar? particular? — escapou aos órgãos de Informação e pelas fontes oficiais também nada foi mencionado. Os Açores continuam em foco. O general Morais e Silva também.

ENCONTRO

Outra alta patente do Exército foi vista em Lisboa. Trata-se do comandante da R. M. N., brigadeiro Pires Veloso. A estada foi breve: uma deslocação à Presidência da República, que não incluiu qualquer contacto com o general Costa Gomes, e um encontro com elementos de uma comissão de luta da Têxtil Manuel Gonçalves, que se opõe à reintegração dos 17 suspensos.

OS ERROS E AS CRENÇAS

DO «Expresso» de hoje: «Apesar das afirmações dos dirigentes do M. D. P., crê-se que em quase todos os círculos o partido venha a aconselhar aos seus militantes a votação nas listas comunistas, o que se justificaria pela relativa proximidade de pontos de vista entre os dois partidos. A confirmar-se esta previsão, o M. D. P. que nasceu para conquistar votos no terreno do P. S. morreria para ceder sufrágios ao P. C.».

É assim se vai fazendo a História... esquecendo-se que quando nasceu o P. S. o M. D. P. já existia. Há anos!

Mais petardos no Porto

. PORTO, 6 — Cerca da meia-noite e meia, rebentou um petardo junto à montra na perfumaria Bâton Ld.ª, sita à Rua do Bohão, 216.

Pelas 02 e 30 registou-se a explosão de um outro petardo, este junto a uma bomba de gasolina, e entrada de uma garagem da Rua de Paulo da Gama, por baixo do restaurante da Varanda da Barra.